RENATO AMBROSIO

De rationibus exordiendi

Função e elaboração dos exórdios de Cornélio Nepos e Salústio Crispo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras Clássicas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de mestre.

Orientadora:
Profa. Dra. Angélica Chiappetta

São Paulo
2002

HOC TIBI QVOD POTVI

Catulo, 68, v.151.

AGRADECIMENTOS

Eu gostaria de agradecer às pessoas que me formaram e que me incentivaram, do Luciano Maia aos cursos de Pós-graduação em Letras Clássicas e Vernáculas na Universidade de São Paulo. Em especial à Profa. Dra. Angélica Chiappetta, minha orientadora, e ao Prof. Dr. João Angelo Oliva Neto que sugeriu o tema deste trabalho. Agradeço também às amigas que me ajudaram com sua veloz, gentil e aguda leitura (e revisão) de boa parte deste trabalho. Ao CAPES, que me concedeu precioso auxílio para a sua realização. A Rosana, pela paciência.

AD MAIORES
AD SOCIOS
AD FLAVIAM

RESUMO

Nossa pesquisa propõe uma análise dos exórdios de Cornélio Nepos e Salústio Crispo fundamentada na leitura desses mesmos textos, e procura apontar o modo como esses discursos dialogam com os autores de textos preceptivos que lhes eram contemporâneos – em particular Cícero – e também com os autores modernos que se dedicam aos estudos da história, da língua e do discurso ordenado.

Palavras chaves: Exórdio, Nepos, Salústio, Retórica, História

RÉSUMÉ

Notre recherche propose une analyse des exordes de Cornelio Nepos et Salustio Crispo fondée sur la lecture de ces textes eux-mêmes, et elle cherche à signaler la façon dont ces discours dialoguent avec des auteurs de textes préceptifs qui leurs étaient contemporains, en particulier Cicéron, et aussi avec des auteurs modernes qui se dédient aux études de l'histoire, de la langue et du discours ordonné.

Mots clés: Exorde, Népos, Salluste, Réthorique, Histoire

ÍNDICE

ÍNDICE 1

EXÓRDIO 2

CAPÍTULO I – Cícero e a escrita da história 10

CAPÍTULO II – Sobre os exórdios 42

Cornelii Nepotis Liber de Excellentibus Ducibus Exterarum Gentium Praefatio 64

CAPÍTULO III – Cornélio Nepos 66

Sallustii de Coniuratione Catilinae Praefatio 92

Sallustii Bellum Iugurthinum Praefatio 96

CAPÍTULO IV – Salústio Crispo

1. *A Conjuração de Catilina* 100
2. *A Guerra de Jugurta* 128

PERORAÇÃO 153

BIBLIOGRAFIA 161

EXÓRDIO

M. Foucault, em sua aula inaugural no Collège de France, pronunciou:

Existe em muita gente, penso eu, um desejo semelhante de não ter de começar, um desejo de se encontrar, logo de entrada, do outro lado do discurso, sem ter de considerar do exterior o que ele poderia ter de singular, de terrível, talvez de maléfico[1].

Para R. Barthes, a retórica antiga procurava esconjurar esse medo de começar com o proêmio:

A função do proêmio é, pois, eliminar, de certo modo, o caráter arbitrário de todo começo. Por que principiar daqui e não dali? Qual a razão de cortar a palavra, o que Ponge (autor de Proèmes) denomina magma analógico bruto? Essa faca precisa de têmpera, essa anarquia precisa de um proêmio de decisão: é o prooimon. Seu papel evidente é cativar, como se começar a falar e encontrar a linguagem constituísse um risco de despertar o desconhecido, o escândalo, o monstro. Em cada um de nós existe geralmente uma solenidade terrificante para "romper" o silêncio (ou a outra linguagem)[2].

---

[1] M. FOUCAULT. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 4ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1998, p. 6.

Meu desejo de não começar, meu medo de despertar o desconhecido fez com que eu adiasse um pouco a minha hora de romper o silêncio com o artifício das citações. E agora que chegou o momento, não sei por onde começar. Minha tarefa é das mais difíceis porque devo exordiar um trabalho sobre exórdios. Vejo-me agora duplamente exposto à crítica do leitor: como quem analisa alguns exórdios de alguns autores romanos, e como quem escreve um exórdio. Mas se entre os exórdios dos autores aqui analisados o meu permanecer obscuro, me consolarei com a notoriedade e a grandeza dos que me ofuscarão.

Este trabalho é uma tentativa de análise dos exórdios da *Conjuração de Catilina* e da *Guerra de Jugurta*, de Salústio Crispo, e do *Livro dos excelentes chefes das gentes estrangeiras*, de Cornélio Nepos, a partir das reflexões da retórica antiga a respeito dos exórdios em geral e dos exórdios das obras de *historia*[3] em particular. Essa tentativa parte do pressuposto de que a comunicação entre um texto (distante do leitor no tempo e no espaço, como é o nosso caso) e seu leitor deve estabelecer-se sobre um certo conhecimento das condições que regeram a elaboração do texto[4]. Um dos elementos importantes que guiaram a escrita dos exórdios que estamos prestes a analisar são as reflexões da retórica antiga a respeito dos exórdios em geral, e mais especificamente sobre o exórdio da *historia*.

Entre os que estudaram especificamente os exórdios de obras de autores romanos de *historia* e de seus subgêneros, há quem considere que, em toda a retórica antiga, não há nenhum preceito específico para a história, sendo possível somente inferir, de alusões

---

[2] R. BARTHES. "A retórica antiga" in COHEN, Jean et alii. *Pesquisas de Retórica*, Petrópolis, Editora Vozes, 1975., p. 207.

[3] Quando a palavra *historia* aparece em itálico e sem acento, ou com o acento deslocado, *historía*, refere-se à história como era concebida e praticada na Grécia e Roma antigas.

esparsas, aquilo que se pensava da história na época dos autores cujos exórdios veremos a seguir. Dessas alusões esparsas, afirmam, é difícil extrair uma sistematização sobre a composição da história[5], o que se dirá da composição dos exórdios da *historia*!

A retórica permeou, durante quase todo o período helenístico-romano, a produção dos discursos ordenados, escritos ou orais, que tivessem uma expressão pública[6], o que incluía a escrita da *historia*. Talvez por isso até hoje as obras e os autores romanos de *historia*, juntamente com seus exórdios, não tenham seu lugar bem definido. Aparecem tanto em manuais de literatura latina como em obras a respeito dos historiadores e da historiografia latina antiga e latina, em particular. Historiadores posteriores à Revolução Francesa, ao contrário, têm seu lugar bem definido nas histórias das historiografias. Quando algum deles aparece nas histórias da literatura é devido a seus dotes literários que podem acompanhar sua obra histórica, mas não são elementos essenciais para que sua obra seja considerada uma obra de história.

A *historia* em Roma não era uma instituição tal qual a história hoje em dia[7]. Um historiador, hoje, tem a universidade como seu principal público[8]. Raramente escreve, em um primeiro momento, para leitores comuns, mas sim para outros historiadores que estão envolvidos com a mesma prática. Deve-se ater a certas regras, métodos e práticas

---

[4] R. JAKOBSON. "A afasia como problema lingüístico" *in* CHOMSKY, JAKOBSON *et alii*. *Novas perspectivas lingüísticas*. 2ª edição. São Paulo: Vozes, 1971. pp. 43-54

[5] Cf. C. CORDOÑER Merino. *Evolucion del concepto de historiografia en Roma*. Bellaterra, Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona, 1986.

[6] Cf. A. CHIAPPETTA. *Ad animos faciendos. Comoção, fé e ficção nas* Partitiones oratoriae *e no De officiis de Cícero*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1997.

[7] Entre as definições possíveis de instituição, há esta de H. M. Enzenberger: "Em primeiro lugar, um grupo definível de pessoas que praticam uma profissão particular e também um grupo correspondente de clientes, tanto no sentido ativo como no sentido passivo, mais ou menos intimamente envolvido com a mesma prática. Em segundo lugar, um conjunto de regras ou rituais estabelecidos. E, em terceiro lugar, uma competência particular, e isso não significa apenas um ofício ou uma técnica, mais sim uma finalidade social, reservada a essa instituição específica por leis ou por um acordo tácito." In *Mediocridade e loucura e outros ensaios*. São Paulo: Ática, p.27.

para que sua obra seja reconhecida por seus pares como uma obra de história. Essas regras, métodos e práticas estabelecem um certo decoro, necessário para que sua obra seja aceita como uma obra de história pelos outros historiadores[9]. Uma vez aceita como tal, a obra pode apresentar-se a um público mais vasto, que não está envolvido com a prática dos historiadores, como uma obra de história reconhecida por outros historiadores, com uma espécie de "certificado de garantia".

Os autores que serão os temas dos próximos capítulos deste trabalho são, tradicionalmente, apresentados como autores da literatura latina. Nepos e Salústio praticavam um gênero que, se não era estabelecido e reconhecido por uma instituição como a história hoje, também tinha, poderíamos dizer, suas regras e métodos. Podemos denominar gênero com a expressão usada por Nepos, *genus scripturae*, que por sua vez, como veremos, estava inserido nas divisões mais gerais do discurso estabelecidas pela retórica helenístico-romana. Esses autores escreviam para um público que, passiva ou ativamente, estava mais ou menos envolvido, com o universo das *litterae*, que absolutamente não se limitava ao que hoje conhecemos por história e biografia, mas incluía muitos outros gêneros de discurso.

Um dos lugares privilegiados para vermos como se constitui o *genus scripturae* desses autores é justamente seus exórdios. Para Nepos e Salústio, o exórdio era uma das partes nas quais a retórica antiga dividia o discurso. Tinha determinadas características essenciais para cumprir a função que, segundo os preceitos retóricos, lhe cabia dentro da totalidade do discurso.

---

[8] É a universidade que delimita o que deve ser o saber humano, impondo-lhe divisões e classificações. Cf. Roland BARTHES. "Da ciência à literatura" *in* R. BARTHE. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

[9] ANGÉLICA CHIAPPETTA. " 'Não diferem o historiador e o poeta ...' o texto histórico como instrumento e objeto de trabalho". In *Língua e Literatura*, 22 (1996): pp. 15-34.

Assim, no capítulo I, trataremos da preceituação da escrita da história elaborada por Cícero, autor contemporâneo de Salústio e Nepos, que fez reflexões importantes, nos seus tratados retóricos e na famosa carta a Luceio, a respeito da natureza e da produção do gênero *historia* em Roma. No capítulo II, trataremos das prescrições dos tratados de retórica e dos próprios exórdios dos autores de *historia* e *uitae* a respeito da escrita desses gêneros e principalmente de seus exórdios.

Pretendemos pois analisar os exórdios de Salústio e Nepos levando em conta, sobretudo, os preceitos elaborados por eles mesmos e autores contemporâneos seus, tendo por objetivo aproximar o leitor moderno dos textos desses autores, e evitar que se estabeleça entre eles uma espécie de afasia que impeça ou distorça totalmente a comunicação entre leitor e texto. Não temos a pretensão de conseguir ler e analisar os exórdios de Cornélio Nepos e Salústio Crispo como se fôssemos seus contemporâneos, mas sim como leitores do século XXI que levam em consideração as reflexões que tanto esses autores como outros autores do período helenísitco-romano a respeito do gênero demonstrativo e seus exórdios. Muitas análises contemporâneas e modernas também se baseiam em teorias e concepções mais ou menos antigas, mas na maioria das vezes não as explicitam. Às vezes análises contemporâneas pensam dizer algo novo, mas muitas vezes "são ditas" por concepções antigas.

Perpetrar uma análise desse tipo não nos foi fácil. O capítulo I, por exemplo, foi redigido primeiramente como uma análise que autores modernos fizeram sobre as concepções de história em Cícero, apesar de nossa intenção ser já então analisar as reflexões que o próprio Cícero fez a respeito da *historia*. Apesar da nossa intenção e disposição, resistíamos a realizar o que nos propúnhamos, resistíamos a analisar as reflexões do próprio Cícero que temos hoje à nossa disposição, em textos estabelecidos e

traduzidos em diversas línguas. Como se Cícero só pudesse nos falar pela boca dos comentadores modernos. Depois de vencer essa primeira resistência, tivemos que lutar contra a sensação de exasperação exegética que esse trabalho nos provocava. Mas o resultado final, que caberá ao leitor julgar, é a tentava de análise da concepção de *historia* em Cícero, baseada sobretudo na leitura de seus próprios textos e dos autores que lhe foram mais ou menos contemporâneos.

O capítulo II já não apresentou essas dificuldades. Na reflexão sobre o exórdio, os autores antigos não sofreram a concorrência dos modernos. O exórdio, como uma parte do discurso retoricamente ordenado, é parte integrante e assídua das reflexões da retórica helenística-romana, mas não é uma preocupação da ciência histórica ou da teoria da literatura modernas. Aparece sim em reflexões de autores de literatura, como Jorge Luis Borges e Ponge, que também contribuíram muito na realização deste trabalho.

Os capítulos III e IV são dedicados à análise dos exórdios de Salústio e Nepos. Também o capítulo III começou tratando pouco de Cornélio Nepos e muito sobre o que os autores modernos pensam a respeito da biografia, sobretudo A. Momigliano, B. Gentile e G. Cerri[10]. De novo foi preciso vencer uma espécie de "vergonha ou medo dos mortos" para que pudéssemos nos concentrar nos textos do próprio Nepos e de outros autores de *bíos* ou *uitae* que refletiram, sobretudo em seus exórdios, a respeito do gênero que praticavam, e também nos tratados de retórica que se dedicaram a esse gênero.

Nepos aparece nos manuais de literatura latina, e também historiografia antiga, como autor de biografias. O gênero *bíos* ou *uitae*, o que hoje chamamos biografia, é

---

[10] Cf. A. MOMIGLIANO. *Lo sviluppo della biografia grega*. Torino: Einaudi Editori, 1974. e também B. GENTILI. *History and biography in ancient thought*. B. Gentili and G. Cerri. Amsterdan: J. Gieben Publisher, 1988. Capítulo III – "The idea ob biography".

muito ilustrativo a respeito das diferenças de organização e delimitação dos discursos na Antigüidade clássica e hoje. Nos manuais de literatura latina, biografia e história não são apresentadas no mesmo capítulo. Nos nossos dias há cursos universitários de história, associações de professores e de pesquisadores em história, mas não há nem faculdades nem associações profissionais de biógrafos. Historiador para nós é uma profissão, biógrafo não. Biografia é considerada hoje um gênero literário, enquanto a história é considerada uma ciência.

Na Antigüidade clássica, cabia à biografia, isto é *bíos* ou *uitae*, uma presença maior nas escolas de retórica, era objeto de uma ordenação preceptiva mais detalhada e fazia parte de exercícios que miravam a formação retórica dos alunos. Talvez por isso alguns historiadores modernos que se dedicam à historiografia antiga, se esforçem para estabelecer, já na Grécia e na Roma antigas, a dignidade da ciência à qual se dedicam hoje opondo história à biografia.[11]

O capítulo IV é dividido em duas partes, cada uma delas dedicada a uma das monografias históricas de Salústio Crispo, *A Conjuração de Catilina* e *A Guerra de Jugurta*. Essas obras de Salústio aparecem nos manuais de literatura latina no capítulo dedicado à historia, apesar de seus exórdios muitas vezes não serem considerados pertinentes à história.[12] O próprio Salústio não aparece em alguns livros de história da historiografia, lidos nas faculdades de História de São Paulo até hoje.[13] Também nesse

---

[11] Cf. A. MOMIGLIANO. *Op.cit. passim.*

[12] Cf. D. EARL. "Prologue-form in Ancient Historiography." In *Austieg und Niedergang der römischen Welt. I* (1-2): 842-856, Berlin – New York, 1973. E também F. HARTOG (org.). *L'histoire d'Homère à Augustin. Préfaces et textes sur l'histoire reunis et commentés par François Hartog e traduits par Michel Casevitz.* Paris: Éditions de Deuil, 1999. Nessa coletânea aparece apenas a última parte (a partir de IV.1) do exórdio da *Conjuração de Catilina.*

[13] Robin George Collingwood, professor de Filosofia Metafísica em Oxford, historiador e arqueólogo ativo, escreveu um livro clássico sobre historiografia intitulado *A idéia de história* (1946) no qual não contempla Salústio entre ao autores estudados, passando diretamente de Políbio a Tito Lívio e Tácito.

capítulo procuramos, na medida do possível, nos ater às reflexões sobre a *historia* que aparecem no próprio Salústio e em autores que são, mais ou menos, seus contemporâneos.

Naturalmente essa escolha de privilegiar autores antigos na análise de autores antigos, insistimos, não significa que acreditamos ser possível pensar como Cícero, Nepos ou Salústio pensavam; nem exclui totalmente a contribuição, necessária, de autores modernos na nossa análise, mas abre a possibilidade de um rico diálogo entre as análises antigas e modernas a respeito dos temas aqui abordados.

Resta-nos falar um pouco a respeito das escolhas dos autores que aparecem nos títulos de três dos quatro capítulos deste trabalho. Cornélio Nepos e Salústio são os dois autores *historia* do século I a.C. dos quais temos exórdios[14]. Escreveram em um período do qual foram também protagonistas: o final da República romana. Nesse período, se fazia sentir, entre a elite romana, a necessidade de se escrever uma *historia* que estivesse à altura dos autores de *historía* gregos. Um dos principais teorizadores desse *genus*, que ainda era sentido como uma ausência nas *litterae romanae*, foi Cícero, que, apesar de não ter dedicado nenhuma obra específica à escrita da *historia*, tratou desse tema em diversas passagens de sua obra. E, como veremos, se não as reflexões de Cícero, pelo menos a preocupação que as originou, aparecem nos exórdios e nas obras de Cornélio Nepos e Salústio Crispo.

Começaremos assim pela análise das concepções a respeito da escrita da *historia* em Cícero.

Sobre Collingwood ver P. GARDINER. *Teorias da história*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1984, pp.302-305.

[14] Outro grande autor no gênero *historia* foi Júlio César, mas seus *commentarii* não têm exórdios.

Capítulo I
CÍCERO E A ESCRITA DA HISTÓRIA

> "*Historia est disciplina composita de bono practico obtinendo ex historia* [...] *Historia est theatrum universitatis rerum, speculum temporis, thesaurus demonstrationis, oculus sapientiae, speculum uanitatis, imbecillitatis et stultitiae, principium prudentiae, custos et praeco uirtutum, testis malitiae ac improbitatis, uates ueritatis, sapientiae metropolis, et thesaurus ad omnem posteritatem, seu* ktema eis aei."
> (J.H. Alsted. *Scientiarum omnium Encyclopaediae*, 1649)

> "Pois é próprio do espírito humano que os exemplos não corrijam ninguém; as besteiras dos pais não contam para as crianças, é preciso que cada geração faça as suas."
> (Frederico. O Grande. *História da Guerra dos Sete Anos*, 1763)

> "Eu volto nos séculos, um a um, até a antigüidade mais remota: não vejo nada que se assemelhe ao que está sob os meus olhos. E se o passado não ilumina mais o que está por vir, o espírito caminha nas trevas."[1]
> (Alex de Tocqueville. *A democracia na América*, 1835.)

Procuraremos, no decorrer deste capítulo, analisar as reflexões que Cícero fez sobre a *historia* em algumas de suas obras. Nenhuma dessas obras tinha como tema principal a *historia*, muito menos a ciência da história como a entendemos hoje. Nenhuma delas foi escrita especialmente para os *scriptores rerum* contemporâneos seus, muito menos para os historiadores que hoje elaboram e ratificam a ciência da história.

[1] A tradução desta e da epígrafe anterior é de Márcia C. R. Lopes.

Mesmo assim, as reflexões de Cícero em seus tratados de retórica em suas cartas aos amigos influenciaram, a partir de então, os *scriptores rerum gestarum* romanos.

Na obra de Cícero, as citações mais amplas e complexas entre aquelas que apresentam explicitamente o termo *historia*, e que por isso mesmo são as mais analisadas pelos autores modernos, encontram-se no *De oratore*, II. 51- 64, *De legibus*, I.2, e na carta que escreveu a Luceio (*Ad familiares* V.12). A *historia* está presente também em outras passagens (como no próprio *De oratore*, II.36 e no *Orator*, 66), mas a carta e os trechos inicialmente referidos têm particular interesse, seja pela sua extensão e elaboração, seja pelo seu caráter claramente preceptivo, já que tratam de como se deve escrever a *historia* e a importância da retórica e do *orator* nessa tarefa.

Começaremos pelo *De oratore*.

O tratado *De oratore* é construído em forma de um diálogo sobre a retórica, que teria acontecido na vila de Lúcio Licínio Crasso em Túscolo. Participam de todo o diálogo o próprio Crasso, Marco Antonio, avó do futuro triúnviro Marco Antonio, P. Sulpício Rufo, C. Aurélio Cota. O áugure e estudioso de direito Q. Múcio Cévola, participa apenas do livro I. Os livros II e III introduzem outros dois personagens: Q. Lutácio Catulo, companheiro de Mário no consulado, e seu meio irmão C. Júlio César Estrabão.

No livro II, no trecho que nos interessa, Marco Antonio afirma (28-38) que a retórica tem muito de talento natural (*facultas*) e pouco de técnica (*ars*), mas alguns preceitos para o orador podem ser derivados da observação direta da experiência no vasto campo de temas e discursos dos quais se ocupa a retórica. São esses preceitos que

Marco Antonio propõe como alternativa à estreita *doctrina* e aos abstratos *praecepta* oferecidos pelos manuais helenísticos de retórica.[2]

Marco Antonio continua e, para sustentar sua proposta, introduz na discussão o gênero demonstrativo, pouco presente nos manuais de retórica, por ser tão claro a ponto de dispensar regras e preceitos. Na ausência deste, é a prática, a observação, o conhecimento do mundo que fornecem as regras desse gênero.

> *Sed non omnia, quaecumque loquimur, mihi uidetur ad artem et ad praecepta esse reuocanda. Ex eis enim fontibus, unde omnia praecepta dicendi sumuntur, licebit etiam laudationem ornare, neque illa elementa desiderare, quae ut nemo tradat, quis est, qui nesciat, quae sint in homine laudanda?* (*De oratore*, II. 45)

> *Mas nem todas as coisas sobre as quais discursamos parecem ser evocadas pela técnica e pelos preceitos. Daquelas mesmas fontes das quais tiramos todos os preceitos do dizer ordenadamente, será possível também ornar um elogio e não achar falta daqueles princípios que ninguém dá. Quem é que desconhece o que deve ser louvado em um homem?*

É nesse contexto argumentativo que aparece pela primeira vez a *historia*: no fim de uma passagem na qual Marco Antonio descreve a *facultas dicendi* do orador fora daquilo que seria o âmbito da retórica contemplado pelos manuais, *in foro atque in oculis ciuis* (II.41). A referência à *historia* aparece após uma série de perguntas,

---

[2] R. W. CAPE Jr. "Persuasive history: Roman rhetoric and historiography." In *Roman Eloquence: Rhetoric in Society and Literature*. London: Routledge, 1997, pp. 213-215.

marcadas por advérbios no grau comparativo, que apresentam as funções do gênero demonstrativo:

> **35.** *Quis cohortari ad uirtutem ardentius, quis a uitiis acrius reuocare? Quis uituperare improbos asperius, quis laudare bonos ornatius? Quis cupiditatem uehementius frangere asccusando potest? Quis maerorem leuare mitius consolando?* **36.** *Historia uero testis temporum, lux ueritatis, uita memoriae, magistra uitae, nuntia uetustatis, qua uoce nisi oratoris, immortalitati commendatur?* (*De oratore*, II. 35-36)

> **35.** *Quem exorta a virtude mais ardentemente, quem mais severamente faz recuar dos vícios? Quem vitupera os ímprobos mais asperamente, quem mais elegantemente louva os bons? Quem pode, acusando, abater a cupidez com mais veemência? Quem, consolando, alivia mais docemente as aflições?* **36.** *A história, na verdade, testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira da Antigüidade, com que palavra, a não ser a do orador, será confiada à eternidade?*

A ação do orador estende-se assim para além do fórum e do Senado; no gênero demonstrativo passa a ter também intenção didática e de exortação moral. À história, como gênero demonstrativo, são atribuídos os mesmos fins.[3]

---

[3] R. W. CAPE Jr. *Op. cit.* pp. 217-218.

Mais adiante, a *historia* volta a aparecer na argumentação de Marco Antonio (II.51-64). Um pouco antes desse trecho (II.50), o famoso orador retoma a idéia de que há matérias que, apesar de serem próprias para o orador, não têm uma presença significativa nos manuais retóricos e nem contam com preceituário (..., *neque habent suum locum ullum in divisione partium, neque certum praeceptrorum genus*...).

Essas *res* devem ser tratadas tão eloqüentemente como aquelas dos discursos judiciários (... *et agenda sunt non minus disserte, quam quae in lite dicuntur*, ...), mas não exigem nenhum preceito da retórica (... *sed ex artificio res istae praecepta non quaerunt* ...). Depois dessas afirmações, Antonio traz de novo a *historia* à sua argumentação, por meio de uma pergunta a Catulo.

> *Age uero, inquit Antonius, qualis oratoris, et quanti hominis in dicendo, putas esse, historiam scribere? Si, ut graeci scrpiserunt, summi, inquit Catulus; si, ut nostri, nihil opus est oratore: satis est nos esse mendacem.* (*De oratore*, II.51)

> *Ora, diz Antonio, de que natureza de orador e de quão grande homem no dizer tu julgas ser* [*próprio*] *escrever história? Se for para escrever como os* [*historiadores*] *gregos escreveram, do mais elevado, diz Catulo, se for para escrever como os nossos, não é necessário um orador: é suficiente não ser mentiroso.*

A resposta de Catulo a Antonio, comparando os historiadores gregos como os romanos, separa nitidamente a *inuentio* da *elocutio* no *scribere historiam*. Para escrever história como os romanos, não é necessário ser um grande orador, basta não ser

mentiroso, isto é, basta a *inuentio*. Mas para escrever como os historiadores gregos, é necessário um grande orador.

Com isso, Catulo afirma a superioridade dos gregos no que diz respeito a *elocutio*. A réplica de Marco Antonio confirma essa idéia.

> *Atqui ne nostros contemnas, inquit Antonius, Graeci quoque sic initio scriptitarunt, ut noster Cato, ut Pictor, ut Piso. Erat enim historia nihil aliud nisi annalium confectio, cuius rei, memoriaeque publicae retinendae causa, ab initio rerum Romanorum usque ad P. Mucium pontificem maximum, res omnes singulorum annorum mandabat litteris pontifex maximus, referebatque in album, et proponebat tabulam domi, potestas ut esset populo cogonoscendi, hique etiam nunc Annales Maximi nominantur. Hanc similitudem scribendi multi secuti sunt, qui sine ullis ornamentis monumenta solum temporum, hominum, locorum gestarumque rerum reliquerunt. Itaque qualis apud graecos Pherecydes, Hellanicus, Acúsilas fuit, aliique permulti, talis noster Cato, et Pictor, et Piso, qui neque tenent, quibus rebus ornetur oratio – modo enim huc ista sunt importata – et, dum intellegatur, quid dicant, uma dicendi laudem putant esse breuitatem.* (*De oratore* II.51-53)

> *Todavia, para que não desprezes os nossos [historiadores], diz Antonio, também os gregos, no início, escreveram muitas vezes assim, como os nossos Catão, Pictor e Pisão. De fato, a história não era nada além da composição de anais, cujos fatos, para serem retidos para a memória pública, desde o início*

das façanhas romanas até o pontificado máximo de P. Múcio, o pontífice máximo mandava-os às letras a cada ano, escrevia os anais e os expunha em tábuas diante [da sua] casa, para que ao povo fosse dado a possibilidade de conhecê-los; eram então, e também agora o são, chamados Anais Máximos. Muitos seguiram essa representação de escrever, e deixaram, sem nenhum ornamento, somente os monumentos dos tempos, dos homens, dos lugares e das coisas empreendidas. Assim, dessa natureza, junto aos gregos houve Ferecides, Helânicos, Acúsilas, e outros em grande quantidade, tais como o nosso Catão, Pictor e Pisão, que não tinham os meios pelos quais a oração é ornada – pois há pouco essas coisas foram importadas para cá – e, então, até onde se entende o que dizem, julgavam ser a brevidade o único bem no dizer ordenadamente.

Marco Antonio concorda com Catulo, mas lhe faz ver que *scribere historiam* sem quase nenhuma preocupação com a *elocutio* não é uma característica apenas dos historiadores latinos, que ainda não conheciam como ornar uma oração. Também os gregos tiveram, no início, historiadores que negligenciavam a *elocutio*.

Em Roma, esse era o *genus scribendi* que caracterizava os *Annales Maximi*, arquivos pontificais que registravam os fatos mais importantes do consulado do ano correspondente. De início, registravam-se acontecimentos considerados religiosos, tais como eclipses, secas, carestias, epidemias, presságios. Em seguida, passou-se às crônicas dos fatos mais importantes do ano, sem nenhuma preocupação com a *exornatio*.

Os *Annales* tinham, portanto, caráter religioso e cívico: eram redigidos pelo *Pontifex Maximus*, chefe do colégio sacerdotal dos *pontifices*, e expostos ao público

para que esse pudesse ficar ciente que aquilo que aconteceu tinha sido registrado. Também o seu conteúdo tinha um caráter cívico e religioso.

Mas pela exposição de Antonio, ficamos sabendo que muitos historiadores, tanto gregos como romanos, adotaram o modo de escrever dos *Annales*, sem se preocupar com a *elocutio* (*sine ullis ornamentis*). Na Grécia esse gênero apareceu no início da historiografia. Em Roma foi adotado primeiramente graças à pouca preparação retórica dos historiadores latinos, depois como um subgênero historiográfico. O único autor de *historias* romano desse período que se diferenciou um pouco foi Célio Antípatro, que no dizer de Marco Antonio:

> *Paulum se erexit, et addidit historiae maiorem sonum uocis uir optimus, Crassi familiaris, Antipater: ceteri non exornatores rerum, sed tantummodo narratores fuerunt* (*De oratore*, II.54).

> *Ergueu-se um pouco, e trouxe à história um maior tom de voz, o ótimo homem, amigo de Crasso, Antípatro: os outros não foram ornadores de histórias, mas apenas narradores.*

A *historia* faz parte do gênero demonstrativo, por isso tem a função didática de exortação moral. O *scriptor rerum* Semprônio Asélio, tribuno militar em 134 a. C. sob o comando de Cipião Emiliano na tomada de Numância, apontou a incapacidade dos anais pontificais em cumprir o que se espera do gênero demonstrativo e as limitações de sua *elocutio*:

Pois de forma alguma podem os anais levar os homens a serem mais ávidos em defender o seu país ou fazê-los menos propícios ao erro. Escrever quando uma guerra começou, sob qual cônsul, quem entrou em triunfo na cidade depois da guerra e o que aconteceu na guerra é contar histórias para crianças, não escrever história. (Semprônio Asélio, in H. PETER. *Historicorum romanorum fragmenta*. Lipsiae, 1883. Fr. 2 *apud* CAPE 1997, p. 218).

Nessas palavras de Semprônio, podemos ver qual a diferença que existe entre ser um *exornator rerum* ou apenas um *narrator* rerum. Este não tem como fazer com que a história, como gênero demonstrativo, cumpra o seu objetivo didático e de exortação moral. A história só atinge seus objetivos nas mãos de um *exornator rerum*.

Mesmo Célio Antípatro[4] não conseguiu chegar a ser um *exornator rerum*, pois nas palavras de Catulo:

---

[4] Para que se possa ter uma idéia de um *scriptor historiae* que, segundo M. Antonio, não chegou a ser um *exornator rerum* e o precursor do *genus historiae* em Roma, segue um pequeno fragmento da sua obra *Belli Punici*, citado pelo próprio Cícero no *De diuinatione* (I.49).

Hannibalem, cum cepisset Saguntum,uisum esse in somnis a Ioue in deorum concilium uocari. Quo cum uenisset, Iouem imperauisse, ut Italiae bellum inferret, ducemque ei unum e concilio datum, quo illum utentem cum exercitu progredi coepisse. Tum ei ducem illum praecepisse, ne respiceret, illum aut id diuitius facere non potuisse elatumque cupiditate respexisse: tum uisam beluam uastam in immanem, circumplicata serpentibus, quacumque incederet, omnia arbusta, uirgulta, tecta peruetere, et eum admiratum quaesisse de deo, quodnam illud esset tale monstrum; et deum respondisse, uastitatem essse Italiae, praecepisseque ut pergeret protinus; quid retro atque a tergo fieret, ne laboret.

Tendo Aníbal tomado Sagunto, pareceu-lhe ver-se em sonho convocado por Júpiter para o conselho dos deuses. Ao chegar ao conselho, Júpiter lhe ordenou levar a guerra à Itália, e lhe foi dado, como guia, um dos deuses do conselho para que, servindo-se dele, pudesse avançar com seu exército. O guia lhe ordenou então que não olhasse para trás. Aníbal, ao contrário, não pode resistir por muito tempo e, levado pelo desejo, olhou para trás. Então viu uma fera grande e cruel cercada de serpentes, e tudo contra o que avançava, todos os bosques, moitas, casas, destruía. Como Aníbal, admirado, perguntasse ao deus quem era aquele monstro, respondeu-lhe o deus que era a devastação da Itália, e ordenou-lhe que avançasse sem parar e não se preocupasse com o que acontecesse atrás, às suas costas.

É significativo o vigor épico do quadro que Célio pinta nessa passagem. Por meio de um sonho, faz de Aníbal um instrumento divino, o qual agia guiado pelos deuses que lhe ordenavam avançar, sem olhar o rastro de destruição que deixava atrás de si. Também no que diz respeito à *collocatio uerborum*, vale a pena notar que todos os verbos do trecho estão no subjuntivo, o que enfatiza no texto as relações causais temporais e de finalidade; ou em formas nominais, no infinitivo (seja histórico seja em uma

Sed iste ipse Coelius neque distinxit historiam uarietate locorum, neque uerborum collocatione et tractu orationis leni et aequabili perpoliuit illud opus; sed ut homo neque doctus; neque maxime aptus ad dicendum, sciut potuit, dolauit: uicit tamen, ut dicis, superiores. (*De oratore*, II.54)

Mas esse mesmo Célio não diversificou sua história pela variedade de considerações, não poliu aquela obra nem com a disposição das palavras, nem com o suave e uniforme encadeamento do discurso; mas como um homem nem douto e nem apto a dizer ordenadamente, a aperfeiçoou como pôde. Todavia, como dizes, superou os anteriores.

O que Marco António quer, portanto, é uma nova *elocutio* para a história, que a faça ir além da simples narração analítica dos fatos e cumprir aquelas tarefas que lhe foram atribuídas em II.36. No *Orator* aparece como deveria ser esse *genus elocutionis* da *historia*: próxima ao gênero dos sofistas e distante do gênero judiciário.

Huic generi historia finitima est. In qua et narratur ornate et regio saepe aut pugna describitur; interponuntur etiam contiones et hortationes. Sed in his tracta quaedam et fluens expetitur, non haec contorta et acris oratio. Oorator, 66)

---

oração infinitiva) ou no particípio passado, que estabelecem uma forte e ágil concatenação (*oratio tracta*), do texto, produzindo uma espécie de "nominalização" do texto, fazendo com que suas *uerba* se aproximem da *res*.

A história está próxima deste gênero. Nela se narra elegantemente: às vezes uma região ou uma batalha é descrita, são também inseridas assembléias do povo e exortações. Mas nessas é exigida uma linguagem fluente e extensa, não esta [do gênero judiciário] *linguagem impetuosa e áspera.*

Célio Antípatro, embora tenha superado seus antecessores e se elevado um pouco acima da *elocutio* dos *Annales*, não conseguiu ser um *exornator rerum*. Até o momento em que Cícero começou a escrever o *De legibus* (por volta de 50-46 a. C.) ainda não havia em Roma uma *historia* que se comparasse às obras dos grandes historiadores gregos, como Heródoto e Tucídides. Tanto que nesse diálogo (I.2), Ático, incentivando Cícero a escrever história, lhe diz:

Postulatur a te iam diu uel flagitatur postius historia. Sic enim putant, te illam tracante effici posset, ut in hoc etiam genere Graeciae nihil cedamus. Atque ut audias quid ego ipse sentiam, non solum mihi uideris eorum studiis qui tuis litteris delectantur, sed etiam patriae debere hoc munus, ut ea, que salva per te est, per te eundem sit ornata. Abest enim historia litteris nostris, ut et ipse intellego et ex te peresaepe audio. Potes autem tu profecto satis facere in ea, quippe quom sit opus, ut tibi quidem uideri solet, unum hoc oratorium maxime. (*De legibus*, I.2)

A historia foi pedida por ti, ou melhor, por muito tempo até suplicada. Assim pensam que, tratando-a tu, ela possa ser criada, para que também nesse gênero

nada fiquemos a dever para a Grécia. E, para que tu possas saber o que eu mesmo penso, a mim pareces dever esse serviço não só ao desejo daqueles que se deleitam com teus escritos, mas também à pátria, para que ela, que foi salva por ti, por ti mesmo seja ornada. A história está pois ausente das nossas letras. Ora, tu certamente podes fazê-lo satisfatoriamente, já que é um trabalho, como costuma parecer a ti, próprio sobretudo do orador.

Para Cícero, até o momento em que escreveu essa fala de Ático, a *historia* como *res exornata scripta* ainda não existia. E Ático vê no próprio Cícero a pessoa mais apta a iniciar esse gênero em Roma, pois este era um trabalho para um orador. Assim, Cícero, que como orador já tinha salvado a República da ambição de Catilina, como orador deveria *scribere ornate* sua *historia*, e fazer com que, nesse gênero, Roma não ficasse a dever mais nada à Grécia.

Por que até então (por volta de 52 a. C.) Roma não teve um historiador à altura dos gregos? No *De oratore*, II. 55-58, replicando a afirmação de Catulo a respeito das limitações da *historia* de Célio Antípatro, Marco Antonio dá sua explicação para o fato de não haver *historia* em latim.

Fazendo uma espécie de catálogo dos historiadores gregos, desde Heródoto e Tucídides, passando por Filisto de Siracusa, Teopompo, Éforo, até chegar a Xenofonte, Calístenes e Timeo, conclui que todos eles eram *eloquentissimi homines remoti a causis forensibus*. Eram sim *oratores*, no sentido que sabiam trabalhar com os recursos retóricos para *res ornare*, mas nunca praticaram o gênero judiciário, permaneceram distantes dos tribunais e *ad scribendam historiam se aplicauerunt*.

Entre os romanos, ao contrário, os homens eloqüentes não desejavam brilhar em outro lugar senão nas causas e no fórum (*Nemo enim studet eloquentiae nostrum hominum, nisi ut in causis atque in foro eluceat...*). Esse fato gerava dois problemas.

O primeiro, de ordem retórica, pois a *elocutio* da *historia*, como gênero demonstrativo, se afasta daquela do gênero judiciário (*Orator*, 42 e 207). O segundo, de ordem prática, pois *scribere historiam*, como mostra o exemplo dos gregos, requer tempo e distância dos tribunais. Os *eloquentissimi homines* romanos, ao contrário, dedicavam todo seu tempo e energia ao fórum.

No *De legibus* (I.2), quando Cícero responde à exortação de Ático para que se dedique à *historia*, afirma que para realizar tal tarefa é necessário *uacuum tempus et liberum*, e que não se pode empreender uma obra de história sem dispor de ócio, nem terminá-la em pouco tempo (*Historia uero nec institui potest nisi preparato otio nec exiguo tempore absolui ...*). Assim, a *historia* fica adiada, como um projeto futuro, para depois da retirada da vida política e judiciária.

A *historia*, como *opus oratorium maxime*, exige todo o talento e todos os recursos do *orator*, além disso exige *otium*, tempo livre tomado das atividades políticas e judiciárias típicas do cidadão pertencente à elite romana. Uma das preocupações dos historiadores contemporâneos de Cícero, e daqueles que escreverão depois dele, será justamente justificar o *otium* que lhes possibilitou escrever suas *historiae*.

No *De oratore*, II. 62-64, Marco Antonio volta a apresentar a *historia* como uma tarefa do *orator*, a apontar a ausência de preceitos retóricos para essa tarefa, e apresenta os seus fundamentos e sua construção.

Videstine, quantum munus sit oratoris historia? Haud scio, na flumine orationis et uarietate maximum. Neque tamen eam reperio usquam separatim instructam rhetorum praeceptis: sita sunt enin ante oculos. Nam quis nescit priman esse historiae legem ne quid falsi dicere audeat? Deinde ne quid ueri non audeat? Ne qua suspicio gratiae sit in scribendo? Ne qua simultatis? **63.** *Haec scilicet fundamenta nota sunt omnibus; ipsa autem exaedificatio posita est in rebus et uerbis. Rerum ratio ordinem temporum desiderat, regfionum descriptionem, uult etiam quoniam in rebus magnis memoriaque dignis consilia primum, deinde acta, postea euentus expectentur, et de consiliis significari quid scriptor probet, et in rebus gestis declarari, non solum quid actum aut dictum sit, sed etiam quomodo. Et cum de euentu dicatur, ut causae explicentur omnes, uel casus, uel sapientiae, uel temeritatis, hominumque ipsorum non solum res gestae, sed etiam qui fama ac nomine excellant, de cuisque uita atque natura.* **64.** *Verborum autem ratio et genus orationis fusum atque tractum, et cum lenitate quadam aequabili prfluens, sine hac iudiciali asperitate, et sine sententiarum forensium açuleis persequendum. Harum toto tantarumque rerum uidetisne ulla esse praecepta, que in artibus rhetorum reperiantur?*

In eodem silentio multa alia oratorum officia iacuerunt, cohortationes, consolationes, praecepta, admonita: que tractanda sunt omnia disertissime; sed locum suum in his artibus, quae tradita sunt, habent nullum. (*De oratore*, II. 62-64)

Vedes quanto de trabalho de orador há na história? Não sei se [*aí*] *a abundância ou a variedade da oração é mais importante. Não encontro,*

todavia, em lugar algum nos preceitos dos retores, [a historia] ensinada com amplitude: pois [os preceitos da historia] estão postos diante dos nossos olhos. Pois, quem desconhece ser a primeira lei da história não ousar dizer algo de falso? Em seguida, que não se ouse não dizer algo de verdadeiro? E que não haja nenhuma suspeita de favor? E nem de dissimulação? **63.** *De fato, esses fundamentos são conhecidos por todos; mas a construção [da história] está baseada nos acontecimentos e nas palavras. O plano dos acontecimentos requer a ordem dos tempos e a descrição das regiões; quer ainda, primeiramente, as deliberações nas grandes coisas (ações) dignas de memória, em seguida os atos, depois que os resultados sejam penetrados com cuidado, e que prove o que for revelado sobre as deliberações, não só aquilo que foi feito e dito, mas também de que modo; e quando for dito algo sobre as conseqüências, que todas as causas sejam explicadas: os acasos, ou as sabedorias ou temeridades, e que sejam narrados não só os feitos dos grandes homens, mas também a vida e natureza daqueles que se sobressaem pela fama e pelo nome.* **64.** *O plano das palavras deve seguir o gênero de oração profuso e extenso, e que flua abundantemente com certa suavidade uniforme, sem os aguilhões das frases forenses. Vedes que dessas tantas e tão importantes coisas não há preceitos que sejam encontrados nas artes retóricas.*

Nesse mesmo silêncio, muitos outros deveres dos oradores ficaram no esquecimento, exortações, discursos consolatórios, ensinamento, admoestações, todos gêneros que devem ser tratados eloqüentemente; mas não têm nenhum lugar naquelas técnicas que foram transmitidas.

A *historia*, nas técnicas retóricas transmitidas pelos manuais, encontra-se esquecida no mesmo silêncio de outros tipos de discursos pertencentes ao gênero demonstrativo. A *ratio uerborum*, a *elocutio*, da *historia* é definida com os mesmos termos que, em outras passagens, Cícero define a *elocutio* do gênero demonstrativo (p. ex. *Orator*, 66): *tractus, lenis, aequabilis, profluens* (ou *fluens*). Outra característica que identifica *historia* com gênero demonstrativo é a diferenciação da sua *elocutio* daquela do discurso judiciário.

No que concerne a *ratio rerum*, temos aqueles temas que já eram, e continuarão a ser depois de Cícero, característicos das *historia*. A particularidade da *historia* que aparece nesse passo do *De oratore*, e que será a causa de grande perplexidade nos comentadores modernos, é que sua primeira lei, seu fundamento seria não ousar dizer algo de falso e não ousar não dizer de verdadeiro.

O que Marco Antonio chama de primeira lei da história, não ousar dizer algo de falso e não ousar não dizer algo de verdadeiro, às vezes é interpretado, por alguns comentadores modernos, como uma obrigação de não mentir, de dizer sempre a verdade.

Nesse tipo de análise[5], Cícero aparece como um teórico da história, que apesar de conhecer os fundamentos da história científica elaborada por Tucídides[6], expresso por ele no *De oratore* como a primeira lei da história, exigia das obras históricas imagens comoventes, que provocassem emoções fortes no espírito do leitor, unidade narrativa, perfeição, continuidade e simetria, a escolha harmoniosa do prólogo e da conclusão.

---

[5] Como exemplo desse tipo de análise ver J. MANDEL. "L' historiographie hellénistique et son influence sur Cicéron" in *Euphrosyne*, 1980: 7-24.

[6] Para a concepção científica da história de Tucídides, ver F. HARTOG. "L'oeil de Thucydide et l'histoire 'veritable'" in *Poétique*, 49, 1982: 22-30

Marco Antonio denomina *exaedificatio* da história é visto como influência negativa da retórica sobre a historiografia[7], pois a verdade não é o ideal da retórica, cujo objetivo é obter um efeito específico bem definido. O ideal da historiografia, ao contrário, está na verdade, portanto, tudo aquilo que falseia e deforma essa verdade lhe é nocivo.

Ao nosso ver, a oposição entre os fundamentos e a construção da história – como as sugestões que aparecem na carta a Luceio, que veremos mais adiante – não indica uma contradição entre uma suposta concepção científica da história de Tucídides e uma suposta historiografia helenística, fortemente influenciada pela retórica.

Quando Marco Antonio afirma que os preceitos da história estão postos diante dos olhos de todos, podemos entender essa afirmação de maneira mais concreta do que teórica. As leis da história referem-se como que ao consenso a partir do qual o discurso histórico deve se confirmar como tal. Marco Antonio, no *De oratore* II.36, refere-se a esse consenso como *testis temporum, lux ueritatis, uita memoriae, nuntia uetustatis*.

O problema surge, justamente, no momento de construir uma *historia* que produza esse efeito. O critério aplicado é o da verossimilhança, *to eikos*. O historiador romano separa o sobrenatural do elemento claramente fabuloso da história e racionaliza o resto – na *exaedificatio* – compondo uma história aceitável[8].

Dionísio de Halicarnasso (*Sobre Tucídides*, 6-7) cita a decepção provocada nos leitores por historiadores que incluíam elementos míticos nas suas obras. Lívio, no exórdio, faz questão de separar aquilo que na sua obra é propriamente sua *res*, daquilo que não é:

---

[7] J. MANDEL. *Op. cit.*, p.9

[8] T. P.WISEMAN. "Practice and Theory in roman Historiography." In *History*, 66: 375-393, 1981, p.388.

6. *Quae ante conditam condendamue Vrbem poetis magis decora fabulis quam incorruptis rerum gestarum monumentis traduntur, ea nec adfirmare nec refellere in animo est.* [...] **8.** *Sed haec et his similia utcumque animaduersa aut exixtimata erunt, haud in magno equidem ponam discrimine*:

6. *Não está no meu ânimo nem refutar nem confirmar as coisas, anteriores à cidade fundada ou a ser fundada, que são transmitidas, mais decorosas, pelas fábulas poéticas do que pelos testemunhos incorruptos dos feitos empreendidos.*

8. *Essas coisas, porém, e outras semelhantes a essas, como quer que sejam criticadas ou apreciadas, quanto a mim absolutamente não os levarei em grande consideração.*

Lívio, que está prestes a começar a apresentar ao leitor a sua história de Roma desde a sua fundação, faz questão de ressaltar que aquelas coisas que fazem parte do *decorum poeticum* e outras semelhantes a elas que serão narradas por ele ao longo de sua obra, não serão levadas em conta, não serão objetos de sua consideração de *scriptor rerum gestarum*. Não por que não sejam verdadeiras, isso não lhe interessa discutir, mas por que não provocam o efeito de *dicere quid ueri*. Quando um historiador romano compunha sua obra, não tinha como preocupação discutir a veracidade das fontes[9].

[9] *Inuentio* não é 'invenção'. Se por meio disso entendemos um certo grau de imaginação criativa. É simplesmente a 'descoberta' do que deve ser dito em uma dada situação (*ta deonta heurein*), a teoria implícita é que há algo já, ainda que latente, e não precisa ser construído como uma ficção da imaginação ... A natureza da *inuentio* antiga e sua diferença da invenção moderna são importantíssimas. Esse conceito não só limitava o poeta de um modo que achamos surpreendente [na medida em que reproduz e expande a tradição herdada, e raramente lhe permite inventar episódios ou caracteres], mas isso realmente liberava o historiador, dando-lhe muito mais espaço de variação; é por isso que a maior

Um outro escrito de Cícero que trata da história é a carta a Luceio (*Ad familiares*, V.12). Em 56 a. C., Cícero endereça uma carta a seu amigo Luceio, que estava escrevendo uma obra histórica desde a chamada Guerra Itálica, 91-88 a. C., até 56 a. C., seguindo o gênero analístico, isto é, relatando os fatos importantes em ordem cronológica. Luceio tinha prometido a Cícero que, nessa obra, escreveria também sobre o consulado deste.

Temendo que a grande quantidade de fatos retardasse a sua entrada na obra de Luceio e que a seqüência cronológica da narração encobrisse o seu brilho, no primeiro parágrafo, Cícero, vencendo sua vergonha afetada, expressa o seu desejo de glória, muito próximo do tópos *non omnis moriar*.

1. *Ardeo cupiditate incredibili neque, ut ego arbitror, reprehenderis, nomem ut nostrum scriptis illustraretur et celebretur tuis ... Neque enim me solum commemoratio posteritaris ad spem quandam immortalitatis rapit, sed etiam illa cupiditatis, ut uel auctoritate testimonii tui uel indicio beneuolentiae uel suauitate ingenii uiui perfruamus.*

1. *Ardo pelo incrível desejo que, como julgo, não deve ser censurado, de que nosso nome seja ilustrado e celebrado pelos teus escritos ... Com efeito, não somente a recordação da posteridade me rapta para alguma esperança de*

---

parte dos historiadores antigos se sentia livre em preencher a tradição com discursos, narrações estandardizadas de batalhas ou embaixadas, motivações aparentes, e outras manifestações do to eikos. Ambos, poeta e historiador, trabalhavam dentro de regras que eram originalmente retóricas. D. A. RUSSEL. "Rhetoric and Criticism" in *Greece and Rome*, 14 (1967), p. 135. Cícero define *inuentio* como *a invenção das coisas verdadeiras ou verossímeis que tornem a causa provável* (*De inuentione*, 1.9). Como vemos, a *inuentio* fazia distinção entre coisas verdadeiras e verossímeis, mas ambas podem servir para construir argumentos.

imortalidade, mas também aquele desejo de que, ou pela autoridade de teu testemunho, ou pela benevolência da tua indicação, ou pela suavidade do teu engenho, sigamos vivos.[10]

É interessante notar que a esperança de ser ilustrado, celebrado, recordado pela posteridade, enfim, de continuar vivo, Cícero deposita em Luceio. Mais adiante, no parágrafo seis, Cícero escreve:

Ac non uereor, ne assentatiuncula quadam ocupari tuam gratiam uidear, quum hoc demostrarem, me a te potissimum ornari celebrarique uelle.

E nem temo que eu pareça caçar teu favor com alguma leve adulação quando demonstro isto: desejar sobretudo ser ornado e celebrado por ti.

Cícero poderia muito bem escrever, ele mesmo, uma *historia* sobre seu consulado. Afinal ele já escrevera, por volta de 60 a. C, *De consulatu suo*, poema em três livros que celebrava sua luta contra Catilina. Por que então pedir a Luceio que se escreva uma *historia* sobre esse mesmo tema? A resposta de Cícero está no parágrafo oito da carta, quando comenta uma eventual impossibilidade de Luceio em atender seu pedido.

---

[10] As traduções dos trechos da carta a Luceio são de A. CHIAPPETTA, in *Língua e Literatura*, 22 (1996): pp. 15-34.

... cogar fortasse facere quod nou ulli saepe reprehendunt: scribam ipse de me, multorum tamen exemplo et clarorum uirorum. Sed, quod te non fugit, haec sunt in hoc genere uitia: et uerecundius ipsi de sese scribant necesse est, se quid est laudandum, et praetereant, si quid reprendendum est. Accidit etiam ut minor sit fides, minor auctoritas.

... serei levado talvez a fazer o que alguns com freqüência repreendem: eu mesmo escreverei a meu respeito, todavia com o exemplo de muitos e famosos homens. Mas, o que não te escapa, neste tipo de escrita há esses vícios: é necessário não só que os próprios escrevam de si mais modestamente, se algo deve ser louvado, mas também que deixem de lado, se algo deve ser repreendido. Acontece também que a fé fique menor, menor a autoridade.

O que Cícero alega aqui, é que para o *decorum* do gênero *historia*, que seu autor escreva sobre si mesmo, o que não se aplica a um poema. De fato, como o próprio Cícero já afirmara, respondendo a uma pergunta de seu irmão a respeito das leis diferentes que devem ser observadas na história e na poesia: na história todas as coisas se referem à verdade, apesar das inumeráveis *fabulae* que se encontram na obra de Heródoto e Teopompos, enquanto que na poesia a maioria das coisas se refere ao prazer (*De legibus,* I.3).

Escrever sobre si mesmo pode comprometer os efeitos que a *historia* deve provocar no leitor, além disso, diminui a *fides*[11] a *auctoritas* do autor, o que compromete

[11] Para o conceito de *fides* ver G. FREYBURGER. *Étude semantique et religieusedepuis les originesjusqu'à l'époque augustéene*. Paris: "Les Belles Lettres", 1986. E também É. BENVENISTE. *O vocabulário das instituições indo européias*. Vol I. Campinas: EDUNICAMP, 1995. Para o papel da

sobretudo o efeito de verossimilhança que a *historia* deve obter. É justamente contra isso que Lívio queria se precaver no seu exórdio.

Na recepção de uma obra de *historia* tinha uma grande influência a impressão de verossimilhança que dependia da credibilidade que o leitor depositava no desinteresse com que o autor escrevia seu texto, que era sempre ressaltado no exórdio. Escrever sobre si mesmo comprometia seriamente essa credibilidade.

> *O discurso ordenado, portanto, negocia a "fides" estabelecendo um pacto entre as partes. O orador produz "credibilidade", não para si, mas para o discurso (fidem facere orationi), e esta deve ser atribuída ao discurso pelo ouvinte (fidem facere auditori), ou seja, o orador faz com que o ouvinte atribua "credibilidade" ao discurso. Se há uma desigualdade entre as partes envolvidas no pacto, a posição hierarquicamente superior é de quem recebe a fides, ou seja, o discurso.*[12]

A *Historia*, como discurso ordenado, também negocia a *fides* com seu leitor/ouvinte. E para que este lhe atribua credibilidade, deve acreditar na isenção do autor da *historia*. Para quem escreve uma *historia* sobre si mesmo essa negociação torna-se bem mais difícil.

---

fides na concepção de história de Cícero ver E. CIZEK. "La poétique cicéronienne de l'historie" in *Budé* 1 (1988): 16-23.

[12] A. CHIAPPETTA. *Ad animos faciendos. Comoção, fé e ficção nas Partitiones oratoriae e no De officiis de Cícero.* Tese de doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1997, p. 83

Já no primeiro parágrafo da carta, Cícero cita a *auctoritas* de Luceio (*uel auctoritate testimonii tui*) como um dos motivos para que seja ele o autor da *historia* de seu consulado. No parágrafo sete, ele volta ao tema.

Atque hoc praestantius mihi fuerit et ad laetitiam animi et ad memoriae dignitatem, si in tua scripta peruenero quam si in ceterorum, quod non ingenium mihi solum suppeditatum fuerit tuum, sicut Timoleonti a timae aut ab Herodoto Themistocli, sed etiam autorictas clarissimi et spectatissimi uiri et in rei publicae maximis grauissimisque causis cognoti atque in primis probati, ut mihi non solum praeconium, quod, cum in Sigeum uenisset, Alexander ab Homero Achilli tributum esse dixit, sed etiam graue testimonium impertitum clari hominis magnique uideatur. Placet enim Hector ille minhi Naeuanius, qui non tantum "laudari" se laetatur, sed addit etiam "a laudato uiro."

E isto será melhor para mim, tanto para a alegria de meu espírito quanto para a dignidade de minha lembrança, se eu tiver permanecido nos teus escritos e não no de outros, pois terá sido fornecido para mim não somente o teu engenho, como a Timoleonte o de Timeu, ou o de Heródoto a Temístocles, mas também a autoridade de um homem muito famoso e muito reconhecido nas maiores e mais importantes causas da república e, antes de tudo, aprovado; para que a mim pareça concedido não apenas o elogio que Alexandre, quando se dirigia ao Sigeu, disse ter sido atribuído por Homero a Aquiles, mas também o grave testemunho de um homem grande e brilhante. Com efeito, agrada-me aquele

Heitor de Névio que não somente se alegrava em ser louvado, mas até acrescenta "por um homem louvado".

Cícero, nesse trecho da carta, reforça a importância da *auctoritas* de Luceio. Ela é fundamental para que a *historia* de seu consulado obtenha a *fides* do público, é a autoridade de alguém famoso e reconhecido, aprovado nas maiores e mais importantes causas da república.

Essa *auctoritas* é exaltada pelas comparações feitas: Luceio é comparado a Timeu, Heródoto, Homero e Névio. E Cícero, que nessa carta tem a interessante posição de uma *res loquens* (ou *scribens*), acaba por comparar-se a Timoleonte, Temístocles, Alexandre e Heitor. A imortalidade da *historia* que Luceio deve escrever está intimamente ligada a *auctoritas* de seu autor, e na importância na obtenção da *fides* junto ao público.

Como já dissemos, a *res* da *historia* que Cícero deseja ver escrita por Luceio é o próprio Cícero e seu consulado. Isso implica em um novo subgênero da *historia* que exclui tanto a autobiografia como a *historia* que tem como modelo os *Annales*. Esse novo subgênero é a monografia histórica retoricamente organizada. No segundo parágrafo da carta a Luceio, Cícero escreve:

... tu quoque ciuilem coniurationem ab hiostilibus externisque bellis subiungeres. Equidem ad nostram laudem non multum uideo interesse, sed ad properationem meam quiddam interest non te exspectare, dum ad locum uenias, ac statim causam illam totam et empus arripere, et simul, si uno in argumento

unque in persona mens tua tota uersabitur, cerno iam animo uberiora atque ornatiora futura sint.

... tu também, do mesmo modo, separarias a conjuração civil das nossas guerras externas. E, na verdade, não vejo interessar muito a meu louvor, mas interessa à minha pressa que tu não esperes até que chegues ao ponto, mas tome imediatamente toda aquela causa e momento; e, ao mesmo tempo, se toda a tua mente se voltar para um único argumento e uma única pessoa, já distingo com que ânimo estarão para surgir coisas mais férteis e mais ornadas.

Cícero propõe a Luceio não esperar que, respeitando a ordem a cronológica dos fatos, chegue até o ponto que interessa a ele, Cícero, mas que comece sua *historia* a partir desse ponto, concentrando-se na figura de Cícero, cônsul em 63 a. C., e na conjuração de Catilina. Esse procedimento, essa *inuentio* proposta por Cícero rompe com a estrutura narrativa dos *Annales* ou de qualquer outra que exponha os acontecimentos em ordem cronológica seqüencial. Nos parágrafos cinco e seis de sua carta, Cícero explica por que rejeita a *ordo annalium*.

Etnim ordo ipse annalium mediocriter nos retinet quase enumaeratione fastorum; at uiri saepe excelentius ancipites uariique casus habent admirationem, exspectionem, laetitiam, molestiam, spem animus iucundissima lectionis uoluptate. **6.** *Quo mihi acciderit optatius, si in hace sententia fueris, ut a continentibus tuis scriptis, in quibus perpetuam rerum gestarum historiam*

complceteris, scernas hanc quase fabulam rerum euentorumque mostrorum. Habet enim uarios actus multasque actiones et consiliorum et temporum.

E, na verdade, a ordem cronológica dos eventos nos retém muito pouco, como se fosse uma enumeração dos fastos; mas os incertos e variados casos de um homem excepcional têm admiração, expectativa, alegria, pesar, esperança, temor; se forem concluídos com um fim notável, aí, então, o espírito enche-se com a agradável volúpia da leitura. **6.** *Por isso me aconteceria mais agradavelmente, se tu estivesses nessa decisão para que, da continuidade de teus escritos em que terás abarcado a perpétua história dos feitos empreendidos, separes está, por assim dizer, fábula das nossas coisas e dos nossos eventos.*

Além do medo de desaparecer no meio de uma narração cronológica, e assim não conseguir obter a glória[13] para si e para Luceio, Cícero apresenta argumentos pertinentes à *inuentio* para convencer seu amigo a escrever uma monografia sobre o seu consulado. As aventuras e desventuras de um homem excepcional criam uma leitura mais atraente, variegada e tornam a leitura agradável e prazerosa.

Na parte da construção da *historia* que, no *De oratore*, Marco Antonio denomina *ratio rerum*, já aparece a preocupação com o *delectare* que a monografia, ao contrário, dos *Annales* possibilita. As *res gestae* do consulado de Cícero devem ser apresentados como se constituíssem uma *fabula*, que crie no

[13] Para a função moral e política da *gloria* em Roma ver M. H. DA ROCHA PEREIRA – *Estudos de História da Cultura Clássica*. II volume Cultura Romana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

leitor a volúpia da leitura, e o *ingenium* e a *auctoritas* de Luceio devem tornar essa *fabula* digna da *fides* do leitor/ouvinte. No quarto parágrafo da carta a Luceio, lemos:

> **4.** *A principio enim coniurationis usque ad reditum nostrum uidetur mihi modicum quoddam corpus confici posse, in quo et illa poteris uti ciuilium commutationum scientia uel in remediis incommodorum, cum et reprehendes ea, quae uituperanda duces, et quae placebunt, exponendis rationibus comprobabis et, si liberius, ut consuesti, agendum putabis, multorum in nos perfidiam , insidias, proditionem notabis. Multam etiam casus nostri uarietatem tibi in scribendo suppeditabunt plenam cuiusdam uoluptatis, que uehementer animos hominum in legendo te scriptore tenere possit. Nihil est enim nihil aptius ad delectationem lectoris quam temporum uarietates fortunaeque uicissitudines.*

> **4.** *Do começo da conjuração até o meu retorno do exílio parece-me que um razoável volume pode ser elaborado, no qual poderias utilizar teus conhecimentos das mudanças civis, ou explicar as causas das coisas mais recentes, ou sugerir remédio para as suas calamidades, enquanto repreendes o que consideras censurável e justificar o que aprovas, anotando as tuas razões em cada caso. E se julgares que podes tratar este assunto com excepcional liberdade de discurso, como é teu costume,*

---

pp. . e também A. J. WOODMAN. *Rhetoric in classical Historiography. Four studies.* Portaland: Aeropagita Press, 1988, p.74 e nota 9.

anotarás a perfídia, as traições, a conspiração de muitos contra nós. Além disso, o que me aconteceu te suprirá, ao escrever, de uma grande variedade de material que, sendo tu o escritor, poderá tomar, na sua leitura, o ânimo do público. Pois não há nada mais apto a agradar o leitor que as mudanças das circunstâncias e as vicissitudes da fortuna.

Vemos aqui a insistência na capacidade de deleitar o leitor, de prender a atenção dos homens que a *historia*, proposta por Cícero, deve apresentar. Essa capacidade deriva tanto da sua *res*, do seu consulado até o retorno do exílio, como o *ingenium*, o talento de seu autor, Luceio, que com seus conhecimentos e sua liberdade de discurso pode explicar as mudanças e suas causas.

As funções do autor de uma monografia histórica aparecem, no trecho acima, designadas com as mesmas palavras usadas para indicar as funções do orador no gênero demonstrativo: sugerir remédios para as calamidades, repreender o que for considerado digno de censura, justificar aquilo que for digno de aprovação, anotando, em cada caso, os motivos da repreensão e da aprovação.

Portanto, o sucesso da monografia histórica que Cícero propõe a Luceio, para que os dois atinjam a *gloria* e possam assim viver para sempre, está tanto na sua *res* como no *ingenium* e *auctoritas* de seu autor. Mas só isso não basta para que essa *historia* possa contar com a *fides* do leitor.

O *ingenium* de Luceio deve também, para conseguir *delectare*, *placere* e *docere* o público, saber *ornare* esse tema com as *uerba* convenientes, com uma *elocutio* digna da *res inuenta*. E assim, no terceiro parágrafo, Cícero diz:

Itaque te plane etiam atque etiam rogo, ut et ornes ea uehementius etiam, quam fortasse sentis, et in eo leges hsitoriae neglegas gratiamque illam, de qua suauissime quodam in prohoemio scripsiti, a qua te flecti non magis potuisse demonstras quam Herculem Xenophontium illum Voluptate, eam, si me tibi uehementius comendabit, ne aspernere amorique nostro plusculum etiam, quam concedet ueritas, largire.

Assim, peço-te e peço-te que as ornamentes com até mais veemência do que talvez sintas, e que nisto negligencies as leis da história e aquele favor sobre o qual escreveste suavemente em um certo proêmio, demonstrando que não poderias ser desviado dele mais do que aquele Hércules de Xenofonte poderia ser do Prazer, não o abandones se ele me recomendar a ti muito fortemente e até um pouco mais do que a verdade conceder prodigalizar em favor da nossa amizade.

É da comparação desse passo da carta a Luceio, e daquele do *Brutus* (42) com os trechos do *De oratore* (II.62), em que Marco Antonio expõe as leis da história, e do *De legibus* (I.3), no qual Cícero afirma que na *historia* a maioria das coisas se referem à verdade, que uma crítica tradicional[14] aponta uma contradição na concepção de história de Cícero.

---

[14] Rambaud (1953, p. 15) cita, como representantes dessa crítica, os seguintes autores e obras: W. DRUMANN. *Geschichte Roms in seine Übergang von der republikanischen zur monarkische* VerfassungI, VI, Königsberg, 1844; K. BERNS. *Zu Ciceros Ansicht der Geschichte*, Progr., Attendorn, Siegen, 1880; H. PETER. *Die geschchtliche Literatur über die römanische Kaiserzeit bis Theodosius und ihre Quellen*, 2 vol., Leipzig, Teubner, 1897 (cf. t. I, p. 10, 22-23, 36); H. HENZE. *Quomodo cicero*

Alguns autores ressaltam a necessidade de se ler essa carta dentro da situação política em que Cícero se encontrava, com o seu poder praticamente anulado pelos triúnviros. Uns afirmam que Cícero pedia a Luceio um contrapeso a essa situação, uma obra na qual ele se visse como um herói, assim como no poema que celebrava seu consulado[15]. Outros, que essa proposta fazia parte da campanha política de Cícero para conseguir sua reabilitação política, por isso não deve ser utilizada para criticar suas reflexões sobre a história[16].

Por trás desse tipo de análise está uma concepção moderna de verdade e, em particular, do que seria a verdade na história, como disciplina científica, institucionalizada pelos próprios historiadores, reconhecidos como tal pelos departamentos de história das universidades, que são responsáveis por esse reconhecimento e por estabelecer o que pertence e o que não pertence à ciência história.

No século I a. C., em Roma, a retórica institucionalizava e regulava os discursos em geral, inclusive o da *historia*. É a partir dela, como vimos ao longo deste capítulo, que Cícero ordena as suas reflexões sobre a *historia*. Quando Cícero pede a Luceio para negligenciar as leis da *historia*, ou favorecer-lhe mais do que a *ueritas* concederia, não pede para que o autor sonegue fatos históricos cientificamente estabelecidos, e por isso correspondentes à verdade. O que Cícero lhe propõe é uma determinada *exaedificatio* da *historia*, da qual ele próprio é o tema central e na qual, pelo recurso à *inuentio*, à

---

de historia eiusque auctoribus iudicauerit, Diss., Iéna, 1899; J. ZINGLER. *De Cicerone historico quaestiones*, Berlin (Mayer-Müller), 1900 (c.r. de Holzapfel, *B. Ph. W.*, 1901, col. 1035-1039) ; L. LAURAND – *Étudess sur le style de Cicéron*, thèse, Paris, Hachette, 1907 ; SCHANZ-HOSIUS. *Geschichte der Römischen Literatur*. 1re partir: *Die römische Literatur in der Zeit der Republik*, Münich, Beck, 1927. O próprio Rambaud (Ibid.) afirma que até, mesmo para os defensores de Cícero, a carta a Luceio constitui um obstáculo para a formulação de uma concepção historiográfica ciceroniana.

[15] A. D. LEEMAN. "Le genre et le style historique a Rome: théorie et pratique". In *Revue des Études Latines* 33: 183-208, 1955, pp. 190,191.

[16] L. MARCHAL. "L'histoire pour cicéron." In *Les Études Classiques*, *LV* (1): 41-64, 1987, p.197

auctoritas e ao *ingenium* do *scriptor*, consiga obter a *fides* dos leitores e assim fazer com que Cícero, personagem da *historia*, e seu consulado apareçam ao leitor conforme deveriam ser.

Não faz sentido pensar que a historiografia antiga, subgênero do gênero demonstrativo, por fornecer lições aos homens de Estado, deveria ser cientificamente verdadeira, sob a pena de tornar-se um falso testemunho e perder todo o seu valor. Cícero considerava o retrato de Ciro, feito por Xenofonte, útil não porque tinha sido escrito de acordo com o que chamamos hoje de verdade histórica, mas de acordo com a justa imagem do governante (*Q. fr.* 1,1,23). Diodoro da Sicília (*Antiguidades Romanas* I.12) dizia que os mitos fictícios de Lívio tinham valor moral (Woodman 1988, pp.93,94). Em sua carta a Luceio, pede uma monografia histórica de acordo com o que seria, para ele, a justa imagem do cônsul que debelou a conjuração de Catilina e salvou a república.

Luceio não conseguiu realizar o que Cícero lhe pediu nessa carta, ou se conseguiu sua realização não chegou até nós. Tão pouco Cícero parece ter escrito obras de história, quer sobre seu consulado, quer sobre qualquer outro tema. Parece que até sua morte não havia ainda nas letras latinas aquele gênero de *historia* que Marco Antonio augurava no *De oratore*. Cornélio Nepos escreveu a esse respeito:

> *Non ignorare debes unum hoc genus Latinarum litterarum adhuc non modo non respondere Graeciae, sed omnino rude atque inchoatum morte Ciceronis relictum. Ille enin fuit unus qui potuerit et etiam debuerit historiam digna uoce pronuntiare, quippe qui oratoriam eloquentiam rudem a maioribus acceptam perpoliuerit, philosophiam ante eum incomptam Latinam sua conformarit*

oratione. Ex quo dubito, interitu eius utrum res publica na historia magis doleat.[17]

Tu não deves ignorar ser este o único gênero das letras latinas que, até o presente, não só não faz frente à Grécia, mas, por causa da morte de Cícero, ficou inteiramente não polido e incompleto. De fato, ele foi o único que teria podido, e até tido a obrigação de, exprimir uma historia com uma voz digna, visto que limou a rude eloqüência oratória recebida dos antepassados, e com seu discurso deu uma forma à filosofia latina, que antes dele não tinha ornato. Por isso fico em dúvida se, com sua morte, foi a República ou a historia que mais sofreu.

Cícero, na opinião de Cornélio Nepos, teria dado uma voz digna à *historia* em latim, porque limou a oratória romana dos seus antecessores e deu uma forma a uma filosofia sem ornato. Eram seus dotes de orador que faziam com que se esperasse dele uma *historia* que estivesse à altura daquela grega. Mas se para Nepos ele teria sido o único que poderia tê-la criada, Salústio, que não nutria grandes simpatias pelo arpinate, não pensou assim, mas de modo, pode-se dizer ciceroniano, dará uma *digna uox* a esse gênero.

---

[17] In CORNÉLIUS NÉPOS. *Ouvres*. Texte étabili et traduit par Anne-Marie Guillemin. Paris: "Les Belles Lettres", 1923. Fragmentum 3. *Cornelius Nepos in libro de hsitoricis de laude Cicerone.*, p. 171

Capítulo II
SOBRE O EXÓRDIO

> "O prólogo, quando os astros são favoráveis, não é uma forma subalterna do brinde; é uma espécie lateral da crítica."
> (Jorge Luis Borges, *Prólogo de prólogos*)

No capítulo anterior vimos que Cícero auspiciava para as letras romanas uma *historia exornata* e não uma simples narração cronológica dos acontecimentos. Essa *exornatio* incluía um exórdio. Na carta a Luceio, ao lhe pedir que ornamente a *historia* que lhe pede, Cícero cita um proêmio que o próprio Luceio tinha escrito (3. ...*de qua suauissime quodam in prhoemio scripsit*...). Alguns historiadores como Políbio e Heródoto, citados na carta como exemplos, escreveram exórdios para suas obras. O exórdio deste último aparece, na obra de Luciano de Samósata, *Como se deve escrever a história*, exemplificando a forma ideal de um exórdio de uma obra de *historia*.

O próprio Cícero, em suas obras, preocupa-se com seus exórdios. Em uma carta a Ático (*Ad Att.* XVI. 6), ele confessa sua negligência, por ter mandado para seu editor uma obra, *De gloria*, com o mesmo *prohoemium* do terceiro livro das *Academicae*. Ao justificar sua negligência, afirma ter tirado de seu livro de proêmios, para o *De gloria*, um que já tinha sido usado (*Id euenit ob eam rem, quod habeo uolumen prohoemiorum. Ex eo eligere soleo, cum aliquod* suggrama *institui*). O proêmio, portanto, é importante

a ponto de Cícero ter um livro de proêmios, já prontos, para serem usados em suas obras escritas em prosa: *syngramma*.

Ao escrever uma carta a Luceio encomendando uma *syngramma* desde o começo da conjuração de Catilina até seu retorno do exílio, isso incluía também um exórdio. Afinal, Aristóteles já afirmara (*Rhetorica*, III. 14. 1416a) que os proêmios servem para ornamento (*kósmos*), e que sem eles o discurso pareceria grosseiro e sem arte (*autokábdalos*). Cícero, a respeito do orador que começava sem exórdio, escreveu:

> *... si is non praeparatis auribus inflammare rem coepit, furere apud sanos et quasi inter sobrios bacchari uinulentus uidetur.* (*Orator*, XXVIII. 99)

> *... se ele, não tendo preparado os ouvidos, começa a inflamar seu tema, parece enlouquecer entre os sãos e ser um embriagado que, entre sóbrios, celebra os mistérios de Baco.*

Mas os proêmios e os exórdios que embelezam e dão graça aos discursos, os exórdios que preparam os ouvidos dos ouvintes não eram apenas um texto ou uma advertência breve que antecedia a obra, escrita ou não, com o objetivo de apresentá-la ao leitor ou ouvinte. Era uma das partes do discurso ordenado, objeto da preceituação retórica. A retórica latina do século I a.C., nas partes em que costumava dividir o discurso (*oratio*), sempre destacava um lugar para o exórdio. Na *Retórica ad Herennium*[1] (I. III. 4), por exemplo, o discurso (*oratio*) aparece dividido em seis partes.

---

[1]A *Rhetorica ad Herennium* é o mais antigo tratado de retórica em latim que possuímos, foi provavelmente escrito no I século a.C. e durante muito tempo a sua autoria foi atribuída a Cícero, depois

Inuentio in sex partes orationis consumitur: in exordium, narrationem, diuisionem, confirmationem, confutationem, concusionem. Exordium est principium orationes per quod animus auditoris constituitur ad audiendum.

A invenção é empregada nas seis partes do discurso: no exórdio, na narração, na divisão, na confirmação, na refutação, na conclusão. O exórdio é o princípio da oração, pelo qual o ânimo dos ouvintes é disposto para ouvir.

Essa divisão aparece logo no início do tratado; até aí o seu autor tinha apenas apresentado o seu próprio exórdio dedicando o tratado a Herênio (I. I. 1), apresentado os deveres do orador, os três grandes gêneros de causa (*demonstratiuum*. demonstrativo, *deliberatiuum*, deliberativo, e *iudiciale*, judicial, I. II. 2), e as seis etapas, poderíamos dizer assim, da dicção do discurso (*inuentio, dispositio, elocutio, memoria* e *pronuntiatio*). Estamos no início do tratado, ainda não foi abordado nenhum gênero de causa em particular, somente no exórdio do livro dois ficaremos sabendo que o livro um tem como tema o gênero judiciário.

Também no tratado *De inuentione* encontramos a divisão da oração em seis partes, ela aparece no início da obra, bem antes da apresentação dos gêneros de causa, que só serão abordados no livro II. A palavra *iudicatio*, que aparecerá na citação a seguir, pode ser traduzida por investigação, opinião, deliberação e não está necessariamente ligada apenas a um contexto judiciário.

---

a Cornifício, mas ainda hoje é discutida. Tem como fontes principais Aristóteles e Hermágoras e seu objetivo é sobretudo dar preceitos e classificar. Essa obra é importante por ter começado a instituir, a

Quare cum iudicatio et ea quae ad iudicationem oportet argumenta inueniri diligenter erunt artificio reperta, cura et cogitatione pertractata, tum denique ordinandae sunt ceterae partes orationis: Eae partes sex esse omnino nobis uidentur: exordium, narratio, partitio, confirmatio, reprehensio, conclusio. (*De inuentione*, I. XIV. 19)

Portanto, quando a investigação e os argumentos necessários à investigação tiverem sido diligentemente encontrados, examinados a fundo com cuidado e reflexão, somente então devem ser ordenadas as outras partes do discurso. Essas partes nos parecem ser, ao todo, seis: o exórdio, a narração, a partição, a confirmação, a repreensão, a conclusão.

O mesmo acontece no *De oratore*, a divisão do discurso aparece no início do tratado, no seu primeiro livro, quando Crasso começa a discorrer sobre os deveres do orador (I. XXXI. 138). Aqui também temos as seis partes, designadas pelas suas funções no discurso, e não pelos seus respectivos nomes.

... etiam illa cognoram, et acceperam, antequam de re diceremus, initio conciliandos eorum animos, qui audirent; deinde rem demonstrandam; postea controversiam constituendam; tum id, quod nos intenderemus, confirmandum; post, quae contra dicerentur refellanda; extrema autem oratione, ea, quae pro

---

partir das fontes gregas, uma terminologia retórica latina, que será adotada por vários autores posteriores (Cícero, por exemplo, no tratado *De Inuentione*); e também por ter chegado até nós quase integralmente.

nobis essent, amplificanda et augenda; quaeque essent pro aduersariis, infirmanda atquae frangenda. (*De oratore*, I. XXXI. 143)

... além disso eu tinha aprendido e compreendido que, antes de falarmos ordenadamente sobre um assunto, devem ser cativados os ânimos dos que ouvirão; em seguida a questão deve ser demonstrada; depois a controvérsia deve ser constituída; então deve ser confirmado aquilo que nós pretendermos; depois refutadas, aquelas coisas que forem ditas contrariamente; e por último devem ser amplificadas pelo discurso aquelas coisas que estão a nosso favor; e aquelas que estiverem a favor do adversário devem ser enfraquecidas e destruídas.

No *De partitione oratoria*, bem no início do diálogo, quando Cícero responde a pergunta que lhe foi feita por seu filho sobre quantas seriam as partes do discurso, temos uma outra divisão, agora não mais em seis partes mas em quatro partes, apresentada bem antes de qualquer menção a qualquer gênero do discurso em particular.

C. F. - Quid? Orationis quot sunt partes?

C. P. - Quattuor. Earum duae ualent ad rem docendam, narratio et confirmatio, ad impellendos animos duae, principium et peroratio.

(*De partitione oratoria*, I. 2)

C.F. - *Então quantas são as partes do discurso?*

C.P. - *Quatro. Duas delas, valem para ensinar, a narração e a confirmação, duas para impelir os ânimos, o princípio e a peroração.*

E, finalmente, em Quintiliano mais uma vez encontramos a oração dividida em seis partes, mais a menção a duas outras que fariam parte da *probatio*. No entanto, aqui já não se trata mais da *oratio* em geral, mas do gênero judiciário.

Nunc de iudicali genere, quod est praecipue multiplex sed officiis constat duobus, intentionis ac depulsionis. Cuius partes, ut plurimus auctoribus placuit, quinque sunt: prohoemium, narratio, probatio, refutatio, peroratio. His adiecerunt quidam partitionem, propositionem, excessus; quorum priores duae probationi succidunt. (Quintiliano, *Instituto Oratoria*, III. 9, 1)

Agora [*falaremos*] *sobre o gênero judiciário, que é particularmente variado mas consiste em dois deveres, da acusação e da defesa, cujas partes, segundo pareceu a muitos autores, são cinco: proêmio, narração, prova, refutação, peroração. A essas, alguns acrescentaram a partição, a proposição, a digressão, das quais as duas primeiras pertencem à prova.*

Vejamos como fica um quadro comparativo das partes do discurso que aparecem nas citações que fizemos até aqui:

Ad Herennium.	*De Inuentione*	*De Oratore*	*De Part. Or.*	*Inst. Or.*
exordium *narratio* *diuisio*	*exordium* *narratio* *partitio*	*initio* *rem demonstrare* *controversiam constituere*	*principium* *narratio*	*prohoemium* *narratio* *partitio*
confirmatio	*confirmatio*	*confirmare*	*confirmatio*	*probatio (propositio, excessus)*
confutatio *conclusio*	*reprehensio* *conclusio*	*refellere* *amplificare, augere, infirmare, frangere*	*peroratio*	*refutatio* *peroratio*

Se compararmos Quintiliano com as outras passagens citadas acima, pode parecer que a divisão do discurso em seis partes tem como referência, ainda que não explícita, o gênero judiciário. Não só por causa da quantidade de partes que aparecem nas outras divisões, que correspondem àquela dada por Quintiliano na sua partição do discurso judiciário, mas também pela presença em quase todas elas (exceção feita, em ambos os casos, à *De Partitione Oratoria*) de uma *confutatio* (confutação) ou *refutatio* (refutação), cuja função seria *refellere* (refutar, destruir por argumentos, desmentir) as coisas que tiverem sido ditas contrariamente à nossa argumentação.

Isso não significa, no entanto, que a divisão do discurso em partes não fosse uma prática retórica para qualquer tipo de discurso: judiciário, demonstrativo ou deliberativo. Todos eles eram divididos em partes e cada uma delas tinha uma sua função específica. E em todas as divisões encontramos sempre o *exordium* ou *principium* ou *prohoemium*, como uma das partes constitutivas do discurso; e assim como as outras, o exórdio tem uma função específica: ele valeria *ad impellendos animos* ou *ad conciliandos eorum animos, qui audirent*.

Das passagens que citamos aqui já podemos saber quais eram essas funções: dispor o ânimo do ouvinte para ouvir (*Rhetorica ad Herennium*), tornar favorável os ânimos daqueles que nos ouvirão (*De oratore*), incitar os ânimos (*De partitione oratoria*). Conciliar, tornar favorável, dócil, atento e incitar os ânimos dos ouvintes, o exórdio é o momento da *captatio beneuolentiae*[2].

> *Dociles auditores habere poterimus, si summam causae breuiter exponemus et si adtentos eos faciemus; nam docilis est qui adtente uult audire. Adtentos hebebimus, si pollicebimur nos de rebus magnis, nouis, inusitatis uerba facturos, aut de iis quae ad rem publicam pertineant, aut ad eo ipsos qui audient, aut deorum immortalium religionem; et si rogabimus ut adtente audiant, et si numero exponemus res quibus de rebus dicturi sumus. Beneuolos auditores facere quattuor modis possumus: ab nostra, ab aduersorium nostrorum, ab auditorium persona, et ab rebus ipsis.* (*Ad Her.* I. IV. 7)

> *Poderemos manter os ouvintes dóceis se expusermos brevemente um resumo da causa e se fizermos com que fiquem atentos, pois dócil é quem quer ouvir atentamente. Ficaremos atentos se prometermos discursar sobre coisas grandiosas, novas, inusitadas, ou sobre coisas pertinentes à república, ou sobre aqueles mesmos que ouvem, ou à religião dos deuses imortais; e se pedirmos que ouçam atentamente, e se enumerarmos as coisas sobre as quais falaremos*

---

[2] *Principium est cum statim auditoris animum nobis idoneum reddimus ad audiendum. Id ita sumitur ut adtentos, ut dociles, ut benivolos auditores habere possimus.* "Princípio na quando imediatamente tornamos o ânimo dos ouvintes idôneos a ouvir. Isso é assim empreendido para que possamos ter os ouvintes atentos, dóceis e benevolentes." (*Ad Her.*, I. IV.6). Ver também *De partitione oratoria*, VIII. 28.

ordenadamente. Podemos tornar os ouvintes benevolentes de quatro maneiras: a partir da nossa pessoa, da pessoa do nosso adversário, dos ouvintes e a partir do próprio tema.[3]

Uma constante em todas as passagens citadas até aqui, tanto naquelas sobre as divisões do discurso, como naquelas sobre os objetivos do exórdio, é a palavra "ouvinte", ou expressões que indicam "aquele que ouve" (*auditor*, *auditores*, *qui audiant* etc.).

Já em Aristóteles a partição dos discursos também tem como ponto de referência o ouvinte. Na *Rhetorica* I. 3. 1358b, o discurso é constituído de três elementos: aquele que fala, aquilo do que se fala, aquele a quem se fala; e para ele o fim do discurso é o ouvinte. Este, por sua vez, é um espectador ou é alguém que decide sobre um fato presente ou sobre uma decisão futura.

O discurso deliberativo é dirigido para aquele que decide sobre o futuro, o membro de uma assembléia. O discurso judiciário está voltado para quem decide sobre o passado, o juiz (ou juizes) de um tribunal. Para o espectador, aquele que decide apenas sobre a habilidade do orador, temos o discurso demonstrativo, que compreende o elogio e a censura. Aristóteles conclui afirmando que, necessariamente, são três os gêneros dos discursos retóricos: deliberativo (*symbaleutikón*), judiciário (*dikanikón*) e demonstrativo (*epideiktikón*).

Para cada ouvinte deve haver um determinado tipo de discurso, e para cada tipo de discurso um exórdio apropriado. Esses diferentes exórdios devem ser convenientes

---

[3]*Beneuolentia quattuor ex locis comparatur: ab nostra, ab aduersariorum, ab iudicum persona, a causa.* A benevolência é obtida a partir de quatro lugares: da nossa pessoa, da dos adversários, da dos

aos diferentes tipos de discursos, e estes ao público ao qual se dirige. Em grego, a palavra que designava essa conveniência era *to prépon*. Cícero usou, para traduzir *to prépon* para o latim, a palavra *decorum*. Ao referir-se a esse conceito, ele usa as seguintes palavras:

> *Ut enim in uita sic in oratione nihil est difficilius quam quid deceat uidere.* pre'pon *appelant hoc Graeci, nos dicamus sane decorum. De quo praeclare et multa praecipiuntur et res est cogitione dignissima. Huius ignoratione non modo in uita sed saepissime et in poematis et in oratione peccatur. Est autem quid deceat oratori uidendum non in sententiis solum sed etiam in uerbis. Non enim omnis fortuna non omnis honos non omnis auctoritas non omnis aetas nec uero locus aut auditor omnis eodem aut uerborum genere tractandus est aut sententiarum, semperque in omni partis orationis ut uitae quid deceat est considerandum; quod et in re de qua agitur positum est et in personis et eorum qui dicunt et eorum qui audiunt.* (*Orator* XXI. 70-72)

> *Assim, pois, na vida como no discurso, nada é mais difícil do que ver o que convém. Os gregos chamam a isso de* prepon, *nós dizemos corretamente decoro. Sobre o qual muitas coisas são brilhantemente ensinadas e é coisa que muito merece ser examinada. Por ignorá-la muito freqüentemente se comentem faltas não só na vida como na composição de poemas e no discurso. Ora, o que é conveniente ao orador deve ser observado não só nos pensamentos como também nas palavras. Pois nem toda sorte, nem toda honra, nem toda*

---

juizes ou a partir da causa. (CÍCERO – *De inuentione*, I. XVI. 22)

autoridade, nem toda idade, nem, de fato, todo lugar ou ouvinte deve ser tratado como o mesmo gênero de palavras ou pensamentos; e sempre em todas as partes do discurso, como da vida. o que convém deve ser considerado; e o que convém está posto tanto no tema do qual se trata como nas pessoas daqueles que falam ordenadamente e que ouvem.

Diante de um discurso demonstrativo, o leitor ou o ouvinte é um espectador que decide sobre a habilidade do orador ou do escritor, e era abordado com um determinado tipo de exórdio. As fontes do exórdio do discurso epidíctico, para Aristóteles (*Rhetorica*, III. 14. 1415a), são o louvor, o censura, a exortação, a dissuasão, o apelo ao público. Na *Retórica a Herênio*, o exórdio do gênero demonstrativo pode ser extraído da nossa pessoa, da pessoa daquele sobre quem falamos, ou ainda da pessoa daqueles que ouvem, ou do tema do discurso (*Principium sumitur aut ab nostra, aut eius de quo loquemur, aut ab eorum qui audient persona, aut ab re. Ad Her.*, III. VI. 11).

Considerações mais específicas, a respeito do exórdio da *historia* propriamente dita, encontraremos mais tarde, em Luciano de Samósata, autor século II d.C. Na sua obra *Como se deve escrever a história* (53-54), ele diz que o historiador deve compor um proêmio (*phroimiádzetai*), mas deve limitar-se a dois pontos, não três como os oradores. Ele deve omitir a *captatio beneuolentiae* (*eunóia*) e dar ao seu público aquilo que o interessará e instruirá. O historiador conquistará a atenção de seu público se lhe mostrar que o que está por dizer será importante, essencial, familiar ou útil. Deve facilitar o entendimento do que está por vir e introduzir as causas e as linhas gerais do tema principal. Segundo Luciano, os melhores historiadores escreveram proêmios desse tipo, como exemplos ele cita Heródoto e Tucídides.

Um autor tardio que se encontra em *Rhetores Latini Minores* ao tratar *de historia*, afirma que:

> *Principiorum ad historiam pertientium species sunt tres: de historia, de persona, de materia. Aut enim historiae bonum generaliter commendamus, ut Cato, aut pro persona scribentis rationem eius quod hoc officium adsumpserit redimus, ut Sallustius eo loco, ubi dicit: sed ego adulescentulus initio, sicuti plerique, studio ad rem publicam latus sum, aut eam rem, quam relaturi sumus, dignam quae et legatur ostendimus, ut Liuius ab urbe condita*[4].

> *São três as espécies de exórdios pertinentes à historia: a respeito da historia, a respeito da pessoa* [do autor], *a respeito do argumento. Ou louvamos de maneira geral a virtude da historia, ou, quando é sobre a pessoa, dizemos a razão de escrever daquele que assumiu esse dever, como faz Salústio com esse tópos, quando diz: mas eu, adolescente, assim como muitos, fui levado pelo espírito de parte à coisa pública, ou mostramos o tema, que estamos prestes a relatar, como digno de ser escrito e transmitido, com Lívio na Ab Urbe Condita.*

As reflexões desses dois últimos autores têm como ponto de partida os próprios exórdios dos historiadores. Conforme os exemplos citados se pode notar que muda a concepção do exórdio conveniente para a história. No caso de Luciano, seu modelo de proêmio da história é muito semelhante aos exórdios dos exemplos que cita, Heródoto e

---

[4] *Excerpta rhetorica e codice parisino 7530 edita,* in *Rhetores Latini Minores. Ex codibus maximam partem primum adhibitis. Emendabat Carolus Halm. Lipsae in Aedibus B .G. Teubneri, 1863,* p. 588 - *De historia.*

Tucídides. No autor tardio, que se apóia em autores de *historia* latinos, entre eles, Salústio, seu modelo de exórdio se aproxima daquele do discurso demonstrativo apresentado pela *Retórica a Herênio*.

Nesse tratado aparece a pessoa do orador, a pessoa de quem ele fala, a pessoa daqueles que ouvem e o tema sobre o qual o orador discursa como pontos de partida para o exórdio do discurso demonstrativo. No autor tardio presente nos *Rhetores Latini*, o exórdio da *historia* parte do autor, que corresponde ao orador da *Retórica a Herênio*, da matéria ou acontecimento que está para ser narrado, que corresponde à pessoa de quem o orador fala. Não aparece aí a pessoa daqueles que ouvem. Em vez disso, aparece a própria *historia* como ponto de partida para o exórdio.

O trecho extraído dos *Rhetores Latini Minores* e as fontes do exórdio do discurso demonstrativo da *Retórica a Herênio*, por sua vez, apresentam semelhanças com as maneiras de tornar os ouvintes benevolentes: a partir da nossa pessoa, a partir do adversário, dos ouvintes e dos temas (*Ad Her.*, I. IV. 7), e também com a passagem em que Cícero afirma que o que convém está posto no tema do qual se trata, nas pessoas daqueles que falam (ou escrevem) ordenadamente e naqueles que ouvem (*Orator*, XXI. 70-72) .

Há uma certa imbricação entre os pontos dos quais pode originar-se o exórdio do discurso demonstrativo e o exórdio da *historia*, e desses com as maneiras de captar a benevolência dos ouvintes e os *loci* em que se encontram o que convém, o *decorum*. Nos textos provenientes dos manuais de retórica, a ênfase está nos discursos deliberativos e judiciários, gêneros predominantemente orais, fazendo com que haja neles as pessoas do ouvinte, do orador e de seu inimigo. Nas observações sobre o exórdio da *historia* que se encontra nos *Rhetores Latini Minores* não aparecem essas pessoas, pois a *historia* não é

predominantemente um gênero oral, mas aparece a indicação do escrever (*rationem scribendi*), pois ela é um gênero escrito.

O exórdio de uma obra de *historia* tem portanto uma particularidade: é o exórdio de um gênero escrito, seu meio de transmissão é a escrita, não a voz do orador. Ainda que trechos de uma obra de *historia*, na Roma antiga, pudessem ser apresentados em uma *recitatio*, o gênero constituia-se primeiramente sobre a escrita. Os autores romanos de *historia* eram conscientes disso, basta ver a recorrência, nos seus exórdios, de termos relacionados ao ato de escrever.

A discussão a respeito da escrita como meio de comunicação de conhecimentos, na Antigüidade Clássica já se encontra em *Fedro*, 274c-275e. Para Sócrates, a escrita, como a pintura, não pode conduzir ninguém à sabedoria, pois com um texto escrito não há a possibilidade de diálogo, se lhe fizermos uma pergunta ele nos responderá com o silêncio. Um texto escrito não pode escolher o interlocutor, qualquer um que saiba ler pode ter acesso a ele, mesmo que não tenha condições de entendê-lo. Se o ofenderem, não é capaz de defender-se sozinho, precisa de alguém ou algo para defendê-lo. Precisa de um pai[5].

Ademais, a própria duração da escrita, sua fixidez que escapa ao tempo, faz com que ela sobreviva a seu autor e perca sua ligação com as circunstâncias em que se originou. Isso abre ao leitor possibilidades de crítica e interpretação ausentes na transmissão oral do discurso. O autor do texto escrito fica exposto ao leitor que pode percorrê-lo em toda sua extensão e profundidade, no ritmo que lhe convém. Longe de

---

[5] Para o estudo da leitura na Roma antiga ver GUGLIELMO CAVALLO E ROGER CHARTIER. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Editora Ática, 1998. Capítulo II "Entre *uolumen* e *codex*: a leitura no mundo romano".pp. 71-102. Para a escrita em Roma, ver FRANÇOISE DESBORDES. *Concepções sobre a escrita em Roma Antiga*. São Paulo: Editora Ática, 1995. em particular os capítulo V e Vi, pp. 69-89.

seu autor e das circunstâncias em que foi escrito, o texto escrito corre sempre o risco de ser mal lido e mal interpretado.

Discursos orais, como o deliberativo e judiciário, cumprem sua função original no momento da *actio*, no momento em que são pronunciados no fórum ou na assembléia, e sua *pronuntiatio*, geralmente, fica a cargo de seu autor. Podem ser posteriormente reelaborados, escritos e publicados, mas já com uma outra função, de exemplo para outros oradores. Um discurso judiciário ou deliberativo escrito aproxima-se de um discurso demonstrativo, seu leitor não se preocupará mais em decidir sobre uma causa passada ou futura, mas avaliará a habilidade do orador que aparece no discurso.

Uma obra de *historia*, como um discurso demonstrativo e escrito, está desde o início exposta ao leitor, à avaliação deste, sem a presença física, sem a voz de seu autor. Para suprir essa sua ausência física, o autor vale-se do exórdio, como uma forma de ligar-se definitivamente à sua obra; mesmo quando esta for lida e analisada distante dele, no tempo e no espaço. Nesse sentido, o exórdio seria como a autorização que os pais dão ao um filho menor de idade para que ele possa viajar sozinho. Essa autorização, mesmo na ausência de seus autores, tem credibilidade, a *fides* dos romanos, que neste caso corresponde à fé pública, perante aqueles que a lerão. E assim estabelece o decoro do jovem viajante solitário.

Assim, o autor de *historia* deve conseguir, mesmo ausente, estabelecer o *decorum*, seu e da sua obra, e conseguir desse modo a *fides*, a credibilidade do leitor. Por sua vez, o *decorum* e a conseqüente *fides* da obra de *historia* dependem da *auctoritas* de seu autor. Na carta a Luceio, Cícero espera muito da *auctoritas* de seu amigo para que a *historia* que ele lhe pede tenha êxito (§1). Ao mesmo tempo, considerando a hipótese de Luceio não poder escrevê-la, diante da possibilidade de

escrever sobre si mesmo, Cícero comenta que isso traria uma diminuição da *fides* e da *auctoritas* de sua obra (§8).

As observações de Cícero na carta a Luceio ganham sentido quando consideramos que a *res* da *historia* que propõe a seu amigo é ele próprio, Cícero. Compor uma obra na qual o autor é a própria *res*, transmitindo a impressão de um envolvimento total do autor com o seu tema, que é ele próprio, faz com que diminuam a sua *auctoritas* e a *fides* de sua obra. De fato, é visível o esforço dos autores de *historia* latinos em enfatizar, em seus exórdios, a ausência de envolvimento com os acontecimentos que compõem suas obras, uma disposição de espírito, sem ódio, sem inclinações e livre de partidarismos.

Essa ausência de envolvimento, a imparcialidade e a isenção, devem aparecer em toda a obra. Luciano escreveu (*Como se deve escrever a história*, 54) que a *historia*, após seu exórdio, é uma longa narração: *tés historías diégesis makra éstin*. Essas duas partes do discurso têm função diversa, e, portanto, a *auctoritas* não se estabelece do mesmo modo numa e noutra parte. Na narração, o efeito de imparcialidade e isenção desinteressadas pode ser obtido por recursos da *elocutio*, como o uso da terceira pessoa, que remete o enunciado a uma situação objetiva, não individual[6].

Um exemplo desse recurso podemos encontrar nos *commentarii* de Júlio César, que na visão de Cícero

---

[6] Ver ÉMILE BENVENISTE – "Estrutura das relações da pessoa no verbo" e "A natureza dos pronomes" in ÉMILE BENVENISTE – *Problemas de lingüística geral*. Sao Paulo: Ed. Nacional/EDUSP, 1976 e também JOSÉ LUIZ FIORIN – *As astúcias da enunciação. As categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1999. Capítulo 2 - Da pessoa demarcada, pp. 59-61

... nudi enin sunt, recti et uenusti, omni ornatu orationis tamquam ueste detracta. Sed dum ulouit alios habere parata, unde sumerent qui uellent scribere historiam... (*Orator*, LXXVI. 262)

... são, de fato discursos nus, despidos de todo ornamento assim como de vestes. [César] Quis que outros o tomassem como coisas prontas de onde tirassem [material] aqueles que quisessem escrever historia.

Mas nenhum homem *sanus*, continua Cícero na mesma passagem, quis transformar esses *commentarii* em *historia*, pois nada é mais doce na *historia* do que a pura e clara brevidade (... *nihil est enin in historia pura et illustri breuitate duclcius.*). César, portanto, chegou ao requinte de escrever *historia* como quem não a escrevesse, mas apenas apontamentos, simples narrativa breve e objetiva, para alguém que deveria escrever *historia*[7]. Ao usar da terceira pessoa, já se coloca da perspectiva desse alguém, cuja *res* é o próprio César, esforçando-se para não aparecer como *persona scribens*.

Se na narração é possível que o autor não apareça como narrador, no exórdio, ao contrário, o autor aparece explicitamente no uso da primeira pessoa. Se na narração o autor trata de algo objetivo, externo, os acontecimentos que compõem a sua *historia*, no exórdio trata de seu desejo e motivações para escrever *historia*, e da importância dessa atividade, para si e para o público. Essa exposição de subjetividade poderia criar uma

[7] Cícero, na carta a Luceio, cita os comentários que ele possuía a respeito de seu consulado e que já tinha mandado ao amigo: *Commentarium consulatus mei graece compositum misi ad te.* (*Ad fam.*, V. 12. 9).

certa incompatibilidade com as declarações de imparcialidade recorrentes no exórdio, fazendo com que se reduzissem sua *auctoritas* e sua *fides* perante o leitor[8].

Uma forma de evitar esse conflito, é declarar um distanciamento do presente, do momento da enunciação do exórdio, de seu tema. Nesse tipo de declarações entram aquelas que reforçam a isenção e imparcialidade dos autores, mas também outras que marcam mais claramente o distanciamento em relação ao presente. Salústio, ao escrever duas monografias sobre a história política de Roma mais ou menos de seu tempo, insiste, no exórdio de ambas, na sua retirada da vida política e na sua decisão em viver distante da *res publica*, na censura à política romana do momento em que escreve e no seu espírito livre dos medos e das esperanças de facção que dividem a República.

Lívio, no parágrafo quinto de seu exórdio, depois de comentar a provável pressa de seus leitores em chegar aos acontecimentos que lhe são contemporâneos, escreve:

> *Ego contra hoc quoque laboris praemium petam, ut me a conspectu malorum quae nostra tot per annos uidit aetas, tantisper certe dum prisca illa tota mente repeto, auertam, omnis expers curae quae scribentis animum, etsi non flectere a uero, sollicitumtamne efficere potest.* (Tito Lívio, *Ab urbe condita*, I. 5)

> *Eu, ao contrário, procurarei também este prêmio para o meu trabalho: que, pelo menos durante o tempo em que, totalmente dedicado em rememorar aqueles tempos primitivos, me afaste da visão dos males que a nossa época presenciou durante tantos, absolutamente livre de inquietação que, embora não*

---

[8] M. J. WHEELDOM – " 'Thrue Stories': the reception of historiography in antiquity" in AVERIL CAMERON (editor)– *History as Text. The writing of Ancient History.* London: Gerald Duckworth &

possa desviar da verdade o espírito do escritor, no entanto poderá torna-lo atribulado.

Tácito, no exórdio de suas *Historiae*, publicadas entre 104-109 d.C., escreveu:

Quod si uita suppeditet, principatum diui Neruae et imperium Traiani, uberiorem securioremque materiam, secuti sposui, rara temporum felicitate ubi sentire quae uelis et quae sentias dicere licet. (Tácito, *Historiae*, I. 15)

Por isso, se a [minha] vida for suficiente, reservei à velhice o principado de Nerva e o Império de Trajano, matéria mais rica e mais sossegada de tempos de rara felicidade, quando sentir o que queres e dizer o que sentes é permitido.

Os períodos que lhe são mais contemporâneos, os impérios de Nerva (96-98 d.C.) e Trajano (98-117 d.C.) Tácito deixa para o futuro, para sua velhice, embora sejam tempos felizes em que há liberdade de dizer o que se sente. Portanto, a fuga do presente, quer voltando ao passado, como em Salústio e Lívio, quer adiando o registro do presente para o futuro, como em Tácito, torna mais verossímeis as declarações de imparcialidade do autor diante dos fatos narrados na sua *historia*. Para estabelecer a sua *auctoritas* no exórdio, o autor de *historia* opera aquilo que Barthes denominou um desdobramento do tempo cronológico da história[9].

Co., Ltd., 1990, pp. 45-50

[9] Cf. R. BARTHES – "Le discours de l'histoire" in *Poétique* (49): pp. 11-21, 1982

Para Barthes, o discurso histórico, apresenta duas formas de inauguração, que marca o encontro da matéria enunciada, o conteúdo de sua narrativa, e o início da enunciação, a manifestação do historiador no exórdio, que Barthes denomina abertura performativa (*l'overture performative*) e o prefácio (*la préface*).

Na abertura performativa, a palavra assume o caráter de um verdadeiro ato solene, de fundação, o seu modelo é poético, é o *cano* dos poetas[10]. Após essa abertura performativa, Barthes identifica uma outra unidade, que ele denomina prefácio, ato característico da enunciação, seja de modo prospectivo, pois anuncia o discurso que ainda está por vir, seja retrospectivamente, pois julga o que já está escrito. A reunião dessas duas unidades, observa Barthes, não tem por objetivo dar ao historiador a oportunidade de exprimir a sua "subjetividade", mas sim defrontar os tempos cronológicos da história com um outro tempo que é aquele próprio do discurso, que Barthes denomina "tempo-papel".

A presença em um exórdio de uma obra de história de signos explícitos da enunciação atesta, afirma Barthes, a função de predição do historiador, na medida que ele sabe aquilo que ainda não foi contado. Tal como o agente do mito, o historiador, no seu exórdio, tem a necessidade de duplicar o desenvolvimento cronológico da narrativa com referência ao próprio tempo de sua palavra, ao tempo da enunciação. Os marcadores que fazem menção aos protagonistas na enunciação são, conclui Barthes, citando Jakobson, o destinatário e o enunciador. No discurso da história, os signos de

---

[10] Assim Joinville começa a sua história com um apelo religioso: *Em nome de Deus Todo-Poderoso, eu, Jean, senhor de Joinville, escrevo a vida de nosso Santo rei Luís. apud* BARTHES, 1982, p. 15E o socialista Luis Blanc não dispensou um intróito purificador, tanto é difícil romper o silêncio, o que guarda sempre algo de sagrado: *Antes de tomar a pena, me interroguei severamente e, como não encontrava em mim nem afeição interessada e nem ódio implacável, pensei que poderia julgar os homens sem faltar com a justiça nem trair a verdade.* L. BLANC – *Histoire de dix ans.* Paris: Pagnerre, 1842, 6 vol. *apud* BARTHES, 1982, p. 15.

destinação estão geralmente ausentes, são encontrados somente quando a história se dá como lição. Para Cornélio Nepos e Salústio, e outros *scriptores rerum* romanos que vieram depois eles, suas *historiae* eram, nas palavras de Cícero, *magistrae uitae*.

Os exórdios que estamos prestes a analisar apresentam signos explícitos da enunciação, anunciam o que ainda não foi contado, exercendo assim a função de predição, duplicando o tempo cronológico da *historia* em um tempo da enunciação e um tempo da matéria enunciada. É essa duplicação temporal feita pelos autores de *historiae* romanos que aparece nas três fontes de exórdios pertinentes à *historia* que vimos na *Excerpta rhetorica* dos *Rhetores Latini Minores*: *de historia, de persona, de materia.*

O autor desses preceitos cita trechos de exórdios diferentes para ilustrar o uso de cada fonte, mas na verdade, elas normalmente aparecem reunidas, como *topos* diferentes, no mesmo exórdio. Os topoi *de historia* e *de persona* são os que possibilitam a presença no exórdio daquilo que Barthes denomina signos explícitos da enunciação, que introduzem um tempo próprio da enunciação. O *topoi de materia* pode ser aproximado da matéria enunciada.

Como diz Barthes, esses signos explícitos da enunciação não têm por objetivo exprimir a subjetividade de seu autor. O desdobramento do tempo cronológico da história em um outro tempo próprio do discurso, que Barthes denomina "tempo-papel", não gera, como observa Wheeldom[11], um conflito entre a presença da subjetividade do historiador e suas manifestações de isenção e imparcialidade, mas cria um outro âmbito, no qual o autor de *historia* pode reforçá-las, em primeira pessoa.

---

[11] M.J. WHEELDON. " 'True Stories': the reception of hisatoriography in antiquity". In A. CAMERON (org.). *History as Text: The Wrinting og Ancient History*. Londres: Duckworth, 1989, pp. 50 e 51.

Esse "tempo de papel" não aparece apenas no exórdio que antecede uma obra única e longa. Em obras mais segmentadas, como as *Vidas Paralelas* de Plutarco ou *Liber de excellentibus ducibus exterarum gentium*, de Cornélio Nepos, podem apresentar pequenos exórdios na introdução de determinadas partes da obra. Mesmo obras mais homogêneas, como a *Historia* de Políbio, podem apresentar esses exórdio, mais longos ou mais curtos, que reintroduzem as marcas da enunciação, na narrativa: pronomes de primeira pessoa, citações que autor faz de outras obras suas ou de outros autores, com as quais se compara e reflexões sobre as diferentes formas de discurso.

Esses pequenos exórdios, que no próximo capítulo, para evitar confusões, denominaremos "introdução", "proêmio" ou "preâmbulo", têm como objetivo satisfazer a necessidade que o autor sentiu, em determinado momento, de se dirigir novamente, em primeira pessoa, ao leitor. Ao longo do próximo capítulo analisaremos alguns desses proêmios de autores de *historiae* e *uitae*, e os motivos pelos quais esses autores os introduziram em suas obras. Em seguida trataremos do exórdio de Cornélio Nepos.

CORNELII NEPOTIS LIBER DE EXCELLENTIBUS DUCIBUS EXTERARUM GENTIUM PRAEFATIO[1]

1. *Non dubito fore plerosque, Attice, qui hoc genus scripturae leue et non satis dignum summorum uirorum personis iudicent, cum relatum legent, quis musicam docuerit Epaminondam, aut in eius uirtibus commemorari, saltasse eum commode scienterque tibiis cantasse.* **2.** *Sed hi erunt fere qui, expertes litterarum graecarum, nihil rectum, nisi quod ipsorum moribus conueniat, putabunt.* **3.** *Hi si didicerint non eadem omnibus esse honesta atque turpia, sed omnia maiorum institutis iudicari, non admirabuntur nos in Graecorum uirtutibus exponendis mores eorum secutos.* **4.** *Neque enim Cimoni fuit turpe, Atheniensium summo uiro, sorem germanam habere in matrimonio, quippe cum ciues eius eodem uterentur instituto. At id quidem nostris moribus nefas habetur. Laudi in Creta ducitur adulescentulis quam plurimos habuisse amatores. Nulla Lacedaemoni uidua tam est nobilis, quae non ad scenam eat mercede conducta.* **5.** *Magnis in laudibus tota fere fuit Graecia uictorem Olympiae citari; in scaenam uero prodire, ac populo esse spetaculo, nemini in eisdem gentibus fuit turpitudini. Quae omnia apud nos honestate remota ponuntur.* **6.** *Contra ea pleraque nostris moribus sunt decora, quae apud illos turpia putantur. Quem enim Romanorum pudet uxorem ducere in conuiuium? Aut cuius non materfamilias primum locum tenet aedium atque in celebritate uersatur?* **7.** *Quod multo fit aliter in Graecia. Nam neque in conuiuium adhibetur nisi propinquorum, neque sedet nisi in interiore parte aedium, quae gynaecontis appelatur, quo nemo accedit nisi propinqua cognatione coniunctus.* **8.** *Sed plura persequi cum magnitudo uoluminis prohibet, tum festinatio, ut ea explicem quae exorsus sum. Quare ad propositum ueniemus, et in hoc exponemus libro de uita excellentium imperatorum.*

---

[1] Esse texto foi extraído de CORNÉLIUS NEPOS. *Ouvres*. Texte établi et traduit par Anne-Marie Guillemin. Paris: Les Belles Lettres, 1923. SALLUSTE. *CATILINA, JUGHURTA, FRAGMENTS DES HISTOIRES.* Texte établi et traduit par Alfred Ernout. Paris: Les Belles Lettres, 1974.

1. Não duvido, Ático, que haverá muitos que julgarão leve esse gênero de escrito e não suficientemente digno do papel dos homens ilustres, quando lerem o relato de quem ensinou música a Epaminondas, ou quando for lembrado que, entre as suas virtudes, ele dançava bem e tocava habilmente flauta. **2.** Mas esses serão quase sempre aqueles faltos das letras gregas, que nada consideram de bom, a não ser o que convém a seus costumes. **3.** Estes, se não tiverem aprendido que as mesmas coisas não são honestas e torpes para todos, mas julgar tudo segundo os usos dos antepassados, não nos admirarão, por termos seguido os costumes dos gregos na exposição das virtudes. **4.** De fato, não foi torpe a Címon, célebre heróis dos atenienses, casar-se com a irmã, visto que seus concidadãos fazem uso do mesmo costume. Em Creta, para os adolescentes, ter tido o maior número de amantes é que leva ao louvor. Nenhuma viúva lacedemônia é tão nobre que, levada pela recompensa, não se exponha em público. E isso certamente é considerado impiedade pelos nossos costumes. **5.** Em grandes panegíricos, ser proclamado vencedor de uma Olimpíada foi grande glória em quase toda Grécia; até apresentar-se em cena e dar-se como espetáculo ao povo não foi vergonha para ninguém entre os gregos. Todas essas coisas, entre nós, são consideradas em parte como infames, em parte como humilhantes e distantes do decoro. **6.** Ao contrário, a maioria das que são decorosas para os nossos hábitos, para eles são consideradas torpezas. A quem, entre os romanos, envergonha casar-se durante um banquete? Ou que mãe de família não ocupa o lugar mais importante da casa e não se ocupa com a sua reputação? **7.** Tudo isso acontece de forma muito diferente na Grécia. De fato, a mulher só é convidada a banquete de parentes, e só fica na parte interior das casas que é denominada gineceu, aonde ninguém vai, a não ser os parentes de sangue. **8.** Mas impedem expor mais coisas, de um lado, a grandeza da obra, e de outro, a pressa para explicar o que já comecei. Por isso voltaremos ao nosso objetivo e narraremos neste livro a vida dos chefes eminentes.

Capítulo III
CORNÉLIO NEPOS

> "Infelizmente, os biógrafos em geral acreditaram que eram historiadores. E nos privaram assim de retratos admiráveis. Fizeram a suposição de que só a vida dos grandes homens podia nos interessar."
> (Marcel Schwob, *Vidas imaginárias*)

Políbio, no Livro X de suas *Historias*, é levado por sua narrativa ao início dos feitos de Filopêmen, general da Confederação Aquéia. Nesse ponto lembra que tentou, como fez com os outros grandes homens, apresentar um esboço de sua formação e de seu caráter. Em seguida, afirma estranhar que alguns autores, quando narram fundações de cidades, dão mais importância às circunstâncias, condições e dificuldades da fundação, do que aos objetivos dos homens que as fundaram. Para Políbio, como o homem é levado a imitar mais outros homens vivos do que obras sem vida, deveria ser mais importante informar o leitor a respeito dos primeiros. Em uma espécie de reflexão sobre o "escrever *historía*" e o "escrever *bíos*", Políbio observa:

> *Se eu não tivesse escrito sobre Filopêmen uma obra a parte, onde revelo quem era ele e de que família provinha, e a natureza de sua formação quando jovem, ser-me-ia necessário expor todos esses aspectos agora*[2]*. Mas, considerando que*

[2] Mário da Gama Kury (1985), na nota 354 de sua tradução da *História* de Políbio, de onde foi extraído o trecho citado, escreve: "A obra de Políbio sobre Filopêmen não chegou até nós, mas certamente Plutarco usou-a como fonte principal de sua *Vida de Filopêmen*."

já lhe dediquei anteriormente uma obra em três livros (ela não faz parte desta História), onde exponho a sua formação desde menino e enumero seus feitos mais famosos, é obvio que na presente narrativa o procedimento adequado é omitir detalhes relativos à sua formação inicial e às ambições de sua juventude, e em vez disso acrescentar detalhes à exposição resumida que fiz nessa obra à parte acerca de seus feitos na maturidade, pois assim o caráter próprio a cada obra poderá ser preservado. De fato, assim como o tratamento anterior, escrito em forma encomiástica, impunha uma exposição sumária e um tanto exagerada de seus feitos, a presente História, onde são distribuídos imparcialmente louvores e censuras, impõe um relato rigorosamente verídico, no qual é apresentado o fundamento de cada louvor e de cada censura, acompanhado em cada caso dos comentários pertinentes. (Políbio, *Histórias*, X. 21)

Interrompendo sua narrativa para manifestar-se em primeira pessoa, como se estivesse de novo no exórdio, Políbio faz uma nítida separação entre o escrever *bíos* e o escrever *historía*, e entre as características próprias de cada uma. Ao escrever uma *bíos* de Filopêmen, foi necessária a exposição de sua formação desde menino, a enumeração de seus feitos mais famosos, bem como sua apresentação de forma sumária e exagerada (encomiástica). Ao escrever sobre o mesmo personagem em uma *Historia*, tratará de seus feitos da maturidade, distribuirá com imparcialidade os elogios e as censuras, apresentará um relato verídico, com a fundamentação de cada elogio e de cada censura. Nessas suas observações, Políbio reforça o seu *decorum* de autor de *historía*, opondo-o àquele do autor de *bíos*.

Plutarco, por sua vez, que nunca escreveu *historia*, na introdução à sua *Vida de Alexandre*, escreve:

> *Escrevemos, neste livro, a Vida do rei Alexandre e a Vida de César, que desafiou Pompeu. Como único preâmbulo (proeroûmen), dado o grande número de fatos que constituem a matéria, limitamo-nos a pedir aos leitores que não o censurem, se, em lugar de expor ampla e pormenorizadamente cada acontecimento, ou algum dos atos mais memoráveis, damos aqui, apenas um simples sumário da maior parte deles. Com efeito, não escrevemos histórias, mas Vidas. Nem sempre, aliás, são as ações mais brilhantes que mostram melhor as virtudes ou os vícios dos homens. Muitas vezes uma pequena coisa, a menor palavra, um gracejo ressaltam melhor um caráter do que combates sangrentos, batalhas campais, ocupações de cidades. Assim como os pintores em seus retratos, procuram fixar os traços do rosto e o olhar, refletindo nitidamente a índole da pessoa, sem se preocupar com as outras partes do corpo, aqui nos permitimos concentrar nosso estudo, principalmente, nas manifestações características da alma e esboçar, de acordo com esses sinais, a vida dessas duas personagens, deixando a outros os grandes acontecimentos e combates.* (PLUTARCO, *A vida de Alexandre*, I. 1-3)[3]

A perspectiva que Plutarco apresenta aqui é oposta àquela de Políbio, pois nessa sua introdução escreve do ponto de vista do autor de *bíos* mas, assim como Políbio, Plutarco defende seu próprio *decorum* de autor de *bíos*. Os dois autores referem-se às

diferenças entre dois gêneros que não se excluem. Políbio, que praticou os dois, considera que as duas obras que escreveu sobre Filopêmen são úteis para o conhecimento desse personagem. É bem possível que as observações sobre as diferenças entre *bíos* e *historia* indiquem talvez a proximidade entre esses dois gêneros. Plutarco, ao introduzir sua *Vida de Nícias*, escreve:

> *Não me seria possível silenciar sobre fatos relatados por Tucídides e Filisto, pois tais fatos destacam o caráter do meu personagem, suas disposições íntimas... Indiquei-os ligeiramente, atendo-me ao essencial, para não ser acusado de omisso em minha tarefa. Mas o que me esforcei principalmente para reunir foram os aspectos geralmente ignorados; desinteressando-me em amontoar coisas que nada dizem, procurei recolher o que é adequado a fazer conhecer os hábitos e a natureza da alma*[4]. (PLUTARCO – *Vida de Nícias*, I. 5)

Parece haver, portanto, pontos de contato entre *historía* e *bíos*, ainda que cada um desses gêneros tenha, ao tratar dos mesmos personagens, sua própria maneira de proceder. Se Plutarco, ao escrever a *vida* de Nícias, silenciar totalmente sobre o que Tucídides escreveu sobre esse personagem na sua *historía*, parecerá omisso. Nessas suas observações, Políbio e Plutarco sentiram a necessidade de referir-se a um outro gênero que não aquele que estavam praticando. Talvez para tentar estabelecer o *decorum* do gênero que praticavam pela comparação com aquilo que ele não era. Talvez, também, para lembrar o leitor das características do *genus scripturae* que tinha sob os olhos ou

---

[3]Tradução extraída de PLUTRCO. *Alexandre e César*. Tradução de H. Vega. São Paulo: Ediouro, 2001.
[4] MÁRIO DA GAMA KURY. "O homem das 50 vidas" in PLUTRCO. *Alexandre e César*. São Paulo: Ediouro, 2001.

que lhe chegava aos ouvidos. Cornélio Nepos, por sua vez, ao introduzir a sua V*ida de Pelópidas*, sente-se incerto quanto ao modo de apresentá-la.

> *Pelopidas Thebanus, magis historicis quam uulgo notus, eius de uirtutibus dubito quem ad modum exponam, quod uereor, si res explicare incipiam, ne non uitam eius enarrare, sed historiam uidear scribere, si tantummodo summas attigero, ne rudibus Graecarum litterarum appareat, quantus fuerit ille uir. Itaque utrique rei occurram quantum potuero, et medebor cum satietati tum ignorantiae lectorum.* (CORNÉLIO NEPOS – *Pelopidas*, 1)

> *O tebano Pelópidas é mais conhecido pelos escritores de* historia *do que pelo povo, e hesito quanto ao modo de expor suas virtudes, pois temo que, se começar a explicar suas ações, serei visto não como quem conta com minúcia a vida dele, mas parecerei escrever história; se eu tão somente tocar ligeiramente em suas ações mais importantes, temo que não aparecerá, aos ignorantes das letras gregas, quão grande foi aquele homem. Assim, resistirei, o quando puder, a uma e outra circunstância, e darei remédio tanto à abundância como à ignorância dos leitores.*

Cornélio Nepos, ao contrário de Políbio e Plutarco que praticam um gênero e o apresentam aos seus leitores contrapondo-o a um outro, diz haver duas possíveis leituras da *vida* de Pelópidas, que dependem de uma escolha sua. Se Nepos começar a *explicare res*, pode dar a entender ao leitor que é um *scriptor historiae* e não alguém que pretende

enarrare uitam.. Mas se não *explicare res*, pode ser que não consiga passar ao leitor a magnitude da *uita* de Pelópidas.

A *enarratio*, ação de *enarrare*, era um termo técnico, era o comentário, a interpretação de uma passagem de um escritor, realizados oralmente pelo professor na escola. Quintiliano (*Institutio oratoria*, II.5.1) propunha, ao lado da *enarratio poetarum* do gramático, uma *enarratio historiae atque orationum* (das histórias e das orações) que o *rhetor* deveria aplicar para o progresso da formação do orador. O que Nepos propõe na sua introdução à *vida* de Pelópidas é um quarto tipo de *enarratio*, uma *enarratio uitae*.

Por outro lado, se começar a *explicare res*, o leitor pensará que Nepos está escrevendo *historia*. A *explicatio*, ação de *explicare*, por sua vez, é a explicação, a exposição particularizada, e designa a interpretação, rica de particulares exegéticos, de uma composição em prosa ou poesia. Cícero (*Brutus*, 143) usa esse termo ao definir Crasso como orador, que ao argumentar (*disserendo*), apresentava uma *mira* (admirável) *explicatio*. *Enarrare uitam* e *explicare res* são duas maneiras diferentes de apresentar a *vida* de Pelópidas, entre as quais seu autor hesita em escolher.

Esse bívio no qual Nepos coloca seu *genus scripturae* pode se referir à definição de elogio da retórica antiga. Aristóteles (*Rhetorica* I. 9. 1367b), ao tratar do elogio, diz haver dois tipos deles: o *epainos*, que podemos traduzir por louvor, é o discurso cuja finalidade é evidenciar a grandeza da virtude (*mégethos aretés*); e o *encómion*, que traduzimos por encômio, que diz respeito às obras, à ação daquele a que se elogia (*tó d' encómion tón ergón estín*).

Na *Rhetorica ad Herennium* quando é apresentado o gênero demonstrativo, que se constitui do louvor e da censura, o autor do tratado afirma que o louvor pode provir

das coisas externas (*rerum externarum*) ao homem, de seu corpo ou de seu espírito, e exemplifica:

> *Rerum externarum sunt ea quae casu aut fortuna secunda aut aduersa accidere possunt: genus, educatio, diuitiae, potestates, gloriae, ciuitas, amicitiae , et quae huiusmodi sunt et quae his contraria. Corporis sunt ea quae natura corporis adtribuit commoda aut incommoda: uelocitas, uires, dignitas, ualetudo, et quae contraria sunt. Animi sunt ea que consilio et cognitione nostra constant: prudentia, iustitia, fortitudo, modestia, et quae contraria sunt.* (*Ad Heren.*, III. VI.10)

> *Fazem parte das circunstâncias externas aquelas que pelo acaso ou pela sorte, favorável ou desfavorável, podem acontecer: a família, a educação as riquezas, os poderes, as glórias, a cidadania, as amizades e aquelas coisas que são semelhantes ou contrárias a essas. Pertencem ao corpo aquelas circunstâncias que a natureza, benigna ou adversa, atribuiu: velocidade, força física, beleza, boa saúde e as coisas que lhes são contrárias. São do espírito as circunstâncias que dependem da nossa decisão e do nosso conhecimento: prudência, justiça, coragem, modéstia e o contrário delas.*

Fazendo um quadro dessas circunstâncias que compõem o louvor, temos:

Res externarum	***Res corporis***	***Res animi***
genus	*uelocitas*	*prudentia*
educatio	*uires*	*iustitia*
diuitiae	*dignitas*	*fortitudo*
potestates	*ualetudo*	*modestia*
gloriae		
ciuitas		
amicitiae		

Na *Partitione oratoria* essa divisão do elogio da *Rhetorica ad Herennium* reaparece ampliada. Quando Cícero descreve a seu filho o *genus laudationis*, diz:

> *Sed quoniam tribus in generibus bona malaue uersantur, externis, corporis et animi, prima sunt externa, quae ducntur a genere: quo breuiter modiceque laudato aut si erit infame praetermisso, si humile, uel praeterito uel ad augendam eius quem laudes gloriam tracto; deinceps si res patietur de fortunis erit et facultatibus dicendum, postea de corporis bonis, in quibus quidem quae uirtutem maxime significat facillime forma laudatur. Deinde est ad facta ueniendum, quorum collocatio triplex est: aut enim temporum seruandus est ordo aut in primis recentissimum quodque dicendum aut multa et uaria facta in propria uirtutum genera dirigenda ... Est igitur uis uirtutis duplex; aut enin scientia cernitur uirtus, aut actione.* (*Partitione oratoria*, XXII. 74-76)

> *Mas visto que as coisas boas e más são tratadas em três modos, nas circunstâncias externas, nas do corpo e nas do espírito, as primeiras são as*

externas que são derivadas do nascimento, que deve ser louvado breve e moderadamente; ou, se for infame, deve ser omitido; se for humilde, ou preterido ou aumentada a glória daquele que louvas. Em seguida, se a circunstância suportar, deverá ser falado ordenadamente das riquezas e dos meios, depois disso dos bens do corpo, entre os quais a beleza, que significa a máxima virtude, é facilmente. Depois se chega aos feitos, cuja colocação é tríplice: ou é conservada a ordem dos tempos, ou primeiramente deve ser dito aquilo que for mais recente ou então muitos e variados feitos devem ser relacionados com seus próprios gêneros de virtude... A força da virtude é pois dupla; pois a virtude é distinguida pelo saber ou pela ação.

Cícero apresenta nesse passo, como elemento do elogio, os três pontos que aparecem na *Rhetorica ad Herennium*: as circunstâncias externas, do corpo e do espírito. Além disso, introduz a diferença entre os dois tipos de elogio, o *epainos* e o *encómion*, que aparecem na *Retórica* de Aristóteles, porque inclui os feitos no elogio.

A oposição entre *historia* e *vida*, apresentada por Políbio nas suas observações a respeito de Filopêmen, e por Plutarco nas introduções das *vidas* de Alexandre e Nícias, bem como as dúvidas de Nepos entre *enarrare uitam* e *explicare res* podem ser lidas como a aposição entre dois tipos de elogio, um que se detém sobre as virtudes e o outro que versa sobre as ações decorrentes das virtudes. Temos assim dentro do gênero demonstrativo o elogio; e dentro do elogio o louvor, enaltecendo as virtudes (*epainos*) e o encômio (*encômio*), enaltecendo as ações, os feitos. As *uitae* podem ser vista como um elogio que prevê todas circunstâncias a ser elogiadas, como nos mostra Nepos na introdução à vida de Epaminondas.

Quare dicemus primum de genere eius, deinde quibus disciplinis et a quibus sit eruditus, tum de moribus ingeniique facultatibus et si qua alia memoria digna erunt, postremo de rebus gestis, que a plurimis animi anteponuntur uirtutibus. (*Epaminondas*, I.4)

Por isso direi ordenadamente primeiro da sua família, depois dos seus estudos e por quem foi educado, em seguida de seus costumes e das suas faculdades intelectuais, enfim de seus feitos, que são antepostos por muitos às virtudes de seu espírito.

O que Cornélio Nepos resume nessas poucas linhas são as circunstâncias dos elogios como Cícero apresenta na *Partitione oratoria*: os bens exteriores, família, estudos e professores; os bens da alma, costumes e faculdades intelectuais; e por fim as ações decorrentes das virtudes que compõem as circunstâncias do espírito. Esses que antepõem os feitos às virtudes talvez sejam os autores de *historia,* que escrevem *encómion*, que se limitam às obras, à ação daquele a quem se poderia elogiar ou censurar, que fazem a *explicatio rerum.*

Em seu exórdio, de I.1 até I.5 ao citar Epaminondas, Címon, os jovens de Creta, as viúvas lacedemônias, os elogios aos vencedores dos jogos Olímpicos, as exibições teatrais de cidadãos gregos, o leitor está diante das *res externarum* e as *res corporis* de personagens e povos estrangeiros, que segundo os costumes romanos, eram considerados torpes e infames. Em I.6, a partir do advérbio *contra*, introduz *ea quae his contraria sunt*, os costumes que são contrários a esses: os costumes romanos que, aos olhos gregos são considerados torpes. Em seu exórdio, Nepos permanece na tripartição

apresentada na *Rhetorica ad Herennium*, limitando-se às *res externarum* e às *res corporis*. Vejamos agora mais detalhadamente como isso se dá, analisando o exórdio com o qual Cornélio Nepos abre o seu libro sobre os chefes eminentes.

Nepos começa seu exórdio afirmando que haverá um grande número de leitores que julgarão o seu gênero de escrito. Dessa forma, coloca explicitamente seu leitor como juiz da sua obra, como ocorre com o gênero demonstrativo, e a questão da adequação desse gênero ao tema abordado. Desse modo leitor não está diante de uma causa passada, que deverá julgar, e nem diante de uma decisão futura, sobre a qual deverá deliberar, mas diante de *genus scripturae*, e seu julgamento se concentrará apenas sobre o autor e suas habilidades.

> **1.** *Non dubito fore plerosque, Attice, qui hoc genus scripturae leue et non satis dignum summorum uirorum personis iudicent, cum relatum legent, quis musicam docuerit Epaminondam, aut in eius uirtutibus commemorari, saltasse eum commode scienterque tibiis cantasse.*

Cornélio Nepos qualifica seu gênero de "escrito" (*scripturae*), o que pressupõe leitores, *qui ... relatum legent*, muitos dos quais considerarão seu relato *leuis* e *non satis dignum*. O adjetivo *dignus* (que rege ablativo) na frase em que se encontra rege "caráter" (*personis*) e não "homens muito ilustres", (*summorum uirorum*). É em relação às *personae* que Nepos vê a possibilidade de seu *genus scripturae* ser julgado de maneira não suficientemente digno. É a possível falta de decoro entre seu *genus scripturae* e o

gênero encomiástico das *uitae personae summorum uirorum* que Nepos antecipa nesse primeiro parágrafo. Mas quais seriam as causas dessa inadequação?

A palavra *persona* já freqüentava o vocabulário filosófico, pelo menos desde Panécio, que dirigiu a escola estóica entre 129 e 110 a. C. Esse filósofo via a existência de quatro *personae*. A primeira é a natureza racional do ser humano; a segunda a fonte das diferenças individuais de caráter e de comportamento; a essas duas *personae*, determinadas pela natureza, acrescentava uma terceira, submetida ao domínio do acaso e das circunstâncias; e, finalmente, contra esta última reage, podemos assim dizer, a quarta *persona*, que é o "papel" que o próprio indivíduo escolhe para "representar" na vida[5].

Cícero, no *De officiis*, referindo-se a essa teoria de Panécio, fala da existência de duas espécies de decoro: um geral e um individual. Aquele seria a qualidade que combina com a excelência do ser humano, no que ele difere dos restantes dos animais; este está de tal modo conforme à natureza que nele aparecem a moderação e a temperança, com certo ar distintivo da condição livre[6]. E mais adiante, para explicar melhor a diferença entre os dois tipos de decoro, Cícero recorre com o decoro poético e sua elaboração das *personae*:

> **97.** *Haec ita intellegi possumus existimare ex eo decoro, quod poetae sequuntur, de quo alio loco plura dici solent. Sed tum seruare illud poetas, quod deceat, dicimus, cum id quod quaeque persona dignum est, et fit et dicitur ...*
>
> *Sed poetae, quid quemque deceat, ex persona iudicabunt; nobis autem personam imposuit natura magna cum excelentia praestantiaque animantium reliquarum;*

---

[5] E. NARDUCCI *in* CICERONE. *I doveri*, 1989, p. 53

[6] M. T. CÍCERO. *Dos deveres*. Tradução do latim Angélica Chiappetta. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. 48-49.

98. *quocirca poetae in magna uarietate personarum etiam uitiosis quid conueniat et qui deceat uidebunt, nobis autem natura constantiae, moderationis, temperantia, uerecundiae partes datae sint cumque edem natura doceat non neglegere, quemadmodum ad aduersus homines geamus, efficitur ut et illud, quod ad omnem honestatem pertinet, decorum quam late fusum sit appareat e hoc, quod spectatur in uno quoque genere uirtutis.* (*De officiis*, XXVIII. 97-98)

97. *Podemos estimar que tais coisas sejam assim entendidas com base no decoro observado pelos poetas, assunto já tantas vezes discutido em outros lugares. Dizemos que os poetas respeitam as conveniências quando as palavras e as ações são dignas de cada personagem ...*

Os poetas, porém, avaliam o que convém a cada um segundo o personagem, ao passo que para nós a própria natureza impôs uma personagem dotada de alta dignidade e superior ao resto dos seres vivos. **98.** *Por isso os poetas, na enorme variedade de personagens, determinarão o que melhor se ajusta até mesmo aos viciosos. Em nós, por outro lado, como nos foram dadas parcelas de constância, moderação, temperança, discrição; e como a própria natureza nos ensina a não negligenciar o tratamento reservado aos semelhantes, sucede manifestar-se não só o decoro pertinente a toda a honestidade, que é bastante evidente, mas também o que se observa em cada um dos tipos de virtude*[7].

É essa mesma relação entre *persona* e *decorum* que observamos na passagem acima está no exórdio do *De excellentibus ducibus*. Os poetas buscam o decoro

observando nas suas obras *id quod quaeque persona dignum est*. Nepos, ao escrever que muitos de seus leitores julgarão o seu *genus scripturae leue et non satis dignum summorum uirorum personis*, está começando a afirmar o *decorum* de seu gênero escrito em relação ao seu tema: as *vidas* dos ilustres chefes estrangeiros. Ao explicar o *decorum* dos poetas, Cícero afirma que *os poetas respeitam as conveniências quando as palavras e as ações são dignas de cada personagem* e que *avaliam o que convém a cada um segundo o personagem* (*De officiis*, XXVIII. 97), e dá o seguinte exemplo:

97. *Sed tum seruare illud poetas, quod deceat, dicimus, cum id quod quaeque persona dignum est, et fit et dicitur, ut si Aecus aut Minos diceret:*

Oderint, dum metuant,

Aut

Natis sepulchro ipse est parens,

Indecorum uidetur, quod os fuisse iustos accepimus; ad Atreo dicente plausus excitantur; est enin digna oratio.

97. *Dizemos que os poetas respeitam as conveniências quando as palavras e as ações são dignas de cada personagem. Se Éaco ou Minos*[8] *dissesse:*

Que me odeiem, contanto que me temam,

ou

O próprio pai é sepulcro dos filhos,

---

[7] M. T. CÍCERO. *Dos deveres*. Tradução de A. Chiappetta. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 49

[8] Éaco e Minos, ambos filhos de Zeus, eram personagens mitológicos famosos pela justiça e sabedoria. Minos era ligado à lenda de Creta, da qual teria sido senhor. Éaco foi o primogênito da estirpe de Peleu e de Aquiles.

Essas falas pareceriam indecorosas, pois para nós Éaco e Minos foram homens justos. Entretanto, se Atreu[9] *as proferisse, suscitaria aplausos, pois o discurso seria digno da personagem*[10].

Assim como o poeta, que escreve sobre uma personagem mitológica já conhecida do público deve fazer com que o discurso por ele produzido seja digno dessa personagem, Nepos deve fazer com que as *personae* dos ilustres chefes estrangeiros sejam dignas deles. Mas Nepos não escreve a respeito de personagens míticas, escreve sobre pessoas que existiram, viveram, falaram e agiram. Quais seriam os motivos da falta de decoro entre o seu *genus scripturae* e as *personae summorum uirorum* que Nepos está prestes a apresentar ao leitor?

No primeiro parágrafo aparecem alguns motivos: Epaminondas sabia música, dançava e tocava flautas convenientemente. Nepos cita esses aspectos da *uita* de Epaminondas como motivos para uma crítica negativa por parte dos leitores. Mas, afinal, quem são esses leitores que julgarão seu gênero de escrita "leve", "indigno de grandes homens"? A resposta está no segundo e terceiro parágrafos.

2. *Sed ii erunt fere qui expertes litterarum graecarum nihil rectum, nisi quod ipsorum moribus conueniat, putabunt.* **3.** *Hi si didicerint non eadem omnibus esse honesta atque turpia, sed omnia maiorum institutis iudicari, non admirabuntur nos in Graicorum uirtutibus exponendis mores eorum secutos.*

---

[9] Atreu, rei de Tebas pai de Agamémnon, rei de Micenas, e Menelau, rei de Esparta, deu início à dinastia dos Atridas. Ao contrário de Éaco e Minos, Atreu não era famoso pela justiça e pela sabedoria, mas por ter matado os filhos de seu irmão, Tiestes, por os ter cozinhado e apresentado ao irmão como iguarias. Os versos que Cícero cita são da tragédia *Atreus*, de Ácio (vv. 203 e 206, Ribbeck); o primeiro deles tornou-se uma espécie de "mote" da tirania, é nesse sentido que Cícero os cita em outras ocasiões.

Se o primeiro parágrafo apresenta os leitores que julgarão negativamente a sua obra, os segundo e terceiro parágrafos os identificam: são geralmente aqueles desprovidos de letras gregas, que julgam justo e bom somente o que é oportuno e convém aos seus próprios costumes; que não aprenderam que nem sempre as mesmas coisas são torpes e decorosas para todos, mas julgam tudo pelos costumes de seus antepassados. Estabelece-se assim uma divisão entre os que já aprenderam que nem tudo é igualmente torpe ou honesto para todos, e os que ainda não aprenderam. Estes são os leitores que julgarão negativamente sua obra, aqueles que podem aprender lendo seu livro, e com os quais Nepos dialoga no seu exórdio.

Até o terceiro parágrafo Nepos discorre, principalmente, a respeito da sua obra e de seu leitor, citando, das vidas que compõem os seus livro, apenas a de Epaminondas. No quarto parágrafo, o exórdio concentra-se mais em exemplos de outras vidas e em outros costumes gregos.

> **4.** *Neque enin Cimoni fuit turpe, Atheniesium summo uiro, sororem germanam habere in matrimonio, quippe cum ciues eius eodem uterentur instituto. At id quidem nostris moribus nefas habetur. Laudi in Creta ducitur adulescentulis quam plurimos habuisse amatores. Nulla Lacedaemoni uidua tam est nobilis, quae non ad scenam eat mercede conducta.*

Neste início do quarto parágrafo aparece um caso de incesto: Címon casou-se com sua irmã. Esse matrimônio é apresentado sob duas visões diferentes, a primeira expressa pelo adjetivo *turpe*, e a segunda pelo substantivo *nefas*. Os verbos utilizados neste parágrafo marcam a diferença entre o que é o acontecimento narrado, segundo os

---

[10] M. T. CÍCER. *Dos deveres*. Tradução do latim A. Chiappetta. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.49.

costumes atenienses, e como ele pode vir a ser considerado por uma parte dos seus leitores romanos: o casamento de Címon, para Nepos, não "foi" (*fuit*) torpe para os atenienses, mas "é considerado" (*habetur*) como tal pelos romanos. Torpe, no gênero demonstrativo, era o contrário da virtude, matéria do vitupério, que, por sua vez, era o contrário do elogio.

O parágrafo começa justificando o matrimônio de Címon de modo negativo (*non fuit turpe*), com o mesmo adjetivo que apareceu no terceiro parágrafo quando Nepos falava daqueles que não tinham aprendido que em todas as coisas há algo de torpe e algo de digno (*honesta atque turpia*). Nepos apresenta aqui um exemplo disso: o exemplo de Címon pode ser considerado uma impiedade, se observado com olhos romanos, mas pode não ser torpe quando visto pelos olhos de seus concidadãos. A continuação do quarto e do quinto parágrafos trazem uma série de exemplos de *instituta* não romanos.

> *5. Magnis in laudibus tota fere fuit Graecia uictorem Olympiae citari, in scaenam uero prodire, ac populo esse spetaculo, nemini in eisdem gentibus fuit turpitudini. Quae omnia apud nos partim infamia, partim humilia atque ab honestate remota ponuntur.*

Todos os exemplos apresentados por Nepos estão marcados positivamente: *Laudi in Creta ducitur* (em Creta conduz ao louvor...), ... *nemini in eisdem gentibus fuit turpitudini...* (a ninguém dessas nações foi vergonha...), ou são apresentados como costumes generalizados até a unanimidade, *nulla Lacedaemoni uidua...*, *Magnis in laudibus...* . Portanto, são todos *instituta* louváveis, não vergonhosos ou amplamente aceitos pelos *mores maiorum* vigentes nos lugares e tempos nos quais se verificaram. E

no entanto, sob o ponto de vista romano, são considerados em parte coisas infames (*infamia*), em parte humilhantes (*humilia*) e distantes da virtude (*ab remota honestate ponuntur*).

No sexto e sétimo parágrafos, muda a perspectiva. A mudança de ponto de observação é introduzida pelo advérbio *contra*, que estabelece a comparação em sentido contrário: a partir dos costumes romanos em direção aos gregos.

> **6.** *Contra ea pleraque nostris moribus sunt decora, quae apud illos turpia putantur. Quem enim Romanorum pudet uxorem ducere in conuiuium? Aut cuius non materfamilias primum locum tenet aedium atque in celebritate uersatur?* **7.** *Quod multo fit aliter in Graecia. Nam neque in conuiuium adhibetur nisi propinquorum, neque sedet nisi in interiore parte aedium, quae gynaecontis appelatur, quo nemo accedit nisi propinqua cognatione coniunctus.*

A partir desse momento, aqueles costumes que são considerados convenientes (*decora*) pelos romanos são vistos como vergonhosos (*turpia*) entre os gregos. Os romanos não têm vergonha (*non pudet*) de se casarem durante um banquete (*uxorem ducere in conuiuium*), nem se preocupam com a importância da mulher em casa (*primum locum tenet aedium*) ou ainda, que ela apareça freqüentemente em público (*uersatur in celebritate*). "Essas coisas", como lemos no início do parágrafo sete, "acontecem muito diferentemente na Grécia" (*multo fit aliter in Graecia*). A mulher grega não é convidada para banquetes, a não ser (*nisi*) se este for de parentes próximos (*propinquorum*). Em casa, não fica sem fazer nada (*sedet*), a não ser (*nisi*) na sua parte mais interna (*in*

interiore parte), que fica bem longe da *celebritas* da mulher romana, pois ninguém pode lá ir, a não ser (*nisi*) os parentes de sangue (*propinqua cognatione coniunctus*).

Como podemos perceber, o *multo aliter* que diferencia a mulher grega da romana é estabelecido não por algo totalmente diferente, o qual não constava na descrição da mulher em Roma, mas por delimitações, por condições negativas, graças às quais a mulher grega não pode fazer as mesmas coisas ou freqüentar os mesmos lugares, nas mesmas condições, que a mulher romana.

Com o oitavo parágrafo, Cornélio Nepos conclui.

8. *Sed plura persequi cum magnitudo uoluminis prohibet, tum festinatio, ut ea explicem quae exorsus sum. Quare ad propositum ueniemus, et in hoc exponemus libro de uita excellentium imperatorum.*

Os motivos que levam o autor a terminar o seu exórdio são dois: a grandeza do livro (*magnitudo uoluminis*), e a pressa (*festinatio*) em terminar o que já começou (*exorsus sum*). O verbo *exordior* pode significar tanto começar a urdir uma corda, por exemplo, como começar a falar (ou a escrever) ordenadamente, fazer um exórdio, exordiar. Portanto, Nepos tem pressa de explicar o que já começou a escrever no seu exórdio, isto é, aquilo que já começou a exordiar.

Aristóteles (*Rhetorica*, III. 14. 1414b) ensinara que o exórdio do gênero demonstrativo deveria ser urdido de modo semelhante ao prelúdio de um flautista quando este executa um trecho muito bem sabido ligando-o à nota inicial do motivo principal; Nepos começa mostrando diretamente o que dirá em seguida e relaciona-o ao

motivo principal do seu discurso. Talvez não tenha sido apenas uma coincidência a alusão à citação, logo no início do exórdio, da habilidade de flautista de Epaminondas.

Os exemplos de costumes gregos que acarretam um julgamento negativo de sua obra por parte dos leitores romanos, assim como a apresentação de costumes romanos que, aos olhos gregos, podem ser considerados torpes, remetem a um recurso específico do gênero demonstrativo.

Aristóteles (*Rhetorica*, I. 9. 1366a), ao falar da virtude e do vício (*aretés kai kakías*), objetivos de quem censura e louva (*skópoi tó epainounti kai pségonti*), afirma que é pelos mesmos meios que tanto nós mesmos, quanto uma outra pessoa, nos tornamos dignos de fé ou confiança (*aksiópistos*). Nepos abre o seu exórdio tentando obter a *fides* para si e para o seu *genus scripturae dignus*, problematizando a conveniência deste às *personae summorum uirorum.*

Mais adiante, ainda no livro I da *Rhetorica* (I. 9. 1367b), Aristóteles afirma que são belos os usos de cada povo, pois indicam o que em cada um deve ser louvado (*epainouménon*). A crítica de muitos de seus leitores ao seu *genus scripturae*, antecipada por Nepos, provém justamente do desconhecimento das letras gregas. No entanto, a possibilidade de crítica entrevista por Nepos é fruto de uma escolha sua. Ao considerar o público para o qual dirige sua obra, ele praticamente inverte o conselho de Aristóteles, e acaba apresentando como belos costumes o que para seu púbico romano não o são.

Na *Institutio Oratoria* (III. 7. 23), Quintiliano, ao tratar do elogio dos homens sustenta que nesse tipo de elogio são muito importantes as convicções do público, para que este veja que na pessoa louvada estão as virtudes que por eles são celebradas, ou, ao contrário, que no homem contra o qual falaremos há os vícios que o público detesta:

Nam plurimum refert qui sint audientium mores, quae publice recepta persuasio, ut ila maxime quae probant esse in eo qui laudabitur credant, aut in eo contra quem dicemus ea quae oderunt: ita non dubium erit iudicium quod orationem praecesserit.

De fato são muito importantes [no elogio] os costumes dos ouvintes e a crença publicamente aceita, para que [os ouvintes] acreditem que aquelas coisas que eles aprovam muitíssimo estão naquele que será louvado, ou, ao contrário, que naquele contra o qual discursamos estão aquelas coisas que os ouvintes odeiam: assim não será duvidoso o veredicto que o discurso alcançará. (Quintiliano, III. 7. 23)

Será sempre necessário misturar, conclui Quintiliano, ao elogio do personagem o elogio dos ouvintes, pois isso torna os ouvintes benévolos; e em seguida dá, entre romanos e sibaritas, o mesmo exemplo dos espartanos usado por Aristóteles:

Minus Lacedaemone studia litterarum quam Athenis honoris merebuntur, plus patientia ac fortituto. Rapto uiuere quibusdam honestum, aliis cura legum. Frugalitas apud Sybaritas forsitam odio foret, ueteribus Romanis summum luxuria crimen.

[Se] em Esparta os estudos das letras merecerão menos honras do que em Atenas, [aí valerão] mais a capacidade de resistir e a força. Entre alguns [povos] é honesto viver de roubo, em outros, o respeito às leis. Entre os

sibaritas a frugalidade talvez fosse odiada, entre os antigos romanos o maior crime era a luxúria. (Quintiliano, III. 7. 24)

O elogio dos homens se serve não só das virtudes e vícios daquele que é o tema do discurso demonstrativo, mas também dos vícios e virtudes do público, misturando-os para estabelecer uma maior aproximação entre discurso e público e para tornar este último mais benévolo e obter a *fides* para o discurso. Além disso, é possível também misturar virtudes com vícios, aproveitando-se da proximidade que existe entre eles. Quintiliano cita um conselho de Aristóteles (*Rhetorica*, I. 9. 1367a), que em Roma Cornélio Celso, exagerando-o, adotou como seu:

Idem praecipit illud quoque, quod mox Cornelius Celsus prope supra modum inuasit, quia sit quaedam uirtibus ac uitiis uicinitas, utendum proxima deriuatione uerborum, ut pro temerio, fortem, prodigo, liberalem, auaro parcum uocemus: quae eadem etiam contra ualent. Quod quidem orator, id est uir bonus, numquam faciet, nisi forte communi utilitate ducetur.

Aristóteles também preceitua aquilo que Cornélio Celso, logo depois, usurpou de modo excessivo, porque há uma certa proximidade entre as virtudes e os vícios, deve-se usar a estreita semelhança das palavras para chamar corajoso o temerário, liberal o pródigo, parco o avaro: e as mesmas coisas valem também para o contrário. Na verdade, o orador, que é um homem bom, não fará nada disso, a não ser, talvez, que seja conduzido pelo bem comum. (Quintiliano, III. 7. 25)

A mistura entre vícios e virtudes daquele que é elogiado ou censurado, com as virtudes e vícios do público a quem se apresenta o elogio ou a censura, mostra como os discursos demonstrativos, apesar de estarem dentro da *doxa*, do senso comum, têm a possibilidade de sair da opinião comum, de ser paradoxal. Essa característica de poder julgar, recriar valores e estabelecer uma comunhão em torno deles, criando as premissas que servirão para os outros gêneros de discurso, o deliberativo e o judiciário. Quando Aristóteles afirma (*Rhetorica*, I. 9. 1366b) que o discurso epidíctico trata do belo (*kalon*) e do bom (*agathón*), isso não concerne apenas à estética, mas também à ética. O gênero demonstrativo, ao mesmo tempo em que expõe ao público a habilidade retórica do autor na construção de seu discurso, assume a tarefa da dicção da excelência[11].

Aristóteles já afirmara (*Rhetorica*, I. 9. 1367b) que o louvor e os conselhos (*symboulai*) têm um aspecto comum, porque aquilo que se aconselha, modificando a forma de expressá-lo (*metatethenta té léksei*), torna-se encômio. Também Cícero diz, a respeito do gênero demonstrativo:

> *Genus enim nullum est orationis quod aut uberius ad dicendum aut utilius ciuitatibus esse posset aut in quo magis orator in cognitione uirtutum uitiorumque uersetur.* (*De Partitione oratoria*, XX. 69)

> *Não pode haver gênero de discurso que seja mais fecundo ao dizer ordenadamente ou mais útil à cidade, ou no qual o orador se ocupe mais do conhecimento das virtudes e dos vícios.*

---

[11] BRBARA CASSIN. "O consenso e a criação de valores". In *Gregos, bárbaros e estrangeiros: a cidade e seus outros*. Rio de janeiro: Editora 34, 1993, pp. 34-55.

E em Quintiliano (III. 7. 1-2) encontramos a mesma idéia da utilidade do gênero demonstrativo na vida da cidade, tanto na política como no fórum.

1. *Ac potissimum incipiam ab ea quae constat laude ac uituperatione. Quod genus uidetur Aristoteles atque eum secutus Theophrastus a parte negotiali, hoc est* pragmatikh*=remouisse totamque ad solos auditores relegasse; et id eius nominis quod ab ostentatione ducitur proprium est.* **2.** *Sed mos Romanus etiam negotiis hoc munus inseruit. Nam et funebres laudationes pendent frequenter ex aliquo publico officio atque ex senatus consulto magistratibus saepe mandantur, et laudare testem uel contra pertinet ad momentum iudicorum, et ipsis etiam reis dare laudatores licet, et editi in competitores, in L. Pisonem, in Clodium et Curionem libri uituperationem continent et tamen in senatu loco sunt habiti sententiae.* **3.** *Neque infitias eo quasdam esse ex hoc genere materias ad solam compositas ostentationem, ut laudes deorum uirorumque quos priora tempora tulerunt.*

1. *E de preferência começarei daquele* [*gênero*] *que consiste em louvor e vitupério. Parece que Aristóteles e depois dele Teofrasto afastaram este gênero do lado prático, disto que* [*em grego*] *é pragmatiké, e o relegaram somente aos ouvintes; e isso é próprio do seu nome que é derivado de ostentação.* **2.** *Mas o costume romano, para além disso, inseriu essa função nos negócios públicos. Pois até os elogios fúnebres dependem mais freqüentemente de alguma função pública e por deliberação do senado muitas vezes são confiados aos magistrados; e louvar ou vituperar a testemunha é pertinente ao momento dos*

julgamentos e até mesmo louvar os réus é lícito, e os escritos publicados [por Cícero] contra os rivais, contra L. Pisão, contra Clódio e Curião, contêm vitupério, porém, no senado são tidos como pareceres. **3.** *E não nego serem desse gênero certos temas compostos apenas para a ostentação, como os louvores dos deuses e dos homens que os tempos passados relatam.*

O gênero demonstrativo, ao qual pertencem o *encómion* e o *enarrare uitam*, tem como ouvinte apenas um espectador, que decide sobre a habilidade do orador. Ao mesmo tempo, é considerado não só como o mais úbere para o orador, como também co mais útil à cidade. Como afirma Cassin[12], o elogio, como o gênero ao qual pertence, assinala tudo o que é público ou suscetível de se tornar público no privado. Por isso o gênero demonstrativo é também um gênero político: julga valores, recria a comunhão sobre eles, fornece premissas aos gêneros deliberativo e judiciário.

A insistência dos antigos – continua Cassin – na glória do orador no prazer do público que as sutilezas da técnica provocavam, não se refere a uma habilidade que é apenas repetição, mas sobretudo à força da *inuentio* e ao envolvimento que a persuasão exerce por meio de uma *dispositio*, uma *elocutio* e uma *actio* decorosas. Um elogio apresenta dois traços importantes: transita na *doxa*, manipula o lugar comum, mas ao mesmo tempo é paradoxal; e qualquer elogio é, independentemente do que é elogiado, um elogio do *logos*, um elogio do próprio elogio[13].

Nepos, ao começar seu exórdio falando da adequação de gênero escrito às *vidas* dos grandes homens que está prestes a escrever, coloca em jogo suas habilidades

---

[12] BRBARA CASSIN. *Op. cit.*, pp. 41 e 42
[13] BRBARA CASSIN. *Op. cit.*, pp. 42 e 45,46.

retóricas e a sua força de persuasão. Ao confrontar costumes gregos com romanos, transita entre o "endoxal" e o paradoxal, fazendo com que, da oposição de virtudes e vícios gregos e romanos, os valores destes últimos sejam matizados.

A elaboração de seu exórdio – e provavelmente de muitos outros, anteriores e posteriores ao seu, que não chegaram entre nós – servirão de matéria a partir da qual os retores formularão seus preceitos a respeito do modo de escrever exórdio. Veremos a seguir dois exórdios de Salústio, que aparecem explicitamente como exemplos de exórdio de *historia* para o autor tardio do *Rhetores Latini*, mas que também começa, como é característico do gênero demonstrativo, ocupando-se das virtudes e dos vícios.

SALLVSTII DE CONIURATIONE CATILINAE
PRAEFATIO[1]

I. 1. *Omnis homines qui sese student praestare ceteris animalibus summa ope niti decet ne uitam silentio transeant ueluti pecora, quae natura prona atque uentri oboedientia finxit.* **2.** *Sed nostra omnis uis in animo et in corpore sita est; animi imperio, corporis seruitio magis utimur; alterum nobis cum dis, alterum cum beluis commune est.* **3.** *Quo mihi rectius uidetur ingeni quam uirium opibus gloriam quaerere et, quoniam uita ipsa qua fruimur breuis est, memoriam nostri quam maxume longam efficere.* **4.** *Nam diuitiarum et formae gloria fluxa atque fragilis est, uirtus clara aeternaque habetur.* **5.** *Sed diu magnum inter mortalis certamen fuit uine corpus na uirtute animi res militaris magis procederet.* **6.** *Nam et prius quam incipias consulto et, ubi consuleris, mature facto opus est.* **7.** *Ita utrumque per se indigens alterum alterius auxilio eget.* **II. 1.** *Igitur initio reges – nam in terris nomen imperi id primum fuit – diuorsi, pars ingenium, alii corpus exercebant; etiam tum uita hominum sine cupuditate agitabatur, sua cuique satis placebant.* **2.** *Postea, uero quam in Asia Cyrus, in Graecia Lacedaemonii et Athenienses coepere urbis atque nationes subigere, lubidinem dominandi causam belli habere, maxumam gloriam in maxumo imperio putare, tum demum periculo atque negotiis compertum est in bello plurumum ingenium posse.* **3.** *Quod si regum atque imperatorum animi uirtus in pace uti in bello ualeret, aequabilius atque constantius sese res humanae haberent, neque aliud alio ferri neque mutari ac misceri omnia cerneres.* **4.** *Nam imperium facile is artibus retinetur quibus initio partum est.* **5.** *Verum ubi pro labore desidia, pro continentia et aequitate lubido atque superbia inuasere, fortuna simul cum moribus immutatur.* **6.** *Ita imperium semper ad optumum quemque a minus bono transfertur.* **7.** *Quae homines arant, nauigant, aedificant, uirtuti omnia parent.* **8.** *Sed multi mortales, dediti uentri atque somno, indocti incultique uitam sicuti peregrinantes transiere. Quibus profecto contra naturam corpus uoluptati, anima oneri fuit. Eorum ego uitam mortemque iuxta aestumo, quoniam de utraque siletur.* **9.** *Verumenimuero is demum mihi uiuere atque frui anima uidetur, qui aliquo negotio intentus praeclari facinoris aut artis bonae famam quaerit.* **III. 1.** *Sed in magna copia rerum aliud alii natura iter ostendit. Pulchrum est bene facere rei publicae, etiam bene dicere haud absurdum est; uel pace uel bello clarum fieri licet; et qui facere, et qui facta aliorum scripsere multi laudantur.* **2.** *Ac mihi quidem, tametsi haudquaquam par gloriam sequitur scriptorem et auctorem rerum, tamem inprimis arduum uidetur res gestas scribere: primum, quod facta dictis exaequanda sunt; dehinc quia plerique, quae delicta*

---

[1] Os textos dos exórdios de Salústio foram extraídos de SALLUSTE. *CATILINA, JUGHURTA, FRAGMENTS DES HISTOIRES.* Texte établi et traduit par Alfred Ernout. Paris: Les Belles Lettres, 1974.

I. 1. Convém a todos os homens, que desejam ser superiores aos outros animais, aplicarem-se com o máximo de seus recursos para que não passem a vida em silêncio, assim como as ovelhas, que a natureza modelou propensas e obedientes ao ventre. **2.** Ora, toda a nossa força está posta no espírito e no corpo: usamos o espírito mais para comandar, o corpo para servir, aquele temos em comum com os deuses, este com as feras. **3.** Por isso me parece mais correto buscar a glória com os recursos do talento do que da força e, como a própria vida da qual fruímos é breve, tornar nossa memória a mais longa possível. **4.** Pois a glória das riquezas e da beleza é fugidia e frágil, [mas] a virtude mantém-se ilustre e eterna. **5.** Mas durante muito tempo houve uma disputa entre os mortais para se saber se as ações militares avançavam mais pela força do corpo ou pela virtude do espírito. **6.** E de fato, antes de começares algo é preciso ter deliberado, e quando tiveres deliberado, ter agido. **7.** Assim um e outro, em si incompletos, carecem um do auxílio do outro. **II. 1.** Assim, no início, os reis – pois esse foi o primeiro nome do poder na terra –, divergindo, uns exercitavam o talento outros o corpo; então a vida do homem transcorria sem cobiça e cada um se contentava com seus bens. **2.** Mas depois que Ciro na Ásia, e na Grécia os lacedemônios começaram a submeter cidades e nações, a considerar o desejo de dominar como causa de guerra, a julgar a máxima glória no máximo poder, então enfim se descobriu, pelas ações e experiências, que na guerra o talento valia muito. **3.** E se a virtude do espírito dos reis e dos comandantes vigorasse na paz assim como na guerra, os acontecimentos se manteriam mais equilibrada e firmemente, e não verias moverem-se de um lado para outro, nem todas as coisas mudarem-se e confundirem-se. **4.** Pois o poder é facilmente mantido por aqueles meios pelos quais, no início, foi gerado. **5.** Contudo, quando no lugar do trabalho a desídia, no lugar da moderação o desejo e a soberba irrompem, a fortuna e os costumes modificam-se simultaneamente. **6.** Assim o poder sempre se transfere do menos bom para alguém ótimo. **7.** Quanto os homens aram, levam pelos mares, constroem, obedece à virtude. **8.** Mas muitos mortais, dedicados ao ventre e ao sono,indoutos e incultos, passam a vida como viajantes em um país estrangeiro. A esses certamente, contra a natureza, o corpo foi motivo de prazer, a alma um peso. A vida desses eu próprio considero próxima à morte, pois sobre uma e outra se cala. **9.** Na verdade, parece-me viver e gozar de alma somente aquele que, aplicado em algum trabalho, busca a glória de um feito ilustre ou de uma boa obra. **III.1.** Ora, na grande quantidade de atividades a natureza mostra a cada um caminho diverso. É belo fazer o bem pela República, mas o bem dizer não é absurdo; quer na paz, quer na guerra, é lícito tornar-se famoso, e tanto entre os que fizeram como entre os que escreveram os fatos alheios, muitos são louvados. **2.** E para mim, de fato, ainda que de modo algum igual glória segue o autor e o escritor de gestas, parece todavia mais difícil escrever as gestas: primeiramente por que os feitos devem adequar-se às palavras; depois porque muitos, quando repreenderes os delitos,

reprehenderis, maliuolentia et inuidia dicta putat; ubi magna uirtute atque gloriam bonorum memores, que sibi quisque facilia factu putat, aequo animo accipit, supra ea ueluti ficta pro falsis ducit. **3.** *Sed ego adulescentulus initio, sicuti plerique, studio ad rem publicam latus sum, ibique mihi multa aduorsa fuere. Nam pro pudore, pro abstinentia, pro uirtute, audácia, largitio, auaritia uigebant.* **4.** *Quae tametsi animus aspernabatur, insolens malarum artium, tamen inter tanta uitia imbecilla aetas ambitione corrupta tenebatur;* **5.** *ac me cum relicuorum malis moribus dissentirem, nihilo minus honoris cupido eadem que ceteros fama atque inuidia uexabat.* **IV. 1.** *Igitur, ubi animus ex multis miseriis atque periculis requieuit et mihi reilcuam aetatem a re publica procul habendam decreui, non fuit consilium socordia atque desidia bonum otium conterere, neque uero agrum colundo aut uenando, seruilibus officiis, intentum aetatem agere;* **2.** *sed a quo incepto studioque me ambitio mala detinuerat eodem regressus, statui res gestas populi Romani carptim, ut quaeque memoria digna uidebantur, perscribere; eo magis quod mihi a spe, a metu, partibus rei publicae animus líber erat.* **3.** *Igitur, de Catilinae coniuratione quam uerissume potero paucis absoluam;* **4.** *nam id facinus in primis ego memorabile existumo sceleris atque periculi nouitate.* **5.** *De cuius hominis moribus pauca prius explananda sunt quam initium narrandi faciam.*

consideraram como palavras malévolas e invejosas; e quando recordares a virtude e glória dos bons, cada um toma com ânimo favorável aquelas coisas que considera, para si, fácil de se fazer; além disso, toma-as como ficções e considera-as falsas. **3.** Mas eu, no início, adolescente, como a maioria, fui levado pelo espírito de parte à coisa pública, então muitas coisas me foram adversas. Pois no lugar do pudor, da abstinência e da virtude, vigiam a audácia, o suborno, a avareza. **4.** Embora meu ânimo, desafeito às depravações as rejeitasse, contudo, em meio a tantos vícios, minha fraca idade era dominada pela ambição corrompida. **5.** E se bem eu divergisse dos maus costumes dos outros, todavia o mesmo desejo de honra que os afligia com a inveja e a infâmia, afligia a mim. **IV. 1.** Quando, porém, meu ânimo descansou de tantos infortúnios e perigos, decidi que o tempo que me restava deveria ser vivido longe da coisa pública; não foi minha decisão passar meu bom ócio na indolência e na desídia e nem, de fato, cultivando um campo ou caçando, dedicado a passar a vida em atividades de escravos. **2.** Mas voltei àquele mesmo estudo já iniciado, e que a má ambição me tinha impedido; deliberei escrever, por partes, os feitos ilustres do povo romano, tudo o que me parecesse digno de memória; sobretudo porque meu espírito estava livre da esperança e do medo e das facções da República. **3.** Assim contarei brevemente a conjuração de Catilina, com a maior precisão que eu puder, **4.** pois considero esse feito digno de ser lembrado, principalmente pela novidade e perigo do crime. **5.** Antes que eu dê início à narração, algumas poucas coisas sobre a moral desse homem devem ser explicadas.

SALLVSTII BELLVM IVGVRTHINVM

PRAEFATIO

I.1. *Falso queritur de natura sua genus humanum, quod imbecillia atque aeui breuis forte potius quam uirtute regatur.* **2.** *Nam contra reputando neque maius aliud neque praestabilius inuenias, magisque naturae industriam hominum quam uim aut tempus deesse.* **3.** *Sed dux atque imperator uitae mortalium animus est. Qui ubi ad gloriam uirtutis uia grassatur, abunde pollens potensque et clarus est, neque fortuna eget, quippe probitatem, industriam, aliasque artis bonas neque dare neque eripere cuiquam potest.* **4.** *Sin captus prauis cupidinibus et inertiam et uoluptates corporis passumdatus est, perniciosa lubidine paulisper usus, ubi per socordiam uires, tempus, ingenium diffluxere, naturae infirmitas accusatur; suam quisque culpam auctores ad negotia transferunt.* **5.** *Quod si hominibus bonarum rerum tanta cura esset quanto studio aliena ac nihil profutura multaque etiam periculosa <ac perniciosa> petunt, neque regerentur magis quam regerent casus, et eo magnitudinis procederent ubi pro mortalibus gloria aeterni fierent.* **II.1.** *Nam uti genus hominum compositum ex corpore et anima est, ita res cunctae studiaque omnia nostra corporis alia, alia animi naturam secuntur.* **2.** *Igitur praeclara facies, magnae diuitiae, ad hoc uis corporis et alia omnia huiuscemodi breui dilabuntur; at ingeni egregia facinora sicuti anima immortalia sunt.* **3.** *Postremo corporis et fortunae bonorum, ut initium, sic finis est, omniaque orta occidunt et aucta senescunt; animus incorruptus, aeternus, rector humani generis, agit atque habet cuncta neque ipse habetur.* **4.** *Quo magis prauitas eorum admiranda est qui, dediti corporis gaudiis, per luxum et ignauiam aetatem agunt, ceterum ingenium, quo neque melius neque amplius aliud in natura mortalium est, incultu atque socordia torpescere sinunt, cum praesertim tam multae uariaeque sint artes animi quibus summa claritudo paratur.* **III.1.** *Verum ex eis magistratus et imperia, postremo omnis cura rerum publicarum minime mihi hac tempestate cupiunda uidentur, quoniam neque uirtuti honos datur neque illi, quibus per fraudem is fuit, tuti aut eo magis honesti sunt.* **2.** *Nam ui quidem regere patriam aut parentes, quamquam et possis et delicta corrigas, tamen inportunum est, cum praesertim omnes rerum mutationes caedam, fugam aliaque hostilia portendant.* **3.** *Frustra autem niti neque aliud se fatigando nisi odium quaerere, extremae dementiae est:* **4.** *nisi forte quem inhonesta et perniciosa lubido tenet potentiae paucorum decus atque libertatem suam gratificari.* **IV.1.** *Ceterum ex aliis negotiis quae ingenio exercentur, in primis magno usui est memoria rerum gestarum.* **2.** *Cuius de uirtute quia multi dixere, praetereundum puto, simul ne per insolentiam quis existumet memet studium meum*

I.1. Erradamente queixa-se o gênero humano de que a sua própria natureza, fraca e de breve duração, seria dirigida mais pelo acaso do que pela virtude. **2.** Ao contrário, examinando não encontrarás nada maior nem mais notável, e que à natureza falta mais a diligência dos homens do que o vigor ou o tempo. **3.** Ora, guia e senhor da vida dos mortais é o espírito. Esse, quando se encaminha para a glória pela via da virtude, é muito poderoso, potente e ilustre e não precisa da sorte, pois a probidade, a diligência e as outras boas qualidades a sorte não lhe pode dar nem tirar. **4.** Mas se [o espírito], cativo de desejos perversos, arruinou-se na inércia e nas vontades do corpo, gozou, ainda que por pouco tempo, de perniciosos prazeres, quando pela indolência dissipam-se forças, tempo, talento, acusa-se a fragilidade da natureza, cada um, responsável, transfere a sua culpa para as atividades. **5.** Se os homens tivessem tanta preocupação com as coisas boas quanto buscam com esforço as coisas alheias que, perigosas <e perniciosas>, em nada lhes serão úteis, não seriam governados pelo acaso, mas antes o governariam e alcançariam tal grandeza que, pela glória, de mortais se tornariam eternos. **II.1.** Como o gênero dos homens é composto de corpo e alma, assim também todas as nossas ações e inclinações seguem umas a natureza do corpo, outras a da alma. **2.** De fato, a aparência notável, as grandes riquezas, mais a força do corpo e outras coisas dessa espécie logo se dissipam, mas as grandes obras do talento, assim como a alma, são imortais. **3.** Enfim, assim como os bens do corpo e da fortuna têm um início, têm um fim, e tudo o que tem origem morre e o que cresce envelhece; o espírito incorrupto, eterno, senhor do gênero humano, conduz e contém em si todas as coisas e ele mesmo não é contido [por nada] **4.** Por isso é de se admirar muito a perversão daqueles que dedicados aos prazeres do corpo, passam a vida em meio ao luxo e à ociosidade, mas o talento, do qual não há nada nem melhor e nem maior na natureza dos mortais, deixam-no embotar no embrutecimento e na apatia, quando são especialmente tantas as artes do espírito pelas quais a suma celebridade é adquirida. **III.1.** Mas dessas, as magistraturas e os comandos, enfim, toda preocupação com as coisas públicas de modo algum me parecem, nesta época, desejáveis, pois que nem a honra é dada ao virtuoso, nem aqueles que a têm pela fraude estão por isso mais seguros que o honesto. **2.** Pois na verdade, ainda que pela força possas governar a pátria ou os súditos e corrigir suas faltas, isso é funesto, sobretudo quando todas as mudanças no estado das coisas pressagiam matança, exílio e outras hostilidades. **3.** Por outro lado, é extrema loucura esforçar-se em vão e fatigando-se não obter outra coisa senão o ódio. **4.** Exceto para quem o desejo desonesto e pernicioso obriga presentear à potência de poucos sua dignidade e a sua liberdade. **IV.1.** De resto, entre as outras atividades que se cultivam pelo talento, a de maior utilidade é a memória das façanhas realizadas. **2.** Porque da sua virtude muitos trataram, julgo ser isso algo de se omitir, e também para que não se pense que eu mesmo, louvando o meu esforço,

laudando extollere. **3.** *Atque ego credo fore qui, quia decreui procul re publica aetatem agere, tanto tamque utili labori meo nomen inertiae imponant, certe quibus maxuma industria uidetur salutare plebem et conuiuiis gratiam quaerere.* **4.** *Qui si reputauerint et quibus ego temporibus magistratus adeptus sum [et] quales uiri idem adsequi nequiuerint, et postea quae genera hominum in senatum peruenerint, profecto existumabunt me magis merito quam ignauia iudicium animi mei mutauisse, maiusque commodum ex otio meo quam ex aliorum negotiis rei publicae uenturum.* **5.** *Nam saepe ego audiui Q. Maxumum, P. Scipionem, praeterea ciuitatis nostrae praeclaros uiros solitos ita dicere, cum maiorum imagines intuerentur, uehementissume sibi animum ad uirtutem accendi.* **6.** *Scilicet non ceram illam neque figuram tantam uim in sese habere, sed memoria rerum gestarum eam flammam egregiis uiris in pectore crescere neque prius sedari quam uirtus eorum famam atque gloriam adaequauerit.* **7.** *At contra, quis est omnium his moribus quin diuitiis et sumptibus, non probitate neque industria cum maioribus suis contendat? Etiam homines noui, qui antea per uirtutem soliti erant nobilitatem anteuenire, furtim et per latrocinia potius quam bonis artibus ad imperia et honores nituntur:* **8.** *proinde quasi praetura et consulatus atque alia omnia huiuscemodi per se ipsa clara et magnifica sint, ac non perinde habeantur ut eorum qui ea sustinent uirtus est.* **9.** *Verum ego liberius altiusque processi, dum me ciuitatis morum piget taedetque; nunc ad inceptum redeo.* **V.1.** *Bellum scripturus sum quod populus Romanus cum Iugurtha rege Numidarum gessit, primum quia magnum et atrox uariaque uictoria fuit, dehinc quia tunc primum superbiae nobilitatis obuiam itum est.* **2.** *Quae contentio diuina et humana cuncta permiscuit, eoque uecordiae processit ut studiis ciuilibus bellum atque uastitas Italiae finem faceret.* **3.** *Sed priusquam huiuscemodi rei initium expedio, pauca supra repetam quo ad cognoscendum omnia inlustria magis magisque in aperto sint.*

exagere por orgulho. **3.** Mas eu acredito que há de haver aqueles que, porque decidi passar a vida longe da coisa pública, a tantos e tão úteis esforços meus ponham o nome de inércia, certamente aqueles cuja maior atividade parece ser cumprimentar a plebe e buscar sua graça com banquetes. **4.** Se refletirem sobre os tempos nos quais alcancei a magistratura e que personagens ilustres não puderam alcançá-la e, depois, que espécie de homens chegou ao Senado, certamente julgaram que mudei meu espírito mais por merecimento do que por fraqueza de discernimento, e que há de vir mais utilidade do meu ócio do que das ocupações dos outros com a República. **5.** Além disso, ouvi muitas vezes que Q. Máximo e P. Cipião, homens ilustres da nossa cidade, costumavam dizer que quando olhavam a imagem dos antepassados, o espírito com veemência se lhes inflamava para a virtude. **6.** É claro que não era aquela cera nem aquela imagem que tinham em si tanta força, mas a memória dos feitos realizados que fazia crescer essa chama no peito de homens tão extraordinários; e nem se mitigava, antes que a força deles adquirisse fama e glória. **7.** Mas, por outro lado, nesses costumes modernos, quem não disputa com os seus antepassados em riquezas e suntuosidade e não em probidade e desvelo? Também os homens novos que antes costumavam chegar à nobreza pela virtude, agora se esforçam para obter com intrigas e violências, ao invés de boas ações, os postos de comando e as honras: **8.** Portanto, é como se o consulado, a pretura e os outros cargos desse gênero, fossem por si mesmos brilhantes e magníficos ; e não fossem considerados de acordo com a virtude daqueles que os detêm. **9.** Na verdade me estendi muito livre e inusitadamente, enquanto me envergonhava e me desgostava com os costumes da cidade; agora eu volto ao início. **V.1.** Escreverei sobre a guerra que o povo romano empreendeu contra Jugurta, rei dos Númidas. Primeiramente porque foi grande e atroz, e a vitória volúvel, depois porque, pela primeira vez, se obstou a soberba da nobreza. **2.** Essa luta pôs em desordem todas as coisas divinas e humanas, e o furor avançaram a tal ponto que somente a guerra e a devastação da Itália puseram fim às facções entre os cidadãos. **3.** Mas antes de narrar o início de tal acontecimento, voltarei um pouco a seus antecedentes, para que os conhecendo todas as coisas importantes sejam mais e mais explicadas.

Capítulo IV

1. SALÚSTIO CRISPO – A CONJURAÇÃO DE CATILINA

"*Hic erit, ut perhibent doctorum corda uirorum, primus Romana Crispus in historia*".
(Marcial, *Apophoreta*, CXCI)

Salústio aparece como exemplo na preceituação a respeito da elaboração de exórdios de *historia* nos *Rhetores Latini Minores*[2]. É autor de duas monografias históricas que tratam respectivamente de uma pessoa, Catilina e Jugurta, e de um acontecimento, a conspiração de Catilina e a guerra que Roma moveu contra Jugurta, rei dos Númidas. Praticamente escreveu o tipo de *historia*, ornada, com várias ações e mudanças de decisões, com os incertos e variados casos de homens excepcionais que Cícero pedia e propunha na sua carta a Luceio. Ninguém, até hoje, ousou afirmar que essas duas obras de Salústio não sejam obras de história. Apesar disso tudo, é negado a seus exórdios o direito de ter seu devido e merecido lugar entre os exórdios de obras de história[3].

---

[2] *Rhetores Latini Minores. Ex codicibus maximam partem primum adhibitis.* Emendabato Carolus Halm. Lipsiae, in Aedibus B.G. Teubneri, 1863, p. 588.

[3] Cf. M. RAMBAUD. "Les prologues de Salluste et la demonstration morale dans son ouvre." *in REL*, 24: 115-130, 1946. E também D.EARL. "Prologue-form in Ancient Historiography." *in Austieg und Niedergang der römischen Welt.* Vol. 1-2: 842-856, Berlin – New York, 1973.

Todo o primeiro parágrafo do exórdio da *Conjuração de Catilina* gravita em torno do verbo *decet*. A começar pela oração que abre o exórdio, *omnis homines summa ope niti*, que tem a função de sujeito do verbo *decet*. Essas duas orações compõem uma declaração de caráter geral: *convém a todos os homens aplicarem-se com o máximo de seus recursos*. Ainda nesse parágrafo, a expressão genérica "*todos os homens*" é especificada: aplicar-se com o máximo de seus recursos convém ao homens *que desejam ser superiores aos outros animais* (*qui sese student praestare ceteris animalibus*). E o objeto do esforço desses homens é apresentado: *para que não passem a vida em silêncio, assim como as ovelhas, que a natureza modelou propensas e obedientes ao ventre* (*ne uitam silentio transeant ueluti pecora, quae natura prona atque uentri oboedientia finxit*).

O primeiro parágrafo é assim dividido ao meio pelo verbo *decet*. À sua esquerda temos o que convém aos homens que querem elevar-se acima dos outros animais, à sua direita a finalidade desse esforço: não passar a vida em silêncio como os outros animais. Prescindindo das possíveis fontes filosóficas desse primeiro parágrafo, vale a pena notar que à esquerda do verbo *decet,* relacionados diretamente à palavra *homines*, ou a pronomes que a substituem, encontramos palavras e frases que indicam ação, esforço, como *student* e *ope niti*, ou supremacia, *praestare*. Os vocábulos à direita de *decet*, ligados a *pecora*, como *silentio*, *oboedientia*, *natura finxit*, indicam, ao contrário, passividade. A palavra *homines*, à esquerda de *decet*, é agente dos verbos *niti*, e, retomada pelos pronomes *qui* e *sese*, é agente dos verbos *student* e *praestare*. As palavras *ceteris animalibus*, à esquerda de *decet*, indicam sobre o que os homens desejam ser superiores; *pecora*, à direita do verbo *decet*, é quem passa a vida em silêncio

e, retomada pelo pronome relativo *quae*, é o paciente da ação de moldar exercida pela natureza.

Desse modo, do lado esquerdo do verbo *decet,* Salústio constrói o campo do que convém, que se liga a *homines*: esforçar-se, aplicar-se, sobrepor-se (aos outros animais), não passar a vida em silêncio. De outro, à direita de *decet*, o silêncio, a obediência e a passividade dos animais, submetidos aos homens ou à natureza. Ao opor o esforçar-se com todos os recursos ao passar a vida em silêncio, Salústio já começa a falar do seu ofício de *scriptor rerum gestarum*, que é a sua maneira de esforçar-se com o máximo de seus recursos para não passar, e não deixar que outros passem, a vida em silêncio. *Scribere res gestas* aparece, portanto, desde o primeiro parágrafo do exórdio da *Conjuração de Catilina*, como uma atividade que convém, decorosa aos homens que não querem passar a vida em silêncio. E esse *topos* voltará ao longo da obra.

Dessa oposição geral entre homem e os outros animais, em I.1, passamos, no segundo parágrafo, a uma outra oposição interna ao homem: duas funções distintas que o homem das quais pode utilizar. O parágrafo I.2 é introduzido pela conjunção adversativa *sed*, que contrapõe a oração introduzida por ele a *pecora*, e apresenta uma definição genérica do homem. Salústio afirma que toda a nossa força, ou recursos, encontra-se no corpo e no espírito, princípio pensante que há no homem e que se opõe a corpo (*Sed nostra omnis uis in animo et corpore sita est.*). Nessa frase o possessivo *nostra* deixa claro que se trata aqui dos homens, em antítese à *pecora*, cuja descrição conclui a frase anterior.

Continua com mais duas orações antitéticas. A primeira introduz o uso que fazemos dessas duas partes da nossa força: usamos o espírito para comandar e o corpo mais para a obediência, para a condição de escravo (*animi imperio, corporis seruitio*

magis utimur). A segunda oração introduz as semelhanças que essas duas partes apresentam: o espírito nos faz semelhante aos deuses, o corpo temos em comum com os animais (*alterum nobis cum dis, alterum cum beluis commune est.*).

A diferença entre essas duas partes da força também aparece, ainda que interna ao homem, na hierarquia estabelecida pela antítese dos usos que fazemos delas (comando X obediência) e pelas similitudes que estabelecem (homens = deuses X homens = animais). O que genericamente opunha os homens aos outros animais, em I.1, e estabelecia a superioridade daqueles sobre estes, aparece agora como duas partes integrantes da força humana, que estão no mesmo nível.

Por sua vez, I.3 é introduzido pelo pronome relativo *qui* no ablativo (*quo*) com valor explicativo: *por isso*. Portanto, os dois parágrafos iniciais, com suas afirmações de caráter mais ou menos geral, preparam uma espécie de conclusão, na qual, pela primeira vez, Salústio aparece explicitamente no seu exórdio por meio do uso de um pronome pessoal de primeira pessoa (*quo mihi rectius uidetur*).

O que lhe parece mais direito, o sujeito do verbo *uidetur*, são duas orações coordenadas sindéticas: *gloriam quaerere* e *memoriam nostri quam maxume longam efficere*. Aparecem assim alguns temas importantes dos exórdios salustianos: a busca da glória e sua conseqüência, o prolongamento da memória para além da breve duração da vida.

No que concerne à busca da glória, Salústio apresenta duas vias possíveis: os recursos do talento, da inteligência, das disposições naturais de cada um, (*ingeni*) e os da força física (*uirium*). E não aparecem no mesmo nível, mas sim contrapostas por uma comparação de superioridade. Portanto, é mais justo buscar a glória pelos recursos do

talento do que pelos recursos da força física (*ingeni quam uirium opibus gloriam quaerere*).

É pelo talento, pela aplicação de seu caráter inato, que Salústio considera mais correto o homem buscar a glória e atingir a imortalidade através da perpetuação da sua memória. O autor continua, em I.4, a estabelecer contraposições, explicando o que foi dito no parágrafo anterior. Agora temos a antítese entre *gloria diuitiarum et formae* e *uirtus*. A primeira é vacilante e frágil (*fluxa et fragilis*), a segunda é considerada brilhante e eterna (*uirtus clara aeternaque habetur*).

Cada um dos elementos da antítese aparece com um verbo diferente. O verbo de ligação *est*, para a glória proveniente das riquezas e da beleza, que é fruto das *opes uirum*, portanto *fluxa e fragilis* são predicativos de *gloria*; e o verbo *habetur* para aquela obtida pelos *opes animi*. Este último verbo, que remete para o terreno das apreciações, não apresenta um sujeito agente explícito. *Habetur*, usado sem a presença de um agente expresso, evoca o campo da *doxa*, da qual Salústio parte para, mais adiante, introduzir aquilo que poderá parecer *paradoxal*.

Em I.4 temos, portanto, a explicação de I.3. Introduz um novo desenvolvimento no raciocínio, uma confirmação especial de uma afirmação geral. A glória que atingimos com os recursos da força física é a glória das riquezas e da beleza, sempre vacilante e frágil. A glória que se busca com os recursos do espírito, em oposição, recebe agora um outro nome: *uirtus*.

A palavra *uirtus*, em princípio, significa a força, o vigor, que é próprio do homem. É portanto a glória daqueles que não passam a vida em silêncio e obedientes ao ventre, a glória que se estende para além da vida humana, obtida pelos *ingeni opibus*. Por outro lado, a glória obtida pelos *opibus uirium* também é obtida por recursos

característicos dos homens, pois como vimos em I.2 toda a força do homem está no corpo e no espírito. E ainda que o espírito seja superior ao corpo, não é por meio dele que atingimos a *uirtus*. Esta, eterna e brilhante, é para os homens que utilizarem os recursos do talento, de suas disposições naturais (*ingeni opibus*).

Da oposição entre homens e animais em I.1 passamos à oposição, em I.2, entre espírito e corpo, as duas partes nas quais está dividida a nossa força humana. A segunda delas ainda nos faz semelhantes aos animais. Em I.3 temos, o *ingenium*, inteligência, engenho, talento, disposição natural, caráter inato, que se opõem a *uirum*, retomando, com novos termos, a oposição entre *corpus* e *animus* de I.2.

Em I.5-7 parece haver a negação do que Salústio havia dito antes, I.2-4. O parágrafo começa com um *sed* e introduz uma série de observações que, aparentemente, põem em dúvida a afirmação que termina com o verbo *habetur*. Mas as relações entre I.1-4 e I.5-7 são mais complexas. Esse *sed* não tem valor adversativo, mas sim explicativo, podendo ser traduzido por *ora, pois bem, como eu ia dizendo*, etc. É um conectivo que, neste caso, realiza a passagem para uma outra ordem de idéias.

Assim, I.5-7 começa afirmando ter-se debatido entre os mortais se a arte da guerra progrediria mais pela força do corpo ou pela força do espírito (*Sed diu magnum inter mortalis certamen fuit uine corporis an uirtute animi res militaris magis procederet.*) O uso do pretérito perfeito *fuit* apresenta a ação dentro de uma situação cronológica definida: em um passado que não existe mais no momento em que Salústio escreve. A delimitação da disputa à arte militar, *res militaris*, situa a longa disputa em um âmbito particular.

Em I.5-7 não temos uma negação ou mesmo uma dúvida em relação ao que foi dito em I.2-4, mas antes aos seus antecedentes, que permitem chegar às conclusões com

as quais I.1-4 termina. As dúvidas gerais sobre o que está expresso pelo *habetur* deram-se não na época contemporânea ao autor e com relação a uma situação concreta.[4]

O parágrafo I.5-7 começa com o conectivo *sed*, com valor explicativo, que introduz uma interrogativa indireta disjuntiva a respeito da longa disputa que houve entre os mortais, a saber, se a arte da guerra progrediria mais pela força do corpo ou pela força do espírito. O que essa interrogativa contradiz é exatamente o que aparece em I.1-4, *corpus* X *animus*, sendo que o primeiro termo vem acompanhado de *uis*, força física, e o segundo de *uirtus*, força própria do homem, palavra que deriva de *uir*. A oposição aqui continua sendo entre a parte do homem que o aproxima dos deuses e aquela que ele tem em comum com os animais. A diferença é que agora essa oposição está localizada em um determinado âmbito: *res militaris*.

A resposta à interrogativa aparece em I.6 (*Nam et prius quam incipias consulto et, ubi consuleris, mature facto opus est*. Cuja tradução pode ser: "Pois antes de começares algo é preciso ter deliberado, e no momento que tiveres deliberado, ter agido rapidamente"). Está estruturada em um período coordenado no qual temos dois particípios passados coordenados por *et* ... *et*... dependentes da locução *opus est*: *et consulto et mature facto*. O uso de dois particípios perfeitos no ablativo neutro reforça a idéia de necessidade que a locução *opus est*, por si só, já exprime, pois o aspecto perfectivo do particípio passado faz com que as ações expressas nessa forma verbal apareçam como realizadas, já consumadas[5].

---

[4] M. C. CORDOÑER. *Evolucion del concepto de historiografia em* Roma. Bellaterra (Barcelona): Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona, 1986, p.33.

[5]Foi esse fato que me levou a traduzir aqui .. *tiveres decidido, ter agido* ..., apesar da estranheza que essa correlação verbal possa causar em português.

Ligadas aos dois particípios passados no ablativo, dependentes de *opus est*, nós temos duas orações subordinadas temporais. Ligada a *consulto* temos *prius quam incipias*, e ligada a *mature facto* temos *ubi consuleris*. Logo em seguida, em I.7, temos a conclusão de Salústio: *Itaque utrumque per se indigens alterum alterius auxilio eget* ("E assim, ambos, por si só necessitados, carecem do auxílio um do outro").

Em I.5-6 temos, portanto, um âmbito específico no qual aparece a interdependência entre a *uis corporis* e a *uirtus animi*, é o âmbito militar (*res militaris*). Esse âmbito militar, ou bélico, como veremos, é muito importante neste exórdio.

É importante notar também que, se em I.2 Salústio se apresenta pela primeira vez neste seu exórdio em primeira pessoa, em I.6 ele dá voz a seu leitor, transformado em interlocutor, colocando o verbo desta frase, que responde a interrogativa indireta de I.5, na segunda pessoa do singular, *tu*. Com esse recurso, Salústio faz parecer que a pergunta não parte dele, mas de um interlocutor, que acaba se identificando com o próprio leitor.

De fato, a resposta dada na segunda pessoa do singular em I.6 é uma norma de sabedoria, de afirmação e vitória em qualquer empresa humana. Já se encontrava na *Ética a Nicômaco* de Aristóteles (... "e diz-se que a conclusão do que se deliberou deve ser posta logo em prática", ... VI.5). É uma opinião corrente, fruto do senso comum, da *doxa*, que Salústio apresenta na segunda pessoa do singular: uma ação tão corriqueira, que o seu sujeito pode ser qualquer um dos seus leitores.

Das reflexões abstratas das quatro primeiras frases do exórdio, Salústio passa para a experiência concreta, localizada no tempo e no espaço: uma longa disputa que houve antes do seu tempo no campo das artes militares. Além disso, I.5-7 introduz uma espécie de arqueologia (II.1-6) que torna ainda mais concretas e históricas as reflexões abstratas e gerais de I.1-4.

Em II.1, temos um determinado momento em que *ingenium* e *corpus* aparecem em um mesmo nível. É um período bastante simples, coordenado por assíndeto, que começa pela conjunção conclusiva *igitur*, que introduz na verdade a situação anterior ao surgimento da grande e longa disputa que aparece em I.5.

No início – um início sem determinação temporal precisa, no qual todas as ações são expressas no pretérito imperfeito – alguns reis dedicavam-se uns ao talento, ao engenho, outros ao corpo (*Igitur initio reges – ... – diuorsi pars ingenium, alii corpus exercebant*: ...). Isso era possível porque a vida dos homens era vivida sem cobiça ... (*etiam tum uita hominum sine cupiditate agitabatur;* ...). Estamos pois em um momento anterior ao descrito em I.5, quando os homens começaram a discutir o que era mais valioso na guerra, o corpo ou o espírito. Em um período onde cada um se satisfazia com o que lhe cabia (... *sua quoique satis placebat*).

Em II.2 temos quem, onde e como era essa "idade do ouro", anterior à grande disputa entre os mortais. Depois, com as conquistas de Ciro na Ásia e dos espartanos e atenienses na Grécia, a situação começou a mudar (*Postea uero quam in Asia Cyrus, in Graecia Lacedaemonii e Athenienses in Graecia* ...).

Salústio continua: depois que persas e gregos começaram a submeter cidades e nações, a ter por causa de guerra o desejo de dominar, a considerar a glória extrema no máximo poder, foi aí então que, pela experiência e dificuldades na guerra, o engenho e o talento passaram a poder muitíssimo (... *coepere urbis atque nationes subigere, lubidinem dominandi causam belli habere, maxumam gloria in maximo imperio putare, tum demum periculo atque negotiis compertum est in bello plurumum ingenium posse*).

Assim, temos que foi com Ciro, submetendo nações na Ásia (Lídios, Fenícios, Egípcios) e com espartanos e atenienses submetendo cidades na Grécia, que a vida

deixou de ser vivida sem cobiça. A partir daí que se descobriu pelas experiências e dificuldades que o talento tinha mais valor do que o corpo na guerra. Foram esses protagonistas, nesses lugares e com essas suas ações que constituíram o *certamen* citado em I.5.

Para Salústio, a passagem da "idade de ouro" para a história é marcada tanto pelos fatos históricos como pelo registro desses fatos históricos, isso fica claro em VIII.1-4. Ao observar que todas as coisas nesse mundo dependem dos caprichos da sorte (*fortuna*), que nem sempre leva em consideração os méritos daqueles que ela favorece ou condena, como exemplo disso, Salústio dá o seguinte exemplo:

> *Atheniensium res gestae, sicuti ego aestumo, satis amplae magnificaeque fuere, uerum aliquando minores tamen quam fama feruntur. Sed quia prouenere ibi scriptorum magna ingenia, per terrarum orbem Atheniensium facta pro maxumis celebrantur. Ita eorum qui fecere uirtus tanta habetur, quantum eam uerbis potuere extollere praeclara ingenia.*

> *As grandes ações dos atenienses, assim eu mesmo as estimo, foram muito numerosas e gloriosas, mas na verdade um pouco inferiores a sua fama. Mas como lá nasceram grandes escritores talentosos, por todo o mundo os feitos dos atenienses são celebrados como os maiores. Assim, considera-se o valor daqueles que os realizaram tanto quanto os ilustres talentos puderam elevá-los com palavras.*

No final dessa passagem, Salústio iguala (*tanta ... quantum*) os feitos dos atenienses e o que os historiadores atenienses escreveram sobre eles. E no início, afirma serem as ações dos atenienses até mesmo inferiores à sua fama, àquilo que sobre elas escreveram os historiadores atenienses.

Em II.1 quando fala a respeito do comportamento dos reis naquele *initio* anterior às conquistas gregas e persas, ao usar a palavra *reges*, Salústio faz uma nota: *nam in terris nomen imperi id primum fuit*. Ao utilizar a palavra *reges* para designar poder (*imperium*), reforça a distância entre esse *initio* e o momento em que escreve, o final da República romana. Em II.3, Salústio retorna ao seu presente, restabelecendo uma continuidade com II.4. Aqui, ele rompe a concatenação lógica e temporal de II.1-3 com um *excursus*, no qual ele introduz uma opinião pessoal, referente ao seu momento histórico, que vai de II.3 a II.6.

Em II.3 Salústio concluíra que, depois do início das atividades bélicas expansionistas de gregos e persas, se descobrira que o que mais contava na guerra era o talento, o engenho. Na primeira parte de II.4, a prótase de um período hipotético, há a condição: "E se a força do espírito dos reis e generais prevalecesse na paz assim como na guerra ...". Para Salústio a força do espírito, a *uirtus animi*, que aqui equivale a *ingenium* do final de II.2, não é usada na paz como na guerra.

A apódose desse período hipotético traz, na sua primeira parte, a seguinte frase: *... aequabilius atque constantius sese res humanae haberent, ...* . Uma primeira conseqüência de uma hipotética predominância da força do espírito também na paz seria que os acontecimentos humanos se manteriam mais justa e firmemente. Coordenado a esse período hipotético, temos um outro período subordinado, parte de sua apódose, na qual Salústio traz novamente, com a utilização de um verbo na segunda pessoa do

singular, o leitor para dentro da sua argumentação. Dependente desse verbo há três orações infinitivas, cujos verbos se encontram na voz passiva: ... *neque aliud alio ferri neque mutari ac misceri omnia cerneres.*

Desse modo, se a força do espírito prevalecesse na paz assim como na guerra, os acontecimentos humanos se manteriam mais justa e firmemente, e o leitor não os veria serem levados de um lado para outro, e nem todas as coisas mudarem-se e misturarem-se. Assim, é na paz, quando a *uirtus animi* não prevalece como na guerra, que os acontecimentos humanos sofrem uma grande instabilidade.

Salústio explica que essa instabilidade ocorre quando o poder não é mantido com as mesmas habilidades com as quais ele foi gerado: quando o é, então o poder é mantido facilmente (II.4 *Nam imperium facile iis artibus retinetur, quibus initio partum est*). Vimos em II.2 que foi nas guerras que se descobriu que o *ingenium* valia. Portanto, se o poder foi adquirido na guerra, por meio do *ingenium*, na paz ele deve ser mantido pelo mesmo *ingenium*.

Em II.5 temos as conseqüências, em tempos de paz, quando o *ingenium* já não prevalece. É um período formado por duas frases coordenadas. Na primeira temos apresentação, por meio de pares antitéticos que indicam as *artes* que "invadem" (*inuasere*) a sociedade em tempos de guerra e em tempo de paz (*Verum, ubi pro labore desidia, pro continentia et equitate lubido atque superbia inuasere, ...*). Constituem-se de dois campos semânticos antitéticos, um positivo caracterizando a guerra e outro negativo caracterizando a paz:

GUERRA	PAZ
pro labore	*desidia*
pro continentia	*lubido*
et aequitate	*atque superbia*

Quando na passagem da guerra para a paz temos no lugar do esforço, a desídia, no lugar da moderação a luxúria, e no lugar da igualdade a soberba, aí então ... *fortuna simul cum moribus immutatur*. A boa sorte se transforma com os costumes. E o final desse processo aparece em II.6 *Ita imperium semper ad optumum quemque a minus bono transfertur*.

No entanto, II.6 não é conseqüência direta de II.5. A luxúria, a desídia e a soberba não levam o poder do menos bom para alguém melhor. Essa transferência de poder acontece sempre mediante a guerra, à qual Salústio concede a função de restituir o equilíbrio perdido na paz, quando não se cultiva como se deve a *uirtus animi*.[6]

O poder que se adquire na guerra, com o auxílio do *ingenium* (ou *uirtus animi*) e da *uis corporis*, é mantido também com esses mesmos meios (II.4). Mas quando na paz eles são negligenciados, temos a corrupção, a decadência, e a passagem do poder do melhor para o menos bom. É a guerra, conseqüência da crise e decadência geradas pela paz, que retira o poder dos menos bons e o devolve para os melhores, pois é ela que exige de novo o emprego tanto do *ingenium* como da *uis corporis*.

Não é só na Ásia e na Grécia, como vimos em II.2, que isso acontece. Ao fazer seu rápido resumo da história de Roma desde a sua fundação até a época de Catilina, logo depois de traçar o retrato deste, nos capítulos VI-XIII, Salústio contrapõe a virtude, a sinceridade e a concórdia dos tempos antigos, que foram a causa de tantos

triunfos bélicos contra inimigos mais poderosos, à decadência, ao declínio dos valores que se seguiu ao aumento do poderio romano e à difusão do bem estar. O marco dessa mudança é a destruição de Cartago, o fim do grande rival de Roma trouxe, com a paz subseqüente o início da decadência.

X.1. *Sed ubi labore atque iustitia res publica creuit, reges magno bello domiti, nationes ferae et populi ingentes ui subiacti, Carthago, aemula imperi Romani, ab stirpe interiit, cuncta maria terraeque patebant, saeuire fortuna ac miscere omina coepit.* **2.** *Qui labores, pericula, dubias atque asperas res facile toleuerant, eis otium, diuitiae, optanda alias, oneri miseriaeque fuere.*

X.1. *Mas quando, com o esforço e a justiça, a República cresceu, grandes reis foram vencidos pela guerra, nações ferozes e grandes povos submetidos pela força, Cartago, êmula do poder romano, completamente arrasada, todos os mares e terras estavam abertos,* [aí] *a sorte começou a enraivecer-se e a desordenar todas as coisas.* **2.** *Àqueles que tinham tolerado facilmente sofrimentos, perigos, situações árduas e incertas, o ócio e a riquezas – outras coisas devem ser pedidas – foram fardos e desgraças.*

Roma cresceu e fortaleceu-se em meio a guerras com os seu vizinhos, mais ou menos distantes. Foi a guerra que levou Roma ao ápice de sua potência. Quando se tornou tão forte a ponto de não ter mais inimigos, quando finalmente pode gozar da riqueza, fruto de suas conquistas, da paz, e do ócio, começou então sua decadência, da

---

[6] C.M. CORDOÑER. *Op. (CORDOÑER 1986, p.39).cit.*, p.38

qual também Catilina é uma conseqüência. É na paz e no ócio, no gozo das riquezas que a *uirtus animi* deixa de ser usada assim como era na guerra, juntamente com a *uis corporis*.

É interessante notar que no momento da conspiração de Catilina e seus desdobramentos aparece também essa oposição entre guerra/ascensão/os melhores no poder X paz/decadência/os piores no poder. O confronto que Salústio estabelece entre César e Catão é o confronto entre a união da *uis corporis* e o *ingenium*, em César, e o *ingenium* solitário em Catão.

Esses dois personagens são apresentados como uma exceção, depois de um longo período de paz, no qual Roma, como uma mulher estéril, não tinha produzido mais nenhum grande homem. Escreve Salústio:

> **LIII.** 6. *Sed memoria mea ingenti uirtute, diuorsis moribus fuere uiri duo. M. Cato et C. Caesar. Quos quoniam res obtulerant, silentio praeterire non fuit consilium quin utriusque naturam et mores, quantum ingenio posse, aperirem.*

> **LIII. 6.** *Mas conforme minha memória, houve dois homens de grande virtude e de costumes diferentes, M. Catão e C. César. E já que o argumento os apresentou, não foi minha decisão deixá-los passar em silêncio, mas pelo contrário, mostrar a natureza e os costumes de um e de outro, com quanto talento eu puder.*

Em seguida, em LIV.1-6, Salústio traça o paralelo entre esses dois personagens, que são quase iguais pelo nascimento, idade e eloqüência, iguais pela grandeza de espírito (*magnitudo animi*) e pela glória, mas em outras coisas diferentes. Assim, não os deixa passar a vida em silêncio, como os animais que a natureza criou inclinados para a terra e obediente ao ventre. Assim, em um capítulo marcado pela antítese, começa opondo as virtudes e características de um e outro:

CÉSAR	CATÃO
beneficia ac munificentia	*integritas uitae*
mansuetudo et misericordia	*seueritas, dignitas*
dare, subleuare, ignoscere	*nihil largire*
miseris perfugium	*malis pernicies*
facilitas	*constantia*

Depois desse confronto entre César e Catão, pelas qualidades atribuídas a cada um, fica claro que o primeiro era muito mais ativo e preocupado em agir para ajudar os amigos e aqueles que mereciam, negligenciando os seus próprios interesses; enquanto Catão é caracterizado por virtudes e atitudes estáticas, típicas do estereótipo do sábio estóico, concentrado em si mesmo e alheio a tudo e todos que o cercam.

Em seguida, Salústio faz a seguinte observação sobre o primeiro:

LIV.4. *Postremo Caesar in animum induxerat loborare, uigilare, negotiis amicorum intentus sua neglegere, nihil denegare quod donum dignum esset; sibi magnum imperium, exercitum, bellum nouom exoptabat ubi uirtus enitescere posset.*

LIV.4. *Enfim, César tinha resolvido trabalhar, vigiar, atento aos interesses dos amigos negligenciar os seus, não denegar nada que fosse digno de dádiva, para si desejava muito o poder, um exército, uma nova guerra, na qual seu valor pudesse distinguir-se.*

E a respeito de Catão, Salústio conclui dizendo que:

LIV. 3. *Cato nihil largiundo gloriam adeptus* est. [...] **6.** *Esse quam uideri bounum malebat; ita, quo minus petebat gloriam, eo magis illum assequebatur.*

LIV. 3. *Catão, nada concedendo, alcançou a* glória. [...] **6.** *Preferia ser a aparecer bom; assim, quanto menos procurava a glória, tanto mais esta o seguia.*

No confronto entre esses dois retratos encontramos tanto em César como em Catão, aquele esforço que convém a todos os homens que queiram sobressair-se aos outros animais e não passar a vida em silêncio. E é justamente isso que Salústio, com o talento que lhe cabe, procura evitar.

Mas no retrato de Catão, é a glória que lhe perseguia, sem que ele a procurasse ativamente. A sua glória era fruto apenas do *ingenium* puro, sem a ação que a *uis corporis* possibilita. César, ao contrário, buscava a glória de forma ativa, tanto com *ingenium*, como com a *uis corporis*. Por isso aspirava para si o comando de um exército e a guerra, para aí se distinguir. É desse modo que, como já vimos anteriormente, o

próprio *ingenium* pode mostrar o seu poder: foi com a guerra, e com as virtudes dela decorrentes, que surgiram os homens de grande virtude e Roma cresceu até dominar os mares e as terras.

Ao decidir-se pela proposta de Catão, o Senado escolheu a continuação da crise, pois não optou pela preservação do poder por aqueles mesmos meios com os quais foi obtido: a *uirtus animi*, ou *ingenium*, exercitados tanto na paz como na guerra. E esta última, além da *uirtus animi*, exige também a *uis corporis*: o deliberar e o agir prontamente, quase simultâneos. A decisão do Senado transferiu o poder do ótimo para o menos bom.

Na continuação do exórdio, em II.7-9, Salústio faz referência às atividades humanas que obedecem à *uirtus* (**II.7.** *Quae homines arant, anuigant, aedificant, uirtuti omnia parent.*). Assim como o poder passa dos menos bons aos melhores, que sabem usar melhor as possibilidades do *ingenium* e da *uis corporis*, as atividades humanas sobre os recursos da natureza obedecem à *uirtus*.[7]

Em II.8, Salústio torna concreto o que em II.1 era apresentado de maneira genérica: os homens passivos (*dedit uentri atque somno*) que renunciam a toda atividade ligada ao *ingenium* (*indocti incultique*), entregues aos prazeres físicos (*quibus profecto contra naturam corpus uoluptati, anima oneri fuit*). Esses homens são os mesmos que são excluídos pelo *qui*, da oração adjetiva de I.1 (*qui student sese praestare ceteris animalis*) e pela final negativa introduzida pelo *ne* (*ne uitam silentio transeant ueluti pecora*).

---

[7] C.M. CORDOÑER. *Op. cit.*, p.39.

Esses homens, se não passam a vida como os animais, passam como viajantes em um país estrangeiro (*uitam sicuti peregrinantes transiere*). Se não a passam em silêncio, silencia-se sobre a sua vida, pois Salústio estima as vidas desses homens muito próximas da morte (*Eorum ego uitam mortemque iuxta aestumo, quoniam de utraque siletur.*)

Se em II.8 Salústio descreve aqueles sobre os quais ele não silenciará, em II.9 descreve aqueles que, na sua visão, realmente vivem: aqueles que intentos em algum trabalho, procuram a fama dos feitos ilustres ou da boa conduta (II.9. *Verum enim uero is demum mihi uiuere atque fui anima uidetur, qui aliquo negotio intentus praeclari facinoris aut artis bonae famam quaerit.*)

Dois exemplos desse último grupo, como já vimos, são César e Catão, sobre os quais Salústio não silenciou. E poderíamos acrescentar a esses dois também Catilina. E de fato, logo depois do exórdio, ao traçar o retrato de Catilina, Salústio inicia com essas palavras:

> **V.1.** *Lucius Catilina, nobile genere natus, fuit magna ui et animi et corporis, sed ingenio malo prauoque.*

> **V.1.** *Lúcio Catilina, nascido de nobre estirpe, foi de grande força tanto de espírito, como de corpo, mais de talento mau e pervertido.*

Esse início deixa claro que Catilina pertence, juntamente com César e Catão, ao grupo daqueles que, para Salústio, parecem viver e fruir de alma. César e Catilina alcançaram a *fama clari facinoris alio negotio intentas*. A diferença entre eles está na qualidade do *ingenium* de cada um e no *negotium* ao qual aplicaram seus respectivos

ingenium. Catão, por sua vez, atingiu não a *fama clari facinoris*, mas aquela das *artis bonae*, da boa conduta.

Em II.9, Salústio termina esse capítulo dizendo que no grande número de circunstâncias, a natureza mostra a uns um caminho, a outros outro (*Sed in magna copia rerum aliud alii natura iter ostendit.*). Com essa frase, Salústio passa a considerar o seu caso particular: o seu modo de *quaerere famam*.

Começa, a partir do terceiro capítulo, a abordar a atividade historiográfica, como um dos caminhos que a natureza mostra. Não há hierarquização, e sintaticamente não há subordinação, mas sim coordenação.

Entre esses caminhos, as opções apresentam-se igualmente válidas porque são sempre alternativas que se apresentam àqueles que buscam a fama dedicando-se a algum trabalho. São caminhos que se abrem para aqueles que, segundo Salústio, vivem e são dotados de alma. E entre esses caminhos, Salústio tratará de dois: *bene facere* e *bene dicere*.

Em III.1 aparece a paridade entre o bem fazer e o bem dizer pela República, que correspondem às duas possibilidades de tornar-se famoso: a guerra e a paz ; e tanto aquele que guerreou, como aquele que escreveu os feitos de quem guerreou são louvados por muitos (III.1. *Pulchrum est facere rei publicae, etiam bene dicere haud absurdum est; uel pace uel bello clarum fieri licet; et qui fecere et qui facta aliorum scripsere, multi laudantur.*)

Salústio estabelece assim uma igualdade entre o *facere bellum rei publicae* e o *scribere facta aliorum*, isto é, entre aqueles que realizaram grandes feitos na guerra e aqueles que escreveram sobre esses feitos. E assim começa a referir-se de maneira cada vez mais explícita à sua atividade de *scriptor rerum*, como diríamos hoje, de historiador.

Em III.2, Salústio rompe a paridade, afirmando que não é absolutamente uma glória igual que segue aquele que realiza os feitos e aquele que escreve sobre eles, mas todavia lhe parece ser principalmente difícil escrever os feitos realizados (III.2. *Ac mihi quidem, tametsi haudquaquam par gloria sequitur scriptorem et auctorem rerum, tamen in primis arduom uidetur res gestae scribere:*)

Ao introduzir a sua opinião pessoal em uma oração concessiva, introduzida por *tamen*, vai de encontro à declaração contida na oração principal que nega glória igual tanto para o autor como para o escritor de façanhas. Se na concessiva, que introduz a sua opinião, Salústio afirma ser mais árduo escrever os feitos, é porque a desigualdade contida na oração principal significa também que em Roma se considerava então, contrariamente à opinião de Salústio, ser mais importante empreender feitos e não escrever sobre eles.

Essa *doxa* da primazia do fazer sobre o escrever é apresentada claramente em uma passagem da *Conjuração de Catilina*, continuação daquela passagem já citada (VIII.1-4) em que o seu autor comenta a contribuição do *ingenium* dos historiadores daquela cidade para a perpetuação (e amplificação) das façanhas realizadas pelos próprios atenienses. Em Roma, acontecia justamente o contrário.

VIII. 5. *At populo Romano numquam ea copia fuit, quia prudentissimus quisque maxume negotiosus erat; ingenium nemo sine corpore exercebat; optumus quisque facere quam dicere, sua ab illis bene facta laudari quam ipse aliorum narrare malebat.*

VIII.5. *Mas o povo romano nunca teve tal abundância, porque cada sábio era muitíssimo ocupado; ninguém exercia seu talento sem o corpo, cada um dos melhores preferia fazer a descrever, que seus feitos fossem bem louvados por outros a narrar ele mesmo as façanhas de outros.*

Assim, Salústio em III.1-2 defende, de maneira bastante explícita, o seu modo de buscar a glória. Não é o mesmo de César ou de Catilina, que como os outros romanos eram *negotiosus* e não exerciam o talento sem o corpo. Mas tão pouco é o modo de Catão, que alcançou a glória fugindo dela. Seu *iter* para a glória, *scribere facta aliorum*, é mais árduo do que *facere*.

Na continuação de III.2, apresenta ao leitor as causas pelas quais é mais difícil escrever sobre os feitos alheios, algo que, ao contrário do que aconteceu aos atenienses, sempre faltou aos romanos. Na sua argumentação aprecem três motivos.

Primeiramente porque as palavras devem-se igualar aos feitos (*primum quod facta dictis exaequanda sunt*;), depois porque a maioria julga que se repreende as faltas por malevolência e inveja (*dehinc quia plerique quae delicta reprehenderis maleuolentia et inuidia dicta putant*,); e, por fim, quando se recorda a grande virtude e glória dos bons, aquilo que se considera fácil de fazer é aceito com espírito favorável; o que está acima da capacidade comum considera-se como imaginado e falso (*ubi de magna uirtute atque gloria bonorum memores, quae sibi quisque facilia factu putat, aequo animo accipit, supra ea ueluti ficta pro falsis ducit.*).

A primeira dificuldade, que diz respeito à relação entre aos feitos e a sua narração, às dificuldades seu trabalho como *orator*, e pode ser entendida ao menos de dois modos que não são excludentes.

No primeiro modo, pode-se entender a frase *facta dicta exaequanda* conforme a igualdade que Salústio estabelece em III.1 entre *bene facere* e *bene dicere rei publicae*. Nesse sentido, a primeira dificuldade seria convencer o leitor que o fazer e relatar o que foi feito estão em um mesmo nível, têm o mesmo valor para a República.

O segundo diz respeito à relação entre *uerba* (aqui *dicta*) e *res* (aqui *facta*). Na *De partitione oratoria* (I.3), Cícero coloca a força do orador nas coisas e nas palavras (*uis oratoris in rebus et uerbis*). Nesse sentido *facta dicta exaequanda sunt* pode-se entender a dificuldade de encontrar as palavras certas para seu tema, de relatar a conspiração de Catilina com exatidão. Essa dificuldade diz respeito à *elocutio*.

A segunda e terceira dificuldades apresentam uma certa maneira de o leitor entender a posição do *rerum scriptor* frente a sua *res* (entendida aqui tanto como "tema", "argumento" como "história"), que poderá lê-la como fruto da malevolência e da inveja; e a função da história como gênero demonstrativo: repreender as falhas, recordar as grandes virtudes e a glória dos bons. Essas duas dificuldades concernem à *inuentio*.

Poderíamos dizer que, para a Retórica, a *inuentio* estava associada a uma *uirtus animi* e a *elocutio* a uma *uis corporis*. O historiador não poderia ser apenas um *peritus* da *elocutio*, como pensavam Marco Antonio e Salústio. O historiador que esses autores pretendiam ver e ser não poderia ser como Catão, o Censor, que como autor de *historia* se limitava à *uirtus animi* (a *inuentio*) e não se exteriorizava em uma *uis corporis* (*elocutio*) conveniente. O retrato que Salústio faz da ação de seu bisneto, Catão Uticense, comparando-o com César, pode ser lido como uma metáfora da *elocutio* da *historia* seu bisavô.

Salústio continua trazendo ao leitor toda uma reflexão sobre si mesmo, em primeira pessoa, que praticamente conclui o seu exórdio. Com essa reflexão, de tom

autobiográfico, na qual o escrito confessa os erros da sua juventude, confronta a segunda a e terceira dificuldades da sua tarefa de escrever os feitos alheios.

Em III.3-5, nos fala de sua *adulescentia*, como então foi levado pelo desejo à coisa pública e como isso lhe foi adverso, devido à corrupção que havia no meio político, digamos assim (*Sed ego adulescentulus initio secuti plerique studio ad rem publicam latus sum, ibique mihi molta aduorsa fuere. Nam pro pudore, pro abstinentia, pro uirtute audacia, largitio, auaritia uigebant.*).

De novo vemos o uso da antítese, agora em anáfora, (*pro pudore, pro abstinentia, pro uirtute, audacia, largitio, auaritia uigebant*) como em II.5 (*pro labore desidia, pro continetia et aequitate lubido atque superbia inuasere*). O que aproxima os tempos da adolescência de Salústio àqueles nos quais o poder não é mantido com os mesmos meios pelos quais surgiu (II.4), no qual os reis e generais não usam a *uirtus animi* assim com a usam na guerra II.3).

Ainda que seu espírito não fosse habituado a esses maus comportamentos e os rejeitasse, entre tantos vícios o jovem Salústio era possuído pela ambição corrompida, e embora discordasse dos maus costumes dos outros, o mesmo desejo de honras o atingia com a mesma inveja e infâmia com as quais afligia os outros (*Quae tametsi animus aspernabatur insolens malarum artium, tamen inter tanta uitia imbecilla aetas ambitione corrupta tenebatur; ac me, quom ab reliquorum malis moribus dissentirem, nihilo minus honoris cupido eadem qua ceteros fama atque inuidia vexabat.*).

Esse final do capítulo III, independentemente do seu conteúdo biográfico, serve como resposta às possíveis críticas, previstas em III.2, dos leitores quanto ao seu interesse nos eventos narrados. Se Salústio repreenderá falhas e vícios, o fará com conhecimento de causa, pois viveu a experiência direta, quando jovem, com os vícios e

falhas que então acometiam a sociedade e a vida política romana. Assim, sua repreensão tem a autoridade da experiência vivida.

No entanto, se Salústio, tendo tido contato com a decadência dos costumes de seus tempos de *adulescentulus*, não conseguisse discernir o que lhe acontecia ao redor, nem tivesse forças (*uirtus animi*) para sair desse meio, ele jamais poderia vir a ser um crítico dessa corrupção dos costumes. Continuaria a ser como os muitos mortais de II.8, indoutos, incultos e dedicados ao ventre.

Em IV.1-2 temos o momento no qual Salústio, depois de enfrentar muitas adversidades e riscos, afasta-se da política (***IV.1.*** *Igitur, ubi animus ex multis miseriis atque periculis riquieuit et mihi reliquam aetatem a re publica procul habenda decreui*,). O que começara em III.1 como uma dúplice possibilidade, política ou *historia*, ligadas pelas conjunções disjuntivas *uel...uel*, transforma-se em uma impossibilidade frente à situação concreta da política que Salústio encontra: uma tarefa nobre que, na prática, o homem degradou pela ânsia de poder e pelo medo de perdê-lo.

Como atividade para exercer sua *uirtus animi*, restou-lhe apenas a *historia*. Mas esse afastamento da política não significou gastar o seu *bonum otium* na indolência e na desídia, nem passar a vida em atividades servis, caçando ou cultivando o campo (*non fuit consilium socordia atque desidia bonum otium conterere, neque agrum colundo aut uenando, seruilibus officiis, aetatem agere*;).

A retirada da vida política não representa, na argumentação de Salústio, passar para o número daqueles que passam a vida em silêncio, como os animais ou viajantes em terras estrangeiras, dedicados a atividades servis, nas quais se utilizam daquela parte das forças humanas destinadas a servir e que nos aproxima dos animais. O seu bom ócio será

empregado em retomar àquele mesmo estudo já iniciado, e que a má ambição lhe tinha impedido (*sed a quo incepto studioque me ambitio mala ditinuerat, eodem regressus)*.

Portanto, o período em que Salústio foi arrastado pela ambição política significou também o abandono de uma obra ou inclinação, vontade (duas traduções possíveis para *studio*) já iniciada, que será retomada quando ele descansar das muitas desventuras e riscos que a atividade política lhe trouxe. Essa obra, ou inclinação, é o escrever detalhadamente, por partes, a história dos feitos empreendidos do povo romano que lhe pareciam dignos de serem lembrados (*statui res gestas populi Romani carptim, ut quaeque memoria digna uidebantur, prescribere,*).

A decisão de escrever, por partes, a história do povo romano não é uma decisão nova, fruto do ócio que Salústio passou a gozar depois de sua retirada da cena política, nem conseqüência de um fracasso político, mas é o retorno a algo já começado antes do período em que esteve entregue a *mala ambitio*. Portanto, o seu *bonum otium* lhe permitirá retomar algo que lhe permitirá alcançar a glória, de uma forma que a política não lhe permitia mais.

Essa retomada, além disso, conta agora com toda a experiência que Salústio adquiriu durante a sua vida política. Não é mais alguém que, na *imbecilla aetas*, escreve para repreender as faltas, relembrar a grande virtude e a glória dos bons, mas alguém que viveu e conheceu as falhas, as virtudes e a glória que o homem pode ter e conhecer no serviço da Republica. É sua situação que lhe permitia escrever com o espírito livre da esperança e do medo das várias facções que dividiam a República (*eo magis quod mihi a spe metu partibus rei publicae animus liber erat.*)

A decisão de retomar a sua antiga e predileta atividade (IV.1) aparece em uma acumulação de pretéritos perfeitos pontuais e ativos (*decreui, non fuit consilium, statui*),

que contrastam com a série de imperfeitos durativos e passivos que caracterizam a sua passagem pela política. A história – entendida como reflexão moralizante sobre os homens e seus feitos – recebe uma caracterização, em IV.2, por meio do advérbio *carptim*, que estabelece o gênero escolhido, a monografia. A posição ideal do *rerum scriptor* diante da sua obra aparece também nesse capítulo.[8]

Para o historiador antigo, não há uma técnica, uma postura metodológica, ou uma instituição que garanta e certifique a veracidade de seu trabalho, mas sim uma disposição, um *decorum*, diante das *res gestarum*. Esse *decorum* é a ausência de esperanças, medos ou espírito de parte.

Esse *decorum* corresponde à concepção de história de Salústio: registro escrito (*perscribere*) dos feitos dignos de memória que devem ser submetidos à crítica moral (*reprehendere*) ou fixados para serem relembrados (*de magna uirtute atque gloria bonorum memorare*); e exige uma postura de equilíbrio, livre de esperanças e medos, alheia à política, que é movida pela paixão. É justamente essa posição de Salústio depois de ter-se retirado da vida política e ter retornado à sua antiga inclinação e atividade. É essa posição que lhe permite criticar e elogiar os homens e suas ações.

Assim, Salústio ordena a sua defesa às acusações de *inuidia* e *maleuolentia* que, como *scriptor rerum*, os seus leitores lhe poderiam tornar. Essa defesa se organiza em torno da experiência de vida do autor. No entanto, essa construção biográfica que o *scriptor res gestas* faz do cidadão romano Salústio deve ser lida a partir da sua função no exórdio. Não se deve buscar aí sinais de sinceridade, nem de insinceridade[9].

---

[8] C.M. CORDOÑER. *Op. cit.*, p. 46.

[9] Como afirma Rambaud (1953, p. 124): "é um estranho contra-senso colocar em contradição a vida privada de Salústio e as declarações de seus prólogos. Salústio praticou a moral a sua maneira, buscando precisamente a glória por meio de seus trabalhos históricos".

Quase no final de seu exórdio (IV.3-4) Salústio reforça a sua disposição de escrever os feitos do povo romano de forma isenta, propondo-se a terminar (*absoluam*) brevemente (*paucis*) de narrar a conjuração de Catilina com a maior veridicidade (*verissume*) que lhe for possível. E por fim, em IV.5, fecha seu exórdio explicando porque escolheu essa *res gesta*: foi uma empresa das mais memoráveis (*facinus in primis memorabile*) pela novidade do crime e do perigo que representou (*sceleris atque periculi nouitate*).

Termina assim seu exórdio, passando, antes da narração, à descrição de Catilina, protagonista dessa empresa memorável.

Capítulo IV

2. SALÚSTIO CRSIPO – A GUERRA DE JUGURTA

> "... o mais eficiente historiador é aquele que, através de uma vivida representação das emoções e dos caracteres, faz com que sua narrativa se pareça com uma pintura."
> (Plutarco, *Sobre a fama dos atenienses*)

Assim como na *Conjuração de Catilina*, também na *Guerra de Jugurta* o início do exórdio está ligado ao que virá a seguir, com a narração dos acontecimentos que constituiu a guerra dos romanos contra Jugurta e os retratos, discursos e cartas dos seus protagonistas.

No exórdio da *Conjuração* eram apresentadas algumas idéias na forma de princípios gerais e reflexões pessoais, que iam sendo confirmadas à medida que se passava do plano das reflexões gerais àquele das realidades concretas. As próprias réplicas de Salústio representavam um passo adiante em relação aos princípios gerais previamente estabelecidos.

Na *Guerra de Jugurta*, o exórdio segue por meio da acumulação de enunciados de pontos de vista antitéticos, que se movem sempre no campo da exemplificação. Começa com a queixa a respeito da fraqueza e da brevidade da duração da vida humana em I. 1. A réplica já se anuncia não só pelo advérbio *falso*, primeira palavra do exórdio, mas também pelo uso do subjuntivo na oração causal (*quod ... regatur*), o que faz da afirmação contida nessa subordinada uma causa cuja realidade não se pode afirmar ou uma declaração da qual Salústio não compartilha.

E de fato, logo em seguida, em I.2, temos a réplica, introduzida por *Nam contra....* Não há nada mais notável e maior do que a natureza humana, o que lhe falta não é vigor ou tempo, mas a diligência dos homens. Essa réplica aparece em um período hipotético, cuja prótase é expressa pelo gerúndio *reputando* e a apódose, pelo presente do subjuntivo *inuenias*. Ainda que realizável, permanece sempre como hipotética a capacidade dos que se queixam em I.1 de *reputando* (refletindo, examinando) chegarem a descobrir (*inuenias*) que o que falta à natureza humana não é a força e o tempo, mas a atividade dos homens.

Em I.3, temos a argumentação que sustenta o que foi dito em I.2. Começando por um *sed*, usado não com valor adversativo mas como marca de passagem de uma reflexão geral para uma mais particular, Salústio afirma que o papel de guia e senhor da vida dos homens cabe ao *animus*, o que já apareceu no exórdio da *Conjuração* (I.2). E quando o espírito avança em direção à glória, dispensa o auxílio da *fortuna*, porque as *bonae artes*, tais como a *probitas* e a *industria*, estão fora do alcance e do poder da *fortuna*. Portanto, quem se lamenta da natureza humana, está entregue aos caprichos da *fortuna*.

A queixa que aparece no final de I.4 está ligada àquela de I.1 É o comportamento típico daqueles que, abandonados à sorte, desonestos e inertes, lamentam-se da natureza humana: cada um deles transfere a sua culpa para as atividades ou dificuldades (*negotia*).

As causas desse comportamento estão no início de I.4: é um reflexo do *animus* prisioneiro dos desejos perversos, arruinados na inércia e nas vontades do *corpus*, que gozou, ainda que por pouco tempo, dos prazeres perniciosos. É fruto, enfim, da sujeição do espírito ao corpo, que leva ao desperdício das forças, do tempo e do talento (*uires, tempus, ingenium*)

Em I.5 a réplica de Salústio continua. Mas se em I.2 era ainda provável que, refletindo, os homens chegassem a descobrir a grandeza da natureza humana, agora, em I.5 não são capazes de se dedicar às boas atividades (*bonae res*), mas buscar somente as coisas alheias, inúteis e perniciosas. É essa incapacidade que os leva a serem governados pelo acaso, ao invés de governá-lo, que os impedem de atingir a glória e se tornarem eternos.

A sujeição do *animus* (guia e senhor da vida dos imortais) ao *corpus* de I.4 é pois razão da queixa sobre a brevidade e precariedade da vida humana de I.1, e também dos comportamentos negativos que a acompanham, que aparecem no final de I.4 (a fuga do homem diante suas responsabilidades) e em I.5 (a negligência dos homens com os bens verdadeiros).

A réplica de Salústio de I.2 é, por sua vez, sustentada pelas reflexões de I.3, na qual afirma o papel de guia e comandante da vida dos mortais que cabe ao *animus*; e em I.5, onde mostra como o homem pode, pela dedicação aos bens verdadeiros, fugir do domínio da *fortuna*, alcançar a *gloria* e tornar-se *aeternus*.

A frase *ubi pro mortalibus gloria aeterni fierent* , corresponde à frase *ingeni... opibus ... memoriam nostri quam maxume longam efficere*. Ambas proclamam que a única forma de os homens tornarem-se eternos, suplantarem a própria morte física, é pela glória obtida por meio de atividades (*negotia*) ligadas ao *animus* (*ingenium*), guia e senhor da vida dos mortais. E como veremos mais adiante, *scribere res gestas* está entre essas atividades.

Em II.1 Salústio retoma a natureza composta do homem, que já aparecera no exórdio da *Conjuração*, formada de *corpus* e *anima*. Aqui Salústio usa, sem uma diferenciação substancial, *anima* (essência vegetativa) no lugar de *animus* (espírito).

Assim como a natureza do homem se divide entre corpo e espírito, também as ações e inclinações humanas seguem umas o corpo, outras o espírito; e por isso são fundamentalmente diferentes.

Em II.2 podemos saber quais são as ações e inclinações que seguem o corpo e quais seguem o espírito. Um belo aspecto, as riquezas, as forças do corpo, e todas as outras coisas dessa espécie, logo se dissipam. De fato, não são eternas, estão ligadas ao *corpus*, não ao *animus*. Mas as grandes obras do talento, assim como a alma, são imortais. *Facinus* indica uma ação que pode ser, indiferentemente, boa ou má, o que significa que o *ingenium* pode produzir tanto ações boas como ações más e, assim como a *anima*, imortais.

Temos então, de um lado, *praeclara facies, magnae diuitia, uis corporis*, bens que rapidamente se esvaem, opostos as *ingeni egregia facinora* que são imortais, assim como a *anima*. Se considerarmos a equivalência entre *anima* e *animus*, citada anteriormente, teremos a mesma oposição já vista no exórdio da *Conjuração*: *ingenium/animus* (*ou anima*) e o que dele decorre eterno X *uis corporis* e o que lhe concerne esvaece rapidamente.

Em I.3 continua a diferenciação entre o que pertence ao e depende do *corpus* e aquilo que pertence a e depende do *ingenium/animus*. Os bens do corpo têm um início e um fim, crescem e envelhecem. O *animus*, incorrupto e eterno, guia do gênero humano está para além desse mundo da geração e da corrupção que envolve o *corpus* e tudo o que lhe diz respeito, pois ele move e é senhor de todas as coisas; embora ele mesmo não seja possuído por nada.

Todas essas reflexões de II.1-3 que estabelecem uma nítida diferenciação entre o corpo e espírito, são introduzidas por partículas que vão em um crescendo (II.1 *Nam*,

II.2 *Igitur*, II.3 *Postremo*) e servem para introduzir a crítica que se segue em II.4, que tem como base, justamente, as reflexões de II.1-3.

Em II.4, Salústio expressa a admiração por aqueles pervertidos, dedicados aos prazeres do corpo, que levam a vida em meio à ociosidade, e deixam que o *ingenium* – a melhor parte da natureza dos mortais – entorpeça na negligência e na apatia. Fazem isso tudo quando, por outro lado, existem muitas e variadas artes do espírito (entre elas, a escrita dos grandes feitos dignos de memória) pelas quais se adquire uma grande celebridade.

Esses homens são os mesmos que, no exórdio da *Conjuração de Catilina* (II.8), não parecem usufruir de alma, cuja vida Salústio considera muito próxima à morte. São aqueles que dedicados ao ventre e ao sono, ignorantes e incultos, passam a vida em silêncio, como errantes em terras estrangeiras, e sobre os quais silencia. Condenam-se à exclusão da *memoria*, e são condenados, pelo *scriptor rerum gestarum*, a uma segunda morte, depois daquela biológica.

Aqui, no exórdio da *Guerra de Jugurta*, eles buscam com esforço as coisas alheias e que em nada lhe são úteis (I.5) e transferem as suas responsabilidades para as dificuldades (I.4); deixam o espírito, cativo de desejos perversos, arruinar-se na inércia e nas vontades do corpo (I.4), lamentam-se da brevidade e precariedade da vida humana (I.1).

Estabelece assim a diferenciação entre os homens que, contra a natureza, se dedicam ao corpo e aqueles que se dedicam ao espírito, e prepara sua inclusão, como *scriptor rerum gestarum*, no segundo grupo, assim como já tinha feito na *Conjuração de Catilina*. Estabelecida essa primeira diferenciação, Salústio passa a tratar do segundo grupo, aquele dos homens que, seguindo um dos caminhos mostrados pela natureza

(*Conjuração Catilina*, III.1) cultivam o *animus* e buscam por meio dele a glória. Esse grupo não é homogêneo, é tão variado como o são as possibilidades de aplicação da *uirtus animi*.

No exórdio da *Conjuração* (III.1) há, pelo menos como princípio geral, uma igualdade, diante da grande quantidade de situações que a natureza mostra ao homem, entre *bene facere* e *bene dicere rei publicae*. Essa igualdade acaba sendo desfeita, quando Salústio passa à realidade concreta, em favor do *bene dicere*, ou melhor, do *scribere res gestae*, que parece a Salústio ser de mais difícil realização. A dificuldade, na argumentação do autor, é uma marca positiva, pois significa que sua escolha está no campo do *labor* e não no da *socordia* e *desidia*.

No exórdio da *Guerra de Jugurta*, não há nenhum momento em que o fazer (que inclui a guerra e a política) esteja no mesmo nível do escrever. Em III.1, depois de expressar seu espanto diante daqueles que preferem dedicar-se ao corpo e deixar o seu talento entorpecer-se na ignorância e apatia, Salústio já apresenta a recusa das magistraturas e dos comandos (*magistratus et imperia*), dos cargos civis e militares, isto é, de toda preocupação com as coisas públicas (*cura rerum publicarum*), que correspondem ao *facere rei publicae* que aparece no exórdio da *Conjuração* (III.1).

A política que aparece aqui não é mais aquela do seu tempo de *adulescentulus*, que exerceu sobre ele a mesma má influência que exercia sobre todos os outros (*Conjuração de Catilina*, III.3), mas é a política do seu tempo de adulto, quando decidiu abandoná-la e dedicar-se a *scribere memoria rerum gestarum* (*hac tempestate*). Nem os cargos civis nem os militares lhe parecem dignos de se desejar, pois não são concedidos à virtude, e nem mesmo aqueles que os conseguem pela fraude estão seguros (III.1).

Mesmo a possibilidade de governar pela força (*Nam ui quidem regere patriam*, III.2-3) – possível alusão à ditadura de César – lhe parece funesta, pois ainda que pela força seja possível governar a pátria e os súditos e corrigir as faltas (*delicta corrigas*), qualquer mudança na situação política traz sempre conseqüências negativas (*caedem, fugam aliaque histilia*). Governar pela força é uma loucura, é esforçar-se em vão, para no final se obter apenas o ódio. A não ser para quem age com um desejo desonesto e pernicioso.

Temos, portanto, em III.2-3, um governo que, pela força, visa corrigir os erros (*delicta corrigas*) por meio do esforço (*fatigando*). Além de inútil e funesto, a possibilidade, a princípio positiva, de alguém conseguir o poder e corrigir as falhas dos cidadãos e súditos aparece introduzida pela conjunção concessiva *quamquam* seguida não de indicativo, mas de subjuntivo (*possis ... corrigas*). É apresentada muito mais como uma eventualidade do que uma possibilidade.

Em III.4, ao contrário, temos a situação na qual governar pela força é avaliado negativamente: quando é fruto da *perniciosa* e *inhonesta lubido*, que não quer corrigir as falhas dos súditos, mas presentear (*gratificari*) liberdade e dignidade da pátria e dos súditos à potência de poucos.

É importante observar que, ao considerar positivamente o governo pela força, Salústio lhe atribui a função de *corrigere delicta*, função que no exórdio da *Conjuração* (III.2) aparece como uma função do *scribere res gestas*: *delicta reprehendere*. Mas como esse *negotium*, no qual se poderia exercer o *ingenium*, é considerado funesto, uma loucura, a política, ou o *facere rei publicae*, como uma *ars animi*, é definitivamente excluída.

Em antítese a essa possibilidade, aparece, em IV.1, como uma outra atividade – a única restante – exercida pelo talento (*ceterum ex aliis negotiis quae ingenio exercentur*) e em primeiro lugar quanto à grandeza da utilidade (*in primis magno usui*), a lembrança dos notáveis feitos empreendidos (*memoria rerum gestarum*). Salústio recusa-se a falar sobre a essa atividade (IV.2) o topos *de hsitoria* do autor tardio dos *Rhetores Latini Minores*, para evitar que o leitor pense que, por vaidade, enalteça o objeto do seu esforço – o que realmente ele faz, por preterição – e porque muitos já falaram da virtude dela (*Cuius de uirtute quia multi dixere*).

Entre esses muitos se pode contar – além do próprio autor, que já tinha escrito sobre o *scribere res gestas* no exórdio da *Conjuração de Catilina* – , outros historiadores anteriores e também, como sugere Cordoñer[1], Cícero, com suas constantes referências sobre a escrita e a importância da *historia*.

Em IV.3, Salústio aborda sua retirada da política e sua decisão de dedicar-se a *scribere memoria rerum gestarum*, já presente no exórdio da *Conjuração* (IV.1) na forma de uma reflexão pessoal. Na *Guerra de Jugurta*, esse tema reaparece como uma crítica externa, cuja existência é reconhecida pelo autor (*At ego credo fore qui,...*). Essa crítica materializa-se em uma acusação que dá um significado negativo à sua decisão: ao que ele considera um trabalho útil (*utilis labor*), seus críticos dão o nome de indolência (*inertia*).

Continuando no seu esquema de proceder por acumulação de enunciados antitéticos, a réplica aos seus críticos aparece já no ponto, IV.3: estes seriam aqueles cuja principal atividade parece ser salvar a plebe – uma clara subversão da *salutatio*, que

[1] M. C. CORDOÑER. *Evolucion del concepto de historiografia en Roma*. Bellaterra (Barcelona): Servei de Publicacions de la Universitat Autónoma de Barcelona, 1986, p. 65.

de obrigação do *cliens* passa a ser feita pelo *patronus* – e buscar o seu apoio com banquetes.

Em IV.4 Salústio continua sua réplica, por meio de uma comparação entre os personagens da política de seu tempo que, ao contrário dele, não conseguiram chegar às magistraturas, e os homens que chegaram ao Senado. Essa comparação é introduzida por um período hipotético potencial (*Qui si reputauerint...*). Caso os seus críticos tenham condições de refletir e considerar essa diferença, poderão concluir que sua escolha se deu mais por mérito do que por indolência.

No exórdio da *Conjuração*, a caracterização negativa da vida política da qual Salústio participara tinha como objetivo justificar o seu retorno a *scribere res gestas*, cuja ambição de poder o tinha mantido afastado. Aqui na *Guerra de Jugurta*, a mesma caracterização negativa da política é polêmica, faz parte da resposta àqueles que consideram sua decisão de dedicar-se à *memoria rerum gestarum* lassidão. São esses mesmos críticos que Salústio apresenta como os protagonistas da política corrupta que, como *scriptor rerum gestarum*, narrará e criticará ao longo da sua monografia.

No tempo da enunciação deste exórdio, o melhor, senão único, meio de contribuir para o bem da república é *scribere*, e *non facere*. E escrever os feitos notáveis do povo romano é justamente o fruto do *otium* de Salústio, ócio que ele já equiparara a um *negotium*, IV.1, e volta a fazê-lo em IV.4, ao afirmar que do seu ócio virá mais vantagem para a República do que das atividades dos outros, isto é, daqueles que se dedicam a corromper ainda mais a política (*maiusque commodum ex otio meo, quam ex aliorum negotiis rei publicae uenturum*).

Excluída a política como possibilidade de corrigir as falhas dos homens (*delicta corrigere*), só resta a *memoria rerum gestarum* para cumprir essa missão (*reprehendere*

delicta). Se pensarmos nos gêneros de discursos que correspondem a essas atividades, pode-se considerar que o gênero demonstrativo é o único que resta para contribuir para o proveito da República[2].

Ao estabelecer a superioridade de seu *otium* sobre os *negotia aliorum*, Salústio estabelece também a superioridade do gênero demonstrativo, do *scribere res gestas*, sobre o gênero deliberativo daqueles que continuam na política. Essa superioridade já aparecera no exórdio da *Conjuração de Catilina*, ao afirmar que *scribere res gestas* parece ser uma atividade mais difícil do que *facere rei publicae* (III.2). Na *Guerra de Jugurta*, com a exclusão da possibilidade da política, o gênero demonstrativo assume a função de repreender e corrigir as falhas, indicar o que se deve escolher e ao que se deve renunciar para o bem da *res publica*, cobrindo também a função do Gênero deliberativo..

No exórdio da *Conjuração* uma das funções do *scribere res gestas* é *delicta reprehendere*, que é um dos aspectos que torna essa tarefa mais difícil do *facere rei publicae*. Na *Guerra de Jugurta*, Salústio, desde o exórdio, já começa a repreender, censurando as falhas de seus críticos e defendendo sua forma de dedicar-se à República.

Além dessa, no exórdio da *Conjuração de Catilina* (I.3-4), Salústio atribui à *memoria rerum gestarum* também uma outra função: ela é um dos recursos do *ingenium*, por meio do qual lhe parece mais correto buscar a glória e prolongar ao máximo sua memória. A *historia* aparece como um meio de obter glória e a fama duradoura para quem a ela se dedica, ao contrário da fama e da glória que provêm do

---

[2] Cícero,já dizia que o gênero demonstrativo é o mais útil à cidade e também ao orador. *Genus enim nullus est orationis quod aut uberius ad dicendum aut utilius ciuitatibus esse posset aut in quo magis oratorin cogitione uirtutum uitiorumque uersetur*. "Não há nenhum gênero de discurso que possa ser mais fecundo para o dizer ordenadamente ou mais útil para a cidade, no qual o orador possa ocupar-se mais na investigação das virtudes e dos vícios".(*Partitione oratoria*, 69)

corpo, que são frágeis e fugidias; é um meio para não passar a vida em silêncio como os animais.

Na *Guerra de Jugurta*, a *memoria rerum gestarum* também aparece ligada ao *animus incorruptus, aeternus*. Mas a sua importância transcende a busca da glória pessoal, está ligada diretamente não à *gloria* pessoal do *scriptor rerum gestarum*, mas à *memoria rerum gestarum* do povo romano. Por isso, não há aqui as justificativas autobiográficas para justificar a dedicação de seu *bonum otium* à *memoria rerum gestarum*. Essa dedicação é a única alternativa à política, é o único modo de *bene facere rei publicae*.

Essa diferença nos exórdios das duas monografias está diretamente ligada a seus temas. A conspiração de Catilina, tema da *Conjuração*, é um acontecimento interno, uma guerra civil, uma questão *inter ciues* contemporânea de seu autor, e seus principais protagonistas, como Catilina, César, Catão e Cícero, antes de se tornarem personagens da obra de Salústio, foram pessoas que Salústio conheceu e com as quais, de uma forma ou de outra, se relacionou.

A questão que se apresenta na *Guerra de Jugurta* a Salústio é como alcançar a glória, não mais como um cidadão e político romano, envolvido com a *res* descrita, por meio do *facere*, mas como *scriptor rerum*, que se pretende não mais envolvido com um *facere* que não lhe permite mais o exercício da *uirtus animi*, do *ingenium*.

Conseqüência dessa diferença entre os dois exórdios é a ênfase na função da *memoria rerum gestarum* como memória, como *monumentum*, aparecendo neste exórdio um símile que não aparece no exórdio da *Conjuração*: a aproximação do *scribere res* gestas às *imagines*, máscaras de cera dos antepassados que as famílias da aristocracia mantinham no átrio de suas casas.

Em IV.4 temos a comparação entre os homens que não chegaram a alcançar as magistraturas que Salústio alcançou, no período em que se dedicou à política, e os homens que, depois de sua retirada da política, chegaram ao Senado. Dessa comparação, conclui que seu *otium* trará mais benefício à República do que a atividade dos políticos; é ainda a réplica de Salústio aos que denigrem a sua decisão de afastar-se da política. Em IV.5, para reforçar essa argumentação, aparece o símile.

Salústio afirma ter ouvido que Q. Máximo (provavelmente Quinto Fábio Máximo, o Contemporizador) e P. Cipião (Públio Cornélio Cipião, o Africano), ilustres homens de Roma, costumavam dizer que, quando olhavam as *imagines* de cera dos seus antepassados, seus ânimos despertavam com intensidade para a virtude; e o que desencadeava esse processo era a memória dos feitos realizados por aqueles representados pelas máscaras. Essa memória acendia o desejo de glória e fama em quem as admirasse, e tal desejo só era aplacado quando conseguissem, por sua vez, alcançar também a glória e a fama igual a de seus antepassados.

No exórdio da *Conjuração, fama* e *gloria* eram objetivos tanto dos políticos quanto dos historiadores, ainda que a estes coubesse uma tarefa mais árdua. Aqui, são os políticos que buscam a glória e a fama, mas não pelo *ingenium* ou a *uirtus animi*. São os *scriptores rerum gestarum* e suas obras – tal qual as *imagines* – que devem suscitar esse desejo de glória e fama a serem alcançadas pela *uirtus animi*.

Para os *scriptores*, alcançar fama e glória é uma conseqüência, não uma meta. Não desejam mais *clarum fieri* ou *laudari* (*Conjuração*, III.1), como aqueles que se dedicam às *curae rei publicae*, mas transformar a *memoria rerum gestarum* em algo útil para o presente e para o futuro, tornando-a fonte de *exempla* positivos a serem seguidos e que trazem, assim como as *imagines*, um grande desejo de glória e fama.

Na argumentação do exórdio, a *memoria rerum gestarum*, comparada às *imagines*, torna-se superior à política. A *memoria rerum gestarum* leva os homens a igualarem-se a seus antepassados em fama e glória; os *negotiis aliorum*, ao contrário, conduz a uma disputa com os antepassados em riqueza e suntuosidade, não em probidade e desvelo. O *at* reforçado pelo *contra* (IV.7) estabelece a oposição, pelo uso do verbo *contendere*, entre Q. Máximo, P. Cipião e os políticos contemporâneos de Salústio, entre *probitas, industria* versus *diuitiae*, *sumptio*.

Salústio, como *scriptor*, pretende ter sobre seus leitores a mesma influência edificante que as *imagines* tinham sobre Q. Máximo e P. Cipião. Além disso, graças a essa sua atividade, compete com os seus antepassados em *probitas* e *industria*. A *memoria rerum gestarum* estimula positivamente a *aemulatio*, um dos principais valores da sociedade romana, única forma de alcançar e até mesmo superar, a grandeza dos feitos dos antepassados, pois na política a *contentio* é negativa, está no campo da *uis corporis*.

Essa *contentio* negativa afetou também os *homines noui* – aqueles que foram os primeiros nas suas famílias a obter um cargo importante que dava acesso ao Senado – que antes costumavam superar a *nobilitas* no campo da *uirtus* (*per uirtutem*); passaram agora a competir furtivamente (*furtim*), e mais por meios desonestos (*latrocinia*) do que com meios honestos (*bonae artes*), para obter os comandos militares e os cargos civis.

Todo o campo da política parece contaminado pelo mal, idéia expressa em IV.8 por uma oração condicional (*proinde quasi...*). O que Salústio nega não é só a possibilidade de uma postura honesta na política, mas a inconsistência do pensamento dos homens que dela se ocupam.

Os postos do *cursus honorum* (*praetura et consultais atque alia omnia huiuscemodi*) ganham autonomia, começam a valer por si só (*per se ipsa clara et magnifica sint*) como se não devessem mais ser consideradas pelo valor daqueles que os ocupam (*ac non perinde habeantur ut eorum qui ea sustinent uirtus est*).

A importância da política desloca-se dos homens e das suas virtudes para os cargos e honrarias em si, cuja conquista justifica o emprego de violência e extorsão (*per latrocinia*). Esquece-se que o centro da política é o homem, que as funções políticas são o que os homens fazem dela e têm a dignidade que os homens lhe conferem.

Na *Guerra de Jugurta*, a polêmica iniciada com o exórdio tem por tema a responsabilidade do indivíduo frente à coletividade, frente à *res publica*, e não mais como na *Conjuração*, os diferentes caminhos para a glória pessoal. O *facere* e o *scribere* deveriam preocupar-se com a *res publica*. Descartado o *iter* da política, resta a Salústio *scribere res gestas* e assim manter viva nos romanos a *memoria rerum gestarum*, como as *imagines* mantinham viva a memória das virtudes dos seus antepassados. Atividade que considera *negotium*, que busca a *utilitas* a serviço da coletividade.[3]

A aproximação entre *memoria rerum gestarum* e *imagines* reforça também a associação entre o *scribere* e o *facere*, que já tinha sido proposta por Políbio. No livro VI de suas *Historias* (53-54), ao fazer a comparação entre as instituições dos cartagineses e dos romanos, descreve o funeral de um romano ilustre.

Depois de o morto ter sido levado, com toda a pompa, para ser exposto no Fórum, perto dos rostros[4], um filho ou parente subia ao rostro e pronunciava um discurso alusivo às suas qualidades e aos seus sucessos ao longo da vida. Esse discurso,

---

[3] M. C. CORDOÑER. *Op. cit.*, 1986, p.71.

[4] Tribuna adornada com proas de navios, onde os oradores romanos discursavam.

segundo Políbio, fazia com que todos os ouvintes, e não somente os que tinham tido alguma participação nos feitos relembrados, à medida que esses eram relembrados e postos diante de seus olhos, eram levados a um tal estado de empatia que a perda parecia não se limitar mais a quem pranteava o morto, mas ser extensiva a todo o povo.

Em seguida, continua Políbio, depois das cerimônias fúnebres, colocava-se uma imagem do defunto no lugar mais visível da casa, em uma espécie de tabernáculo de madeira. Essas imagens representavam os mortos com notável fidelidade e nos dias festivos eram usadas por homens que se assemelhavam em estatura e compleição física com o defunto. Esses homens vestiam togas que traziam nas cores e nos ornamentos, as honras, os triunfos e os cargos que os mortos tinham obtido em vida.

Depois dessas descrições, Políbio faz o seguinte comentário:

> *Não seria fácil imaginar um espetáculo mais nobilitante e edificante para um jovem que aspirasse à fama e à excelência. De fato, quem não se sentiria estimulado pela visão das imagens dos homens famosos por suas qualidades excepcionais, todos reunidos como se estivessem vivos e respirando? Poderia haver um espetáculo cívico mais belo que esse?* (Políbio, VI. 53)

Nessa descrição de Políbio aparecem dois modos de incitar os vivos com a memória dos mortos: pela palavra do discurso fúnebre (*dicere*) e pela procissão das *imagines* dos antepassados, que evocavam, sem recorrer às palavras, o *facere* dos defuntos. Tanto um modo como o outro, transcende o âmbito familiar, faz com que a lembrança dos feitos desses mortos ilustres envolva todo o povo:

Por esse meio, por essa renovação constante das referências às qualidades dos homens ilustres, a fama dos autores de feitos nobilitantes é imortalizada, e ao mesmo tempo o mérito de quem prestou bons serviços à pátria chega ao conhecimento do povo, constituindo um legado para as futuras gerações. O resultado mais importante, porém, é que os jovens são estimulados a suportar qualquer provação pela coletividade, na esperança de obterem a glória que acompanha os homens valorosos. (*Políbio*, VI. 54)

Na *Conjuração de Catilina* (III.2), Salústio já relacionara o *bene dicere/scribere* e o *bene facere rei publicae*. Na *Guerra de Jugurta*, em um trecho de seu discurso diante da assembléia do povo romano (LXXXV. 29,30), Salústio faz com que Mário também evoque as *imagines* no seu discurso à Assembléia do povo romano que lhe confiara a condução da guerra contra Jugurta; como o próprio Salústio já fizera no exórdio:

29. *Non possum fidei causa imagines, neque triumphos aut consulatus maiorum meorum ostentare; at, si res postulet, hastas, vexillum, phaleras, alia militaria dona*[5], *praeterea cicatrices aduorso corpore*. **30**. *Hae sunt meae imagines, haec nobilitas, non hereditate relicta, ut illa illis, sed quae ego meis plurimis laboribus et periculis quaesiui.*

[5] Como reconhecimento do valor militar, eram concedidos diversos tipos de "condecorações": lanças honoríficas, (*hasta*), pequenas bandeiras (*vexilla*), placas de metal para serem afixadas na couraça (*phalerae*), além de braceletes (*armillae*), colares (*torques*) e vários tipos de coroas.

29. *Não posso apresentar como garantia nem as imagens, nem os triunfos, nem os consulados dos meus antepassados; mas, se alguém o requerer, posso mostrar os dardos, os estandartes, as condecorações, outros méritos militares, além disso as cicatrizes na frente do corpo.* **30.** *Estas são as minhas imagens, estas coisas são a minha nobreza, não deixada como herança, como a deles* [dos nobres], *mas a que eu conquistei com os meus muitos esforços e muitos perigos.*

Eleito Cônsul, o *homo nouus* Mário apresenta como garantia ao povo romano não as glórias dos seus antepassados e suas *imagines*, mas os frutos e as marcas do seu *facere*, o que inclui as cicatrizes na parte do corpo voltada ao inimigo, prova de sua coragem. Essas são suas *imagines*, com elas Mário estabelece a *fides* entre si e o povo romano, e consegue deste todo o apoio necessário para vencer a guerra contra Jugurta.

Para Fábio e Cipião, a *nobilitas* e as *imagines* dos seus antepassados faziam nascer em seus espíritos (*animus*) o desejo de virtude e o sentimento de emulação em relação aos *maiores*. Para Mário, suas *imagines* e sua *nobilitas* são as suas *militaria dona* e suas cicatrizes *aduorso corpore* suscitam o mesmo efeito sobre o povo reunido em assembléia.

Para Salústio, suas *imagines* são a *memoriam rerum gestarum*, a narração dos feitos memoráveis, fruto do seu *scribere*, que tem sobre os seus leitores o mesmo efeito que as máscaras de seus antepassados tinham sobre Fábio e Cipião. Além disso, essa comparação com as *imagines* é também um meio de estabelecer a *fides* de seu *scribere*, que se torna equivalente ao *facere* de Mário.

O exórdio prossegue (IV.9) com a declaração de Salústio de ter avançado (*processi*) muito livremente (*liberius*) e muito profundamente (*altius*), enquanto se

aborrece e se desgosta com os costumes da cidade (*dum me ciuitatis morum piget taedetque*), por isso decide voltar ao já iniciado (*nunc ad inceptum redeo*).

Ad inceptum redeo, nos faz lembrar o exórdio da *Conjuração*, *incepto studio regressus* (IV. 2). Mas lá essa afirmação marcava a sua volta ao *scribere res gestas*, atividade que abandonara na adolescência, fazia parte da sua pequena autobiografia. Aqui, na *Guerra de Jugurta*, significa a volta à *memoria rerum gestarum* da guerra de Roma contra Jugurta, volta à narração de um feito determinado. O uso dessa expressão faz pensar na afirmação de Quintiliano (III.8.9) sobre a não pertinência dos exórdios de Salústio à *historia*.

Essa afirmação está inserida em uma reflexão mais ampla (que começa em III.8.1) a respeito dos discursos deliberativos e suas funções: se só diz respeito à *utilitas* ou também ao *honestum*. Em III.8.6, Quintiliano passa a analisar a necessidade do exórdio (*prohoemium*) nos discursos deliberativos. Em III.8,8, retoma a afirmação de Aristóteles a respeito da liberdade que gozam os exórdios do gênero demonstrativo em relação ao argumento da obra (*Retórica*, III. 14.1415b). Como exemplo, cita dois oradores: Isócrates e Górgias

Cita o exórdio do *Elogia a Helena*, de Isócrates, para mostrar como se pode, na elaboração de um exórdio, partir de algo distante da matéria do discurso (*nam et longe a materia duci*). Cita também o exórdio do *Panegírico*, do mesmo Isócrates, e o *Olímpico* de Górgias, para ilustrar como se pode partir também de algo bastante próximo do tema do discurso demonstrativo (*ex aliqua rei vicina*). É depois dessas citações que aparece a referência a Salústio:

Quos secutos uidelicet C. Sallustius in Bello Iugurthino et Catilinae nihil ad historiam pertinentibus principiis orsus est.

Tendo seguido esses, é evidente que C.Salústio, na Guerra de Jugurta e na [Conjuração] de Catilina não começou com exórdios pertinentes à memoria rerum gestarum.

Em III.8.10, retorna à *suasoria*, isto é, ao gênero deliberativo, pois são dois nomes diferentes para uma mesma coisa (III.8.6 *Ergo pars deliberativa, quae eadem suasoria dicitur...*). Se Quintiliano não esclarece o que seria um *principium* da *historia*, ficamos sabendo, pelo menos, que nos exórdios de suas monografias Salústio seguiu o exemplo de autores de discurso demonstrativos: Isócrates e Górgias (*quos secutus Sallustius*).

A citação de Quintiliano integra a sua reflexão sobre as características dos exórdios do gênero demonstrativo, que podem ou não ter ligação com o conteúdo dos discursos. Salústio aparece aí como um outro exemplo de autor que escreveu exórdios não pertinentes ao conteúdo da obras. Os exórdios de Salústio não teriam, para Quintiliano, ligação com o conteúdo das monografias, que pertencem ao gênero *historia*. Mas o que era *historia* para o autor da *Institutio Oratoria*?

Para Quintiliano (X.1.31-34) a *memoria rerum gestarum* está mais próxima à poesia do que à oratória, é escrita para narrar, não para provar (*scribitur ad narrandum, non ad probandum*). Por isso, aconselha ao orador nutrir-se da seiva da *memoria rerum gestarum*, abundante e agradável, mas assim como deve ser lida, a maior parte de suas qualidades deve ser evitada pelo orador, porque ela não se presta a provar nada.

Isso não impede que o autor da *Institutio oratoria* veja a utilidade da *memoria rerum gestarum* para a oratória, como, por exemplo, preciosa fonte de fatos e de exemplos que certamente o orador deve possuir Dessa fonte o orador pode extrair argumentos para o seu discurso, os quais serão os mais eficazes, justamente porque são os únicos que não podem ser acusados de preconceitos negativos ou positivos.

No entanto, se a *memoria rerum gestarum* apresenta uma série de utilidades para o orador, esse não deve seguir em seu ofício o que nela são qualidades. No caso de Salústio, ao contrário, temos um *scriptor rerum gestarum* que, fugindo da finalidade do seu gênero, age como orador e escreve não só para narrar, mas também, para provar. E é no exórdio que apresenta suas teses, que serão provadas posteriormente pelo conteúdo das monografias.

Nos seus exórdios, Salústio apresenta e faz a *partitio* do que quer provar: que há uma diferença entre os homens que seguem a *uis corporis* e aqueles que seguem a *vis animi*; que entre as atividades nas quais se pode exercitar a *uis animi* há o *bene facere* e o *bene scribere rei publicae*, e que esta atividade é superior àquela, pois é a mais árdua; que o *bene facere rei publicae*, depois que ele se retirou da política, não é mais um campo propício para a *uis animi*. Enfim, para provar que a *memoria rerum gestarum* é um *monumentum*, com o mesmo valor e virtudes das *imagines* dos antepassados, e equivalente ao *facere* de um general.

Para todas essas afirmações, cuja validade, discursando como um orador, Salústio quer provas, são apresentadas e defendidas no exórdio, e em seguida são ilustradas pelo que vem em seguida. Aqui também Salústio se aproxima do orador, ao apresentar suas monografias como uma fonte de argumentos a favor das teses apresentadas no exórdio. Argumentos extraídos da *historia* que, conforme Quintiliano,

são os mais eficazes porque não podem ser acusados de preconceitos, pois provêm de um contexto distante do presente em que são usados.

Daí as declarações que aparecem em seus exórdios (e de outros *scriptores rerum gestarum*) de isenção, de espírito livre das esperanças e medos de partes ou facções, sem ódio ou predisposição. Essas declarações podem ser entendidas como uma forma de assimilarem seu *decorum* à neutralidade e imparcialidade atribuídas às *res* e *exempla* que constituíam a *historia*.

Tanto no exórdio da *Conjuração de Catilina*, como naquele da *Guerra de Jugurta*, Salústio começa suas monografias escrevendo sobre o que significa, para ele, *scribere res gestas*, e a *memoria rerum gestarum*, buscando estabelecer o *decorum* tanto de sua atividade de *scribere res gestas*, como o de sua função de *scriptor res gestas*.

Em V.1, depois de anunciar a volta a seu tema (*ad inceptum redeo*), Salústio anuncia seu intento: escrever sobre a guerra que o povo romano combateu contra Jugurta, rei dos Númidas. A frase inicial desse capítulo *Bellum scripturus sum quod populus romanus...* é um hexâmetro, composto por dois espondeus e um dáctilo no quarto pé. Talvez uma forma de dar um ritmo solene à apresentação de seu tema, seguindo o modelo poético, o *cano* dos poetas[6].

Na continuação de V.1, Salústio informa ao leitor o motivo da escolha de seu tema: primeiro porque foi grande e atroz e a vitória foi muitas vezes incerta, também porque pela primeira vez se pôs obstáculo à soberba da nobreza.

A guerra contra Jugurta transforma-se assim num exemplo do que Salústio afirmara na *Conjuração de Catilina* (II. 5,6) a respeito da transferência do poder *a minus bono ad quemque optimum*: o poder passa da nobreza ávida, cujo exemplo é L.

Calpúrnio Bestia, imperita, cujo exemplo é Sp. Póstumo Albino, e soberba, cujo exemplo é Q. Cecílio Metelo, para o *homo nouus* G. Mário.

A mesma nobreza que contou dentre os seus com homens como Fábio e Cipião, que levaram Roma a derrotar Cartago e conseguir abrir para si todas as terras e mares, chegou, à época da guerra contra Jugurta, a um tal ponto de corrupção que quase levou Roma à derrota. Salústio faz o próprio Jugurta pronunciar seu juízo com relação a situação de Roma sob o domínio da nobreza: *Urbem uenalem et mature perituram si emptorem inuenerit*. ("Cidade venal e que perecerá logo, se encontrar um comprador").

Como Roma chegou a esse ponto de corrupção e decadência de valores? A resposta, na *Guerra de Jugurta*, aparece no capítulo XLI, e é a mesma que aparece no capítulo X da *Conjuração de Catilina*: a vitória sobre Cartago, o desaparecimento do *metus hostis*, que faz com que, juntamente com a riqueza, a abundância e o ócio que elas propiciam, surjam na cidade as facções e os partidos. Antes, como se lê em XLI.1,2, nada disso havia.

> **1.** *Ceterum mos partium et factionum, ac deinde omnium malorum artium paucis ante annis Romae ortus est otio atque abundantia earum rerum quae prima mortales ducunt.* **2.** *Nam ante Carthaginem deletam populus et senatus Romanus placide modesteque inter se rem publicam tractabant, neque gloriae neque dominationis certamen inter ciues erat: metus hostilis in bonis artibus ciuitatem retinebat.*

---

[6] R. BARTHES – "Le discours de l'histoire"*in Poétique* (49): 14-15.

1. *De resto, o costume dos partidos e das facções, e daí todos os maus comportamentos, nasceram em Roma poucos anos antes pelo ócio e pela abundância daquelas coisas que os mortais consideram principais.* **2.** *De fato, antes de Cartago ser destruída, o povo e o Senado romano cuidavam juntos, plácida e serenamente da República, e não havia entre os cidadãos disputa nem por glória nem pela dominação: o medo do inimigo mantinha a cidade nos bons hábitos.*

A partir desse momento começa a decadência de Roma e o movimento do poder no sentido oposto daquele que ocorre durante a guerra: do melhor para o menos bom. A paz tão desejada na guerra, mostrou-se adversa à Roma. Até chegar à situação que Mário descreve em seu discurso, no qual os nobres, que herdaram de seus antepassados a riqueza, as *imagines*, a sua memória ilustre, não herdaram sua *uirtus*, pois essa não se pode dar nem receber como dádiva (LXXXV.38).

Portanto, a nobreza contemporânea a Mário, que quase levou a República a um desastre militar, herdou dos seus antepassados, aqueles que fizeram a grandeza de Roma, apenas *fortunae bonorum*, e não *uirtutis bonorum*.

Em V.2, Salústio apresenta outros motivos que tornam a sua *res* digna de *memoria*. Esse conflito conturbou todas as coisas divinas e humanas, e avançou até um tal ponto de furor, que só a guerra civil e a devastação da Itália lhe impuseram um fim.

Na *Conjuração de Catilina* (IV.3,4), Salústio justificava a escolha de seu tema, porque o julgava um dos feitos mais dignos de memória, pela novidade do crime e do perigo para a República. É o próprio autor do exórdio (*ego existumo*) que determina a escolha, assumindo pessoalmente a responsabilidade da escolha na sua busca de glória e

fama. Na *Guerra de Jugurta*, o tema se impõe por si mesmo. São as características dessa guerra e sua importância para Roma que a tornam digna de *memoria*. Salústio não toma, explicitamente, parte nessa escolha.

Essa diferença no final do exórdio tem estreita relação com o conteúdo de cada uma das monografias. O que se pode notar pelo que se segue logo após o exórdio. Na *Conjuração*, o retrato do protagonista principal da conspiração, um homem que tinha virtudes, *magna ui et animi et corporis*, e que, como Salústio, foi vítima da atração maléfica da política, mas, ao contrário dele, não conseguiu sobreviver a ela. Na *Guerra de Jugurta*, apresenta uma retrospectiva da história de Roma, desde a segunda guerra púnica até o momento e o papel que Jugurta e sua família tiveram nessa parte história de Roma. O retrato de Jugurta – também ele um personagem com muitas qualidades físicas e de espírito (*maxume ingenio*) – integra-se nessa retrospectiva, mas não tem o destaque e a importância que o retrato de Catilina tem na *Conjuração*.

PERORAÇÃO

Nesta parte conclusiva deste trabalho me limitarei a fazer algumas observações finais a respeito do que foi tratado até aqui nos seus quatro capítulos e também sobre algumas questões que abrem possíveis novas discussões a respeito das funções e elaboração dos exórdios, inclusive naqueles gêneros escritos que não os apresentam.

Analisamos alguns exórdios de dois subgêneros do gênero *historia*: dois exórdios de monografias históricas e um exórdio de um livro de *uitae*, vidas, ou, como dizemos hoje, biografia. No capítulo II (pp. 57-59) nos referimos também aos *Commentarii* de Júlio César, que nas palavras de Cícero, eram obras sem qualquer ornamento ou artifício. Inclusive sem exórdios. Tanto as monografias históricas de Salústio, como as *vidas* de Nepos e os *commentarii* de César, por sua vez, dentre os três grandes gêneros nos quais a retórica antiga dividia os discursos, judiciário, deliberativo e demonstrativo, pertencem ao gênero demonstrativo ou epidíctico.

Mas essa divisão por gêneros nem sempre era vista como algo rígido e intransponível. Quintiliano, depois de explicar essa tripartição tradicional dos gêneros de discurso, comumente aceita desde Aristóteles, conclui o quarto capítulo do livro terceiro com as seguintes palavras:

> **16.** *Ne iis quidem acesserim, qui laudatiuam materiam honestorum, deliberatiuam utilium, iudicalem iustorum quaestione contineri putant, celeri*

magis ac rutunda usi distribuitione quam uera. Stant enim quodam modo mutuis auxiliis omnia [genera]; nam et in laude iustitia utilitasque tractatur et in consiliis honestas, et raro iudicclem inueneris causam in cuius non parte aliquid eorum quae supra diximus reperiatur. (Quintiliano, *Istitutio oratoria*, III.4)

16. *Não poderia concordar com aqueles que julgam ser a matéria laudatória composta somente por questões a respeito das coisas que são honestas, o deliberativo daquelas que são úteis e o judiciário daquelas coisas justas. Todos os gêneros subsistem de algum modo pelo auxílio mútuo; pois no panegírico trata-se da justiça e da utilidade, e nas deliberações trata-se da honestidade, e raramente pode-se encontrar uma causa judiciária na qual em nenhuma parte se encontre algum dos elementos dos quais falamos ordenadamente acima.*

Vimos no capítulo III (pp. 88-91), que tanto Aristóteles (*Rhetorica*, I. 9. 1367b), como Cícero (*De Partitione oratoria*, XX. 69) e Quintiliano (III. 7. 1-2) aproximam o encômio dos conselhos, o gênero demonstrativo ao gênero deliberativo, insistindo sobre a utilidade cívica do gênero demonstrativo e sua função nos negócios públicos, sobretudo em Roma. Todos os gêneros apoiam-se uns nos outros: os elogios fúnebres dependem de alguma função pública e são confiados aos magistrados, e louvar ou vituperar a testemunha é pertinente ao momento dos julgamentos. Até os discursos compostos apenas para a ostentação, como as *laudes uirorum quos priora tempora tulerunt* ("os elogios dos personagens ilustres que os tempos passados trouxeram") têm sua função na vida pública.

Os três subgêneros do gênero *historia*, os *commnetarii*, as *uitae* e a monografia histórica, estão ligados ao gênero demonstrativo, também se apóiam nos outros gêneros de discursos, e isso pode ser notado também em seus exórdios.

Os exórdios das monografias históricas aproximam-se dos exórdios do gênero judiciário. Neles, Salústio não se limita a apresentar-se e informar ao leitor qual é o tema de sua monografia; quer provar ao leitor a validade de seu ofício de *scriptor rerum gestarum* comparando-a com outras atividades; quer provar a utilidade desse ofício para a república; e a impossibilidade de, no momento em que escreve e vive, se servir a república por meio dos *negotia*, por meio da política. Ele não se limita, como receita Luciano (*Como se deve escrever a história*, 52-54) a quem quer escrever *historia*, a facilitar a atenção de seus leitores e o entendimento de sua obra (*eumathéia*), mas quer obter a *fides* de seus leitores, provar a supremacia de seu ofício sobre a atividade política por meio de uma demonstração que parte da oposição homem x natureza até chegar à oposição *scribere* x *facere*. Talvez tenha sido esse esforço *ad probandum* que levou à exclusão dos exórdios de suas monografias dos exórdios de *historia* e lhe angariou o adjetivo "filosófico", que até hoje acompanha muitos dos comentários que se fazem a respeito de seus exórdios.

Cornélio Nepos é, dos três analisados neste trabalho, o exórdio demonstrativo mais epidíctico. Mais epidíctico no sentido etimológico do termo, que se "mostra" (*deíknumi*) diante (*epí*) do leitor, que faz ostentação de si mesmo. Desde as primeiras linhas de seu exórdio, Nepos, dirigindo-se a Ático, refere-se a seu próprio discurso, às vidas que ele apresentará em sua obra. Desde o início até o final do exórdio, temos um discurso que fala sobre si mesmo e coloca o leitor como o juiz de seu valor. Nepos

também deixa claro ao leitor qual é a matéria de seu livro já no exórdio, as virtudes, os costumes, o torpe e o honesto, matéria tópica dos discursos demonstrativos.

Os *Commentarii de bello gallico* e *Commentarii de bello ciuile* têm visto, já desde a Antigüidade, ser posto em dúvida seu valor histórico. Muito se tem escrito sobre sua "confiabilidade" e a "deformação" histórica que haveria neles[1]. Vimos (Capítulo II, pp. 57-59) que Cícero considerava os comentários de César *discursos nus, despidos de todo ornamento*, matéria a partir da qual outros poderiam escrever *historia*. No entanto isso nunca ocorreu, ninguém ousou transformar esses *commentarii* em *historia*. Dessa forma, César permaneceu como uma "testemunha de si mesmo".[2]

De fato, a palavra *commentarius* traduz em latim a palavra grega *hyponema*, que nos reinos helenísticos, designava a coleção de arquivos e notas que os reis mandavam redigir para que os acontecimentos de seus reinados não fugissem à atenção dos futuros historiadores. Os *commentarii* de César são vistos como propaganda política com objetivos bem definidos. O objetivo do *De bello gallico* seria assim diminuir a desvantagem política, em face de Pompeu, causada pela longa ausência de Roma (58-50 a. C.), que a campanha da Gália lhe impunha. E do *De bello ciuile* defender suas ações durante a guerra contra e a vitória sobre Pompeu: as iniciativas de paz, as escolhas estratégicas corretas, a preocupação com a legalidade, os gestos de clemência. César é assim, de certo modo, assimilado a um monarca helenístico que escreve seu *hyponema*[3].

---

[1] M. RAMBAUD. *L'Art de la déformation historique dans les Commentaires de César*. Paris: Les Belles Lettres, 1966. Gentili escreve sobre a questão da "confiabilidade" , "deformação" e ponto de vista" nos *Commentarii* de César (in B. GNETILI, L. STUPAZZINI, M. SIMONETTI. *Storia della letteratura latina*. Bari: Laterza, 1992, pp.179-180). Conte analisa a questão da *veracidade em César e o probelma da "veracidade histórica"* (in G. B. CONTE. *Storia della letteratura latina: manuale storico dalee origini allá fine dell'impero romano*. Firenze: Le Monnier, 2000, (pp. 198-199)

[2] J. GAILLARD. *Introdução à literatura latina: das origens a Apuleio*. Lisboa: Inquérito, s.d., p. 74.

[3] Idem, p.75

Apesar dessa aproximação, os *Commnetarii* de César têm algumas diferenças, extrínsecas e intrínsecas, em relação aos *hyponema*. Comecemos pelas extrínsecas. Eles não são escritos por um rei helenístico, mas pelo *pontifex maximus*. César foi eleito *pontifex maximus* em 63 a. C., derrotando os nobres Quinto Lutácio Catulo e Sérvio Vácia, apesar da resistência dos adversários, que chegou até a tentativa de suborno[4]. Essa persistência de César em se tornar pontífice máximo pode se vista como um exemplo de sua ambição desenfreada, mas pode ser mais bem entendida se considerarmos quais eram as funções e atribuições desse cargo que César tanto almejava.

O dever institucional dos *pontifices maximi* era redigir e publicar, o que para nós hoje pode parecer tanto historiografia como jurisprudência. Sua função típica era a de jurisconsulto, porque era a partir daquilo que redigiam e publicavam que se lhes pedia para estabelecer o que era *ius* e *fas*, isto é, que determinassem os comportamentos corretos. Deviam compilar os códigos de leis,deviam registrar as guerras, os tratados de paz, as ações e o nome dos magistrados nos *annales maximi* e, quando se lhes fosse pedido, deviam prestar contas dos seus registros e de seus atos, que eram anotados nos *commentarii pontificales*, cuja consulta, a princípio, estava reservada aos pontífices[5].

César, ao escrever seus *commentarii* estava sim fazendo campanha política, mas estava também exercendo uma de suas atribuições como *pontifex maximus*. Escrever sobre si mesmo, como dizia Cícero em sua carta a Luceio (Capítulo I, pp. 29-30), pode acarretar uma diminuição da *auctoritas* do autor, o que dificulta a obtenção da *fides* do público para sua obra. Ao escrever seus *commentarii* em terceira pessoa, César contorna

---

[4] Plutarco conta que *No dia da eleição, sua mãe acompanhou-o em lágrimas até a porta de sua casa. "Minha mãe – disse-lhe César abraçando-a – verás hoje teu filho grande pontífice ou banido."* (*Vida de César*, 7)

esse problema aproveitando-se de sua posição institucional, realiza um desdobramento de sua personalidade: em seus comentários lemos o *pontifex* César que registra as ações empreendidas pelo procônsul na Gália César. A *pura et illustri breuitate*, a *narratio* desprovida de *amplificatio* e aparentemente sem ornamentos retóricos, convém ao *decorum* dos *commentarii*, que são propaganda política, mas são também *pontificales*.

Pelos seus temas, pelas circunstâncias políticas em que foram escritos e publicados, pelos cargos ocupados pelo seu autor (*pontifex maximus*, procônsul *imperator*), os *commentarii* de César se aproximam muito do gênero deliberativo. Outra característica que o aproxima do gênero deliberativo é a ausência de exórdio, além de ser adequada ao decoro pontifical de seus relatos e de convir às suas intenções propagandistas, essa ausência também é uma característica do gênero deliberativo. Aristóteles (*Retórica*, III. 13, 1414b) já afirmava que nos discursos deliberativos só há exórdio quando houver um contraste de opinião. Cícero dizia que no gênero deliberativo os exórdios são curtos ou inexistentes, porque deve ser ouvido por aqueles que já estão preparados para decidir sobre a questão (*De partitione oratoria*, IV.13). Quintiliano também observava que o gênero demonstrativo nem sempre tem necessidade de um exórdio (*Institutio oratoria*, III.8,59).

Assim, temos nos exórdios de Salústio um exemplo de exórdio de *historia* que se aproxima do gênero judiciário, pois seu autor, antes de cativar o leitor com sua obra e lhe facilitar a compreensão desta, como aconselhava Luciano (*Como se deve escrever a história*, 52-54), introduz em seu exórdio uma argumentação cerrada, com o objetivo de provar o valor e a utilidade de sua escolha em *scribere res alienarum*. No exórdio de

---

[5] Cf. D. SABBATUCCI. *Lo stato come conquista cukturale*. Roma: Bulzoni Editore, 1994, p. 106. E também *Dizionario giuridico romano*. Napoli: Edizioni giuridiche Simone, 2000, os verbetes *pontifex*

Cornélio Nepos um exórdio que explora mais o aspecto epidíctico, no sentido de *ostentatio*, do gênero demonstrativo. E nos *commnetarii* de César vimos a ausência de exórdio, o que convém tanto a posição cívico-religiosa (*pontifex maximus*) de seu autor, como aos seus interesses políticos; essa ausência aproxima o *genus scripturae* do *pontifex maximus* sobre César do gênero deliberativo.

A análise dos exórdios desses autores a partir, sobretudo, deles mesmos ou de outros autores mais ou menos do mesmo período, independentemente do resultado, apresentou algumas dificuldades. Essa observação, esperemos, não é uma tentativa de justificar um fracasso, mas uma observação sobre o caminho percorrido. A primeira delas foi a tendência a considerar que esses autores que escreveram entre os séculos I a. C. e I d. C. só poderiam ser lidos por meio de seus comentadores modernos, e quanto mais modernos melhor. A resistência a lê-los sem intermediários foi bastante resistente, e é claro que essa leitura não exclui absolutamente a presença neste trabalho de autores modernos.

Superada a dificuldade de aceitar o que os autores antigos diziam, sem recorrer a intermediários, surgiu uma propensão de usar a autoridade dos autores, sobretudo aqueles que não escreveram os exórdios aqui analisados, como se fosse uma espécie de "verdade revelada" que deveria ser encontrada a qualquer custo nos exórdios. Surgiu uma nova espécie de intermediários na leitura dos exórdios: os autores de obras de retórica. Tudo o que estava nos exórdios de Nepos e Salústio deveria ser uma aplicação mecânica dos conceitos de Aristóteles, Cícero, Quintiliano, Luciano e outros.

Talvez essa propensão tenha resistido e ainda se encontre neste trabalho, mas pudemos perceber que o que acontecia entre os autores que acabamos de citar era o

---

maximus e *pontifices*, pp. 396-397.

contrário: os autores de retórica elaboravam seus preceitos, por exemplo, sobre a elaboração dos exórdios, a partir da observação dos próprios exórdios que outros autores, ou até eles próprios tinham elaborado.

Portanto, pretendemos apresentar uma análise dos exórdios de Cornélio Nepos e Salústio Crispo que partisse primeiramente da leitura desses mesmos textos, e procurasse apontar o modo com esses dialogam com os autores de textos preceptivos que lhe eram contemporâneos e também podem dialogar com os autores modernos que se dedicam aos estudos da língua e do discurso ordenado. Esperamos apenas que entre essa nossa pretensão possa ser reconhecida neste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

1. Autores antigos

ARISTÓLES, HORÁCIO, LONGINO. *A poética clássica.* Tradução de Jaime de Bruna, São Paulo: Cultrix- EDUSP, 1981.

ARISTOTELE . *Retorica.* Tradução de Marco Doratilo. Milano: Mondadori, 1995.

ARISTOTELE. *Opere. Vol. 1 Organon: Categorie, Dell'espressione, Primi Analitici, Secondi Analitici.* Tradução Marcello Gigante e Giorgio Colli. Bari: Laterza, 1988.

ARISTOTELE. *Opere. Vol. 2 Organon: Topici, Confutazioni sofistiche.* Tradução Giorgio Colli. Bari: Laterza, 1988.

CICERO, M. T. *Dos deveres.* Tradução de Angélica Chiappetta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CICERO. *Brutus.* Tradução de G.L. Hendrickson. London: W. Heinemann, 1988.

CICERO. *De inuentione.* Tradução de H.M. Hubbell. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1993.

CICERO. *De oratore.* Tradução de E.W. Sutton. London: W. Heinemann, 1988.

CICERO. *De partitione oratoria.* Tradução de H. Rackhan. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1992.

CICERO. *Orator.* Tradução de H.M. Hubbell. London: W. Heinemann, 1988.

CICÉRON. *Lettres familières I. Livres I-VI.* Tradução de Édouard Bailly, Paris: Garnier, s.d.

CICERONE. *Dello stato.* Tradução Anna Resta Barrile. Milano Mondadori Editore, 1984.

CICERONE. *I doveri.* Tradução de Anna Resta Barile. Milano Rizzoli, 1989.

CORNELII TACITI. *Historiarum libri.* Recognouit breuique adnotatione critica instruxit C. D. Fischer. Oxonii: E. Typographeo Clarendoniano, 1988.

CORNELII NEPOTIS. *Vitae excellentium imperatorum exteratum gentium.* Recognouit atque adnotationibus A. Piccarolo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

CORNELIO NEPOTE. *Vite dei massimi condotieri*. Tradução de Carlo vitali. Milano: Rizzoli, 1998.

CORNÉLIUS NEPOS. *Oeuvres*. Texto traduzido e estabelecido por de Anne-Marie Guillemin. Paris: "Les Belles Lettres", 1923.

DIÔGENES LAÊRTIOS. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Tradução Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1977.

DIONYSIUS OF HALICARNASSUS. *The critical essays in two volumes*. Tradução Stephen Usher. London: William Heinemann, 1985.

GÓRGIAS. *Tratado do não-ente / Elogio de Helena*. Tradução de Maria Cecília de Miranda N. Coelho. In *Cadernos de Tradução*, 4, São Paulo Departamento de filosofia da Universidade de São Paulo, 1999.

Historiadores latinos: antologia bilíngüe. Organizadores Maria da Glória Novak, Maria Luiza Néri, Ariovaldo Augusto Peterlini. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

L'histoire d'Homère à Augustin. Prefáces des historiens et textes sur l'historie reunis et commentés par François Hartog, traduits par Michel Casevitz. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

LUCIAN. *How to write history*. Tradução De K. Kilburn. Cambrige, Massachusetts: Harvard University Press, 1990.

M. TULLII CICERONIS. *De legibus libri três*. Recognauit C.F.W. Müller. Lipsiae: Editio stereotypa in Aedibus B.G. Teubneri, 1903.

PLUTARCO. *As vidas comparadas dos maiores guerreiros da Antigüidade: Alexandre e César*. Tradução de Helio Vega. São Paulo: Ediouro, 2001.

POLÍBIOS *História*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

QUINTILIANO. *Istituzione Oratoria*. Tradução de Simone Beta e Elena D'Incerti Amadio. Milano: Mondadori Editore, 1997-98 , 4v.

Rhetores Latini Minores. Ex codicibus maximam partem primum adhibitis. Emendabato Carolus Halm. Lipsiae, in Aedibus B.G. Teubneri, 1863.

Rhetorica ad Herennium. Tradução de H. Caplan. London, W. Heinemann, 1988.

SALLUSTE. *Catilina, Jugurtha, Fragmesnts des histoires*. Texto estabelecido e traduzido por Alfred Ernout. Paris: Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1974.

SALLUSTIO. *La congiura di Catilina.* Tradução de Lídia Storoni Mazzoli. Milano: Rizzoli, 1976.

SALLUSTIO. *La guerra jugurtina.* Tradução de Nicola Flocchini. Milano: Mursia, 1990

TITO LIVIO. *Storia di Roma dalla sua fondazione. Vol. I (libri I-II).* Tradução de Mario Scándola. Milano: Rizzoli, 1990.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso.* Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

2. Traduções em português dos exórdios e das obras de Cornélio Nepos e Salústio Crispo

CORNÉLIO NEPOS. *Vida dos capitães célebres.* Introdução, texto latino, tradução portuguesa e notas de Pe. João Ravizza. Nitheroy: Escolas Profissionais Salesianas, 1931

SALÚSTIO. *Obras: Guerra catilinária. Guerra jugurtina.* Tradução de Barreto Feio. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

SALÚSTIO. *Obra completa.* Tradução de Agostinho da Silva. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

SALÚSTIO. *A conjuração de Catilina. A guerra de Jugurta.* Tradução de Antonio da Silveira Mendonça. Petrópolis: Vozes, 1990.

SALÚSTIO. *A conjuração de Catilina.* Tradução do prefácio (I.1-4) de Raul José. Sozim. In *Historiadores latinos: antologia bilíngüe.* (org.) Maria da Glória Novak, Maria Luiza Néri, Ariovaldo Augusto Peterlini. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. 56-61.

SALÚSTIO. *A guerra de Jugurta.* Tradução *do* prefácio (I.1-4,6) de Ariovaldo Augusto Peterlini. In *Historiadores latinos: antologia bilíngüe.* (org.) Maria da Glória Novak, Maria Luiza Néri, Ariovaldo Augusto Peterlini. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. 80-85

3. Autores modernos

ACHARD, G. *La communication à Rome*. Paris: Payot, 1994.

ALOSI R. NICOLA S., PAGLINI P. "I modelli greci e latini: la storiografia". In *Auctores: voci e modelli*. Milano: Petrini Editore, 1996.

AUERBACH, E. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BARTHES, R. "A retórica antiga." In COHEN, J. *Pesquisas de retórica*. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. "Les discours de l'histoire." In *Poétique*, 49, 1982: pp. 11-21

_____. "O efeito de real." In *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BEARD, M., HENDERSON, J. *Antigüidade Clássica: uma brevíssima introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BENITO, A.C. "Teoria del *decorum* en el *Ars poetica* de Horacio." In *Helmatica*, 124-126: 247-280, 1973.

BENVENISTE, É. "Estruturas das relações de pessoa no verbo". In *Problemas de Lingüística Geral*. São Paulo: Ed. Nacional/EDUSP, 1976: pp. 247-259

_____. "A natureza dos pronomes". In *Problemas de Lingüística Geral*. São Paulo: Ed. Nacional/EDUSP, 1976: pp. 277-283

_____. *O vocabulário das instituições indo-européias*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, 2v.

BICKEL, E. *Historia de la literatura romana*. Madrid: Gredos, 1987

BORGES, J. L. *Obras completas IV*. São Paulo: Globo, 1999.

BOYANCE, P. "Cum dignitate otium." In *Revue des Études Latines, 18* (3/4): 1872-91, 1949.

_____. "La rhétorique dans l'humanisme latin." In *Information Littéraire* II: 19-24, 1950.

BRANDÃO, R. *Tradição sempre nova*. São Paulo: Ática, 1976.

BUTTI DE LIMA, P. F. "História e retórica na Grécia Clássica." In *Discurso*, 21: 17-186, 1993.

_____. *L'inchiesta e la prova: immagine storiografica, pratica giuridica e retorica nella Grecia antica.* Torino: Einaudi, 1996.

CAMERON, A. (editor). *History as text: the writing of Ancient History.* London: Duckworth, 1996.

CANFORA, L. "Lire a Athènes et a Rome." In *Annales ESC,* 4: 925-937, 1989.

_____. *Storia della letteratura greca.* Bari: Laterza, 1990.

CAPE Jr., R. W. "Persuasive history: Roman rhetoric and historiography." In R*oman Eloquence: Rhetoric in Society and Literature.* London and New York: Routledge, 1997.

CASSIN, B., LORAUX, N., PESCHANSKI C. *Gregos, Bárbaros, estrangeiros: a cidade grega e seus outros.* Rio de Janeiro: Edições 34, 1993.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHIAPPETTA, A. " '*Não diferem o historiador e o poeta...*' – o texto histórico como instrumento e objeto de trabalho." [s. ref.]

_____. *Ad animos faciendos: Comoção, Fé e Ficção nas Partitiones oratoriae e no De Oficiis de Cícero.* São Paulo, (Tese): FFLCH/USP, 1997.

CIZEK, E. "La poétique cicéronienne de l'histoire." In *Budé* (1): 16-25, 1988.

COCHRANE, C. N. *Thucydides and the Science of History.* London: Oxford University Press, 1929.

CODOÑER MERINO, C. *Evolucion del concepto de historiografia en Roma.* Bellaterra (Barcelona): Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona, 1986.

COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história.* Lisboa: Editorial Presença, 1981.

CONTE, G. B. *Letteratura latina. Manuale storico dalle origini alla fine dell'impero romano.* Firenze: Le Monnier, 1995.

DESBORDES, F. *As concepções sobre a escrita na Roma Antiga.* São Paulo: Ática, 1995.

EARL, D. "Prologue-form in Ancient Historiography." In *Austieg und Niedergang der römischen Welt. I* (1-2): 842-856, Berlin – New York, 1973.

Enciclopédia Einaudi, vol. 1. Memória - história. Lisboa: Casa da Moeda - Imprensa Nacional, 1984.

Enciclopédia Einaudi, vol. 11. Oral/escrito, argumentação. Lisboa: Casa da Moeda-Imprensa Nacional, 1987.

FENOCCHIO, G. (org.). *Le ragioni della retorica.* Modena: Mucchi Editore, 1986.

FERRERO, L. *Rerum sriptor: saggi sulla storiografia romana.* Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 1970.

FINLEY, M. I.. *Problemi e metodi di storia antica.* Prefazione de A. Momigliano. Bari: Laterza, 1987.

_____. *Uso e abuso della storia.* Torino: Einaudi, 1981.

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo.* São Paulo: Ática, 1999.

FORNARA, C. W. *History in Ancient Greece and Rome.* Los Angeles, Berkeley /London: University of California Press, 1983.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso.* São Paulo: Loyola, 1998.

GAILLARD, J. *Introdução à literatura latina.* Lisboa: Inquérito, s.d.

GARDINER, P. *Teorias da história.* Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1984.

GENTILI, B., CERRI G. *History and Biography in Ancient Thought.* Amsterdam: J. C. Gieben Publisher, 1988.

GENTILI, B., STUPAZZINI L., SIMONETTI M. *Storia della letteratura latina.* Bari, Laterza, 1992.

GINZBURG, C. "Ekphrasis e citação". In *A micro-história e outros ensaios.* Rio de Janeiro: Betrand do Brasil e DIFEL, 1989.

GRANT, M. *Greek and roman historians: information and misinformation.* New York /London: Routledge, 1995.

GRILLI, A. "Otium cum dignitate." In *Acme*: 227-241, 1951.

GRIMAL, P. (org.). *L'ellenismo e l'ascesa di Roma.* Milano: Feltrinelli, 1967.

_____. (org.). *La formazione dell'Impero Romano.* Milano: Feltrinelli, 1967.

GUILLEMIN, A. M. *Le public e la vie littéraire a Rome.* Paris: "Les Belles Lettres", 1937.

HADOT, P. *O que é a filosofia antiga.* São Paulo: Edições Loyola, 1999.

HARTOG, F. "L'oeil de Thucydide et l'histoire 'véritable'". In *Poétique*, 49: 22-30, 1982.

JAKOBSON R. "Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe ruesse." In *Essais de linguistique générale: les fondations du langage*. Paris: : Les Éditions Minuit, 1963, Cap. IX.

JENKINSON, E.M.. "*Genus scripturae leue*: Cornelius Nepos and the Early History of Biography at Rome." In *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt. I* (3): 703-719, Berlin – New York, 1973.

KOSELLECK, R. *Le future passé: contribuition à la sémantique destemps historiques*. Paris: Editions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990.

LA PENNA, A. "Mobilità dei modelli etici e relativismo dei valori: da Cornelio Nepote a Valerio Massimo alla *laus pisonis*." In A. GIARDINA, A. SCHIAVONE (org.). *Società romana e produzione schiavistica*. Vol III. Laterza: Bari-Roma, p. 173 e seg.

_____. "Política e cultura in Cicerone." In *La cultura letteraria a Roma*. Bari: Laterza, 1993.

_____. *Aspetti del pensiero storico greco*. Torino: Einaudi, 1978.

LAUSBERG, H. *Manual de retórica literária*. Madrid: Gredos, 1960.

_____. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LEEMAN, A. D. "Le genre et le style historique a Rome: théorie et pratique". In *Revue des Études Latines* 33: 183-208, 1955.

_____. *Orationis ratio: teoria e pratica stilistica degli oratori, storici e filosofi latini*. Bologna: Società editrice Milano, 1974.

_____. "L'historiographie dans *De oratore* de Cicéron." *Budé*, 3: 280-298, 1985.

LINOTT, A. "Roman historians." In *The Oxford history of classical World*. Oxford/New York, Oxford, University Press, 1986.

LONG A. A., SEDLEY, D. *The hellenistic philosophers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

LOUIS, P. "Le mot historia chez Cicéron." In *Revue de Philologie*, 29: 39-44, 1995.

MAIRET, G. *Le discours et l'historique: essai sur la représentation historienne du temps*. Paris: Repères Mame, 1974.

MANDEL, J. "L'historiographie Helénistique et son influence sur Cicerón." In *Euphorsyne*, X: 7-25, 1980.

MARCHAL, L. "L'histoire pour Cicéron." In *Les Études Classiques*, *LV* (1): 41-64, 1987.

MAZZARINO, S. *Il pensiero storico classico. Vol II.* Bari: Edizioni Laterza, 1983.

MOMIGLIANO. A. "The rhetoric of history and the history of rhetoric." In *Comparative Criticism,* 3: 259-268, 1981.

MOMIGLIANO, A. *Lo sviluppo della biografia greca.* Torino: Einaudi, 1974.

NARDUCCI, E. "Cornelio Nepote e la biografia romana." In *CORNELIO NEPOTE. Vite dei massimi condottieri.* Tradução de Carlo Vitali. Milano: Rizzoli, 1998.

PARATORE, E. *História da literatura latina.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983

PEREIRA, M. H. "Cícero e a história." In *Estudos de História e Cultura Clássicas.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

PERELMAN, C. *Retóricas.* São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PLEBE, A. *Breve história da retórica antiga.* São Paulo: EPU-EDUSP, 1978.

PLEBE, A., EMMANUELE P. *Manual de retórica.* São Paulo: Martins Fontes, 1992.

RAMBAUD, M. "Les prologues de Salluste et la demonstration morale dans son ouvre." In *REL*, 24: 115-130, 1946.

_____. *Cicéro et l'Histoire Romaine.* Paris: "Les Belles Lettres", 1953.

REBOUL, O . *Introdução à retórica.* São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ROUSSEL, D. *Los historiadores griegos.* Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.

SABATUCCI, D. *Lo stato come conquiata culturale.* Seconda edizione. Roma: Bulzoni Editore,1984.

The Cambridge history of classical literature. II Latin literature. Edited by E. J. Kenney. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

VEYNE, P. *Como se escreve a história.* Lisboa: Edições 70, 1971.

_____. *A sociedade romana.* Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. – *O inventário das diferenças: história e sociologia.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. (org.). *História da vida privada 1: do Império Romano ao Ano Mil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WHITE, H. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

WISEMAN, T. P. "Practice and Theory in roman Historiography." In *History*, 66: 375-393, 1981.

WOODMAN, A. J. *Rhetoric in classical Historiography. Four studies*. Portland: Areopagitica Press, 1988.